



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
FARROUPILHA
CAMPUS JAGUARI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

TAMIRES REGINA SILVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM AMBIENTES ACADÊMICOS DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DO
FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**

Jaguari
2025

TAMIRES REGINA SILVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM AMBIENTES ACADÊMICOS DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DO
FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo campus Jaguari do Instituto Federal Farroupilha, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profa. Dra. Marcele Teixeira Homrich Ravasio

Jaguari

2025

Ficha catalográfica
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

S586i Silva, Tamires Regina Silva da
A (in)visibilidade da mulher negra em ambientes acadêmicos da Educação Profissional e Tecnológica: um olhar a partir do feminismo negro brasileiro / Tamires Regina Silva da Silva. – Jaguari, 2025.
123 f. : il.

Orientadora: Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, 2025.

1. Feminismo. 2. Negras. 3. Ensino profissional. 4. Ensino técnico. 5. Racismo. 6. Negros - educação. I. Ravasio, Marcele Teixeira Homrich, orient. III. Título.

CDU: 37

Elaborada por:
Márcia Della Flora Cortes CRB10/1877



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



TAMIRES REGINA SILVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM AMBIENTES ACADÊMICOS DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DO
FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Aprovado em 19 de novembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Mariana Fernandes dos Santos
Instituto Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Mariana Selister Gomes
Universidade Federal de Santa Maria

Prof^a Dr^a Tainah Mota do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Autarquia criada pela Lei nº 11.892 de 29 de Dezembro de 2008

**PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA**



PROFEPT
MESTRADO PROFISSIONAL EM
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL
Farroupilha

TAMIRES REGINA SILVA DA SILVA

**A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA EM AMBIENTES ACADÊMICOS DA
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: UM OLHAR A PARTIR DO
FEMINISMO NEGRO BRASILEIRO**

Produto Educacional apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal Farroupilha, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Validado em 19 de novembro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Marcele Teixeira Homrich Ravasio
Instituto Federal Farroupilha
Orientadora

Prof^a. Dr^a. Mariana Fernandes dos Santos
Instituto Federal da Bahia

Prof^a. Dr^a. Mariana Selister Gomes
Universidade Federal de Santa Maria

Prof^a Dr^a Tainah Mota do Nascimento
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

A todas as mulheres negras cujas existências foram relegadas às margens, mas que, mesmo silenciadas, seguem sustentando mundos. Que esta dissertação ajude a inscrever suas vozes no lugar que sempre lhes pertenceu: o centro da história.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus guias espirituais, que têm acompanhado e iluminado meu caminho ao longo desta jornada de aprendizado e autoconhecimento. Aos Orixás, que me concedem a força necessária para seguir em frente, especialmente nos momentos mais desafiadores.

Este trabalho é também uma homenagem aos meus ancestrais, cujas histórias de luta e resistência me fortalecem diariamente, que as forças do meu povo continuem a me inspirar e guiar, mostrando que a nossa história é de resiliência e coragem. Esta dissertação nasce da força e resiliência de muitas mulheres negras que vieram antes de mim, principalmente minha avó Celina Guimarães (*in memoriam*) e minha mãe Adriana, cujas lutas abriram os caminhos que hoje posso trilhar. A elas, dedico meu mais profundo agradecimento e reverência.

Dedico este trabalho a todas as mulheres negras que, apesar de tantas vezes invisibilizadas, continuam resistindo, criando e inspirando. Que nossas vozes ressoem cada vez mais alto e que nossa presença seja inegável.

À minha orientadora Marcele Teixeira Ravasio e à co-orientadora Tainah Motta Nascimento, mulheres de terreiro, que me (Ori)entaram nesta jornada, obrigada pela paciência, orientação e principalmente apoio.

Às Marianas por todas as sugestões e contribuições, sou grata!

Aos amigos e colegas que estiveram ao meu lado durante essa jornada, minha eterna gratidão.

Por último e não menos importante às minhas filhas e ao meu companheiro nesta jornada, Sofia, Selena e Geovane, por quem eu luto diariamente.

Que esta pesquisa represente um pequeno, mas significativo passo em direção à valorização da mulher negra, à desconstrução das estruturas que nos oprimem e à construção de um mundo mais justo e inclusivo para todas nós.

*Meu choro não é nada além de carnaval
É lágrima de samba na ponta dos pés
A multidão avança como vendaval
Me joga na avenida que não sei qual é
Pirata e Super-Homem cantam o calor
Um peixe amarelo beija minha mão
As asas de um anjo soltas pelo chão
Na chuva de confetes deixo a minha dor
Na avenida, deixei lá
A pele preta e a minha voz
Na avenida, deixei lá
A minha fala, minha opinião
A minha casa, minha solidão
Joguei do alto do terceiro andar
Quebrei a cara e me livrei do resto dessa vida
Na avenida, dura até o fim*

(Mulher do Fim do Mundo - Elza Soares, 2015).

RESUMO

Esta dissertação, vinculada ao ProfEPT e à Linha de Pesquisa 1 – Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, tem como objetivo investigar a (in)visibilidade das mulheres negras nos espaços acadêmicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tomando como locus central de análise os colégios técnicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A pesquisa parte do reconhecimento de que o Ensino, embora concebido como espaço de emancipação, reproduz desigualdades históricas e estruturais que silenciam e marginalizam sujeitos negros, especialmente mulheres. Para compreender essas dinâmicas, adota-se como referencial teórico o feminismo negro, a interseccionalidade e os estudos sobre racismo estrutural e institucional, articulando também um estado da arte composto por dissertações e teses produzidas no âmbito do ProfEPT e de programas correlatos. Metodologicamente, o estudo se fundamenta na Escrivência Insurgente das Mulheres Negras, inspirada em Conceição Evaristo, conjugada à pesquisa autobiográfica crítica e à pesquisa engajada, reconhecendo o lugar de fala da pesquisadora como dado constitutivo do processo investigativo. Os resultados evidenciam que a invisibilidade das mulheres negras na EPT não é circunstancial, mas estrutural, manifestando-se em barreiras de acesso, permanência e reconhecimento, assim como em negativas institucionais que perpetuam silenciamentos. Por outro lado, também revelam estratégias de resistência, construção coletiva e produção de saberes insurgentes que desafiam a lógica do epistemicídio. Conclui-se que a valorização das epistemologias negras e do feminismo negro é fundamental para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, comprometidas com a justiça racial e de gênero. O produto educacional resultante é um artigo acadêmico, de natureza textual, que sistematiza as reflexões e resultados da pesquisa. O texto foi submetido a um periódico que dedica atenção às desigualdades sociais e contempla estudos que abordam, de forma interdisciplinar, questões relacionadas a gênero e às relações étnico-raciais, reafirmando o compromisso desta pesquisa com a divulgação científica voltada à equidade, à representatividade e à valorização das narrativas de mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chave: Feminismo negro; Educação Profissional e Tecnológica; Interseccionalidade; Mulheres Negras; Produto educacional.

ABSTRACT

This dissertation, linked to the ProfEPT and to Research Line 1 – Educational Practices in Professional and Technological Education, aims to investigate the (in)visibility of Black women in the academic spaces of Professional and Technological Education (PTE), focusing on the technical colleges of the Federal University of Santa Maria (UFSM) as the central locus of analysis. The research is based on the recognition that education, although conceived as a space of emancipation, still reproduces historical and structural inequalities that silence and marginalize Black subjects, especially women. To understand these dynamics, the study adopts Black feminism, intersectionality, and the studies on structural and institutional racism as theoretical references, and articulates a state of the art composed of dissertations and theses produced within ProfEPT and related programs. Methodologically, the study is grounded in the Insurgent Writing of Black Women (*Escrivência Insurgente*), inspired by Conceição Evaristo, combined with critical autobiographical research and engaged research, recognizing the researcher's standpoint as a constitutive element of the investigative process. The results show that the invisibility of Black women in PTE is not circumstantial but structural, expressed through barriers to access, permanence, and recognition, as well as through institutional denials that perpetuate silencing. On the other hand, they also reveal strategies of resistance, collective construction, and the production of insurgent knowledge that challenge the logic of epistemicide. It is concluded that valuing Black epistemologies and Black feminism is essential for building more inclusive educational practices committed to racial and gender justice. The educational product resulting from this research is an academic article, textual in nature, that systematizes its reflections and findings. The text has been submitted to a journal dedicated to social inequalities, which publishes interdisciplinary studies addressing issues related to gender and ethno-racial relations, reaffirming this research's commitment to scientific dissemination grounded in equity, representativeness, and the valorization of Black women's narratives in Professional and Technological Education.

Keywords: Black feminism; Professional and Technological Education; Intersectionality; Black women; Educational product.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CEP – Comitê de Ética

CTISM – Colégio Técnico Industrial de Santa Maria

EPT – Educação Profissional e Tecnológica

IFBA – Instituto Federal da Bahia

IF Baiano – Instituto Federal Baiano

IFCE – Instituto Federal do Ceará

IFFar – Instituto Federal Farroupilha

IFRO – Instituto Federal de Rondônia

PPGEPT – Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica

PROFEPT – Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica

PROGEP – Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas

UFMS – Universidade Federal de Santa Maria

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
1. CARTOGRAFIAS DA INVISIBILIDADE: O QUE ANDAM DIZENDO SOBRE NÓS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?.....	20
2. AS CORRENTES QUE SE DISFARÇAM: ESTRUTURAS QUE INSISTEM EM NOS PRENDER.....	25
3. ENTRE PORTAS SEMIABERTAS: A LUTA POR UM LUGAR NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE.....	41
4. HERANÇAS DA SENZALA, ESCRAVIZAÇÕES MODERNAS.....	52
5. FEMINISMOS: HISTORIOGRAFIA DO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E NO MUNDO.....	59
6. INTERSECCIONALIDADE: A COSTURA DAS NOSSAS CICATRIZES.....	77
7. TRAVESSIA METODOLÓGICA: ENTRE NÃOS E ENCRUZILHADAS.....	89
ENTRELAÇAMENTOS FINAIS: O SABER QUE NASCE DAS MARGENS.....	103
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	107
APÊNDICE A: ANEXO.....	123

1. INTRODUÇÃO

ENTRE ESPAÇOS E SILÊNCIOS: O DESAFIO DE EXISTIR COMO MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO

“Transformar o silêncio em linguagem e ação é um ato de autodefinição”.

Audre Lorde

O ambiente educacional no Brasil, muitas vezes visto como um espaço de emancipação e transformação social, também pode se tornar um lugar de exclusão, especialmente para mulheres negras. Para nós, a experiência acadêmica frequentemente é marcada por uma existência em espaços de silenciamento, onde nossas vozes, histórias e presenças são ignoradas ou tratadas como secundárias.

É importante registrar que, em alguns momentos da escrita, estabeleço relações entre minha própria trajetória e as trajetórias das sujeitas desta pesquisa, que são muito mais do que simples dados. Nisso reside a impossibilidade de padronizar a voz no discurso, já que o texto foi construído também a partir das contribuições da orientação. Como esta pesquisa diz respeito mais a um *nós* do que a um *e/as*, não me posiciono apenas como pesquisadora, mas igualmente como sujeito implicado nas reflexões que se entrelaçam ao longo do trabalho.

Navegar entre esses espaços e silêncios é um desafio diário, uma luta pela afirmação de nossa identidade e pela quebra da invisibilidade que nos é imposta, pois

a “educação como prática de liberdade nega que seja um ato neutro ou inocente. Ela deve ser vista como um campo de batalha, onde as dinâmicas de poder e opressão podem ser tanto reforçadas quanto desafiadas” (hooks¹, 2017, p. 16).

Ser mulher negra no contexto educacional é existir entre lacunas de reconhecimento, de representatividade e de pertencimento. Desde muito jovem, fui confrontada com a realidade de que o espaço educacional não foi feito para nos acolher, mas para nos conformar a uma normatividade que nos é estranha. Às vezes somos toleradas, mas raramente somos ouvidas de forma plena.

¹ bell hooks, nascida Gloria Jean Watkins, desafiava as convenções linguísticas e acadêmicas ao assinar seu pseudônimo em letras minúsculas. Seu objetivo era deslocar o foco do nome próprio para o conteúdo de sua escrita, recusando-se a se fixar em uma identidade estática e afirmando-se em permanente movimento.

Nossos corpos podem estar presentes nas salas de aula e nos corredores, mas nossas histórias e perspectivas permanecem invisíveis. É nessa tensão entre presença física e ausência simbólica que se encontra o maior desafio de existir como mulher negra na educação, já que “ser negro é estar em um espaço em que se está constantemente deslocado, fora do lugar, onde nossa presença é sentida como estranha ou inadequada, e onde nossas identidades são constantemente questionadas” (Kilomba, 2020, p. 25).

Essa invisibilidade, entretanto, não é um fenômeno novo, ela é produto de um sistema educacional construído sob os alicerces de uma sociedade racista e patriarcal, que historicamente marginaliza as mulheres negras. O sistema escolar, em vez de ser um espaço de inclusão, reproduz as mesmas hierarquias que encontramos em outras esferas da vida social.

O silêncio imposto sobre nossas identidades não é apenas uma exclusão momentânea, mas uma tentativa constante de apagar nossa existência, de nos reduzir a uma condição de subalternidade, Carneiro (2023), salienta que a sociedade brasileira se funda “[...] sobre um dispositivo de racialidade que constrói o negro como o 'Outro', uma presença que, mesmo visível, é tratada como ausente, como não-sujeito” (Carneiro, 2023, p. 45).

Como mulher negra que atravessou diferentes estágios desse sistema, posso afirmar que essa exclusão não é passiva: *ela é ativa e intencional*. Em muitos momentos da minha trajetória, percebi que ser ouvida e reconhecida é um ato de resistência. Resistir ao silenciamento é desafiar a lógica que nos quer fora dos espaços de saber e de poder e essa resistência diária é o que nos mantém firmes em meio a tantas tentativas de apagamento e nesse sentido, as opressões de “[...] raça, classe e gênero estão entrelaçadas em uma teia de exclusões que se reforçam mutuamente, e as mulheres negras têm sido alvos centrais desse sistema de exclusão” (Davis, 2016, p. 12).

O Feminismo Negro emerge como uma resposta a esse apagamento, oferecendo um discurso que nos centra como protagonistas de nossas próprias histórias. Ao reconhecer as intersecções entre raça, gênero e classe, ele nos permite entender como as estruturas de opressão se entrelaçam para moldar nossas vivências e experiências no ambiente educacional.

Não estamos lutando apenas contra o racismo ou o sexismo isoladamente, mas contra uma combinação perversa dessas forças, que se manifestam de maneira

especialmente aguda nas instituições de ensino. Gonzalez (2020), enfatiza que o Feminismo Negro é “[...] uma resposta necessária às limitações do feminismo hegemônico, que negligencia a vivência da mulher negra e a sua luta específica contra as formas combinadas de opressão racial e de gênero” (Gonzalez, 2020, p. 33).

A interseccionalidade, como um dos conceitos centrais para esta pesquisa, nos fornece a lente necessária para compreender como a exclusão das mulheres negras no ambiente educacional não se limita à falta de representatividade numérica. Ela envolve também a maneira como nossos saberes são desconsiderados, como nossos corpos são lidos como *fora do lugar* e como nossas experiências são minimizadas ou ignoradas em discussões acadêmicas.

Estar nesses espaços sem ser completamente integrada a eles é a própria definição de existir entre espaços e silêncios. Kimberlé Crenshaw, em *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*, afirma que a interseccionalidade demonstra que “[...] as formas de opressão, como o racismo e o sexismo, não atuam isoladamente, mas se entrelaçam, criando dinâmicas únicas e específicas para os grupos que se encontram na interseção dessas desigualdades” (Crenshaw, 2012, p. 15).

O desafio de existir como mulher negra na esfera educacional se intensifica quando olhamos para as dinâmicas de poder dentro das instituições. As hierarquias raciais e de gênero que moldam a sociedade se replicam no ambiente acadêmico, onde professores, currículos e estruturas administrativas, em sua maioria, não nos reconhecem como sujeitos de saber.

Quando as poucas de nós que conseguem romper essas barreiras alcançam posições de destaque, somos tratadas como exceções, e nossa presença é vista como algo exótico ou fora do comum, e usadas para trazer conceitos falhos que visam justificar essa presença, como a meritocracia. Para Collins (2021), isso ocorre porque as instituições educacionais, “[...] assim como outras estruturas sociais, são construídas sobre uma 'matriz de dominação' que opera em múltiplos níveis, reproduzindo desigualdades raciais e de gênero” (Collins, 2021, p. 48).

Nesse sentido, a presente dissertação organiza-se em capítulos que dialogam entre si para compor uma narrativa crítica sobre a (in)visibilidade das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). O texto não se limita a uma descrição analítica: assume a *escrivência* como lugar de fala, método e

resistência, buscando entrelaçar experiência pessoal, fundamentos teóricos e análise social.

O texto está organizado da seguinte forma: na introdução, apresenta-se o percurso que origina esta pesquisa, explicitando a inquietação que a move, o problema de investigação, os objetivos gerais e específicos, bem como a justificativa e a relevância do estudo. É nesse movimento inicial que se evidencia como a invisibilidade das mulheres negras não é circunstancial, mas estrutural e cotidiana no espaço acadêmico. O primeiro capítulo aborda o referencial teórico e reúne os eixos que sustentam a investigação. Em *As correntes que se disfarçam: estruturas que insistem em nos prender*, discute-se o racismo estrutural e institucional como engrenagens que mantêm a exclusão.

Já em *Entre portas semiabertas: a luta por um lugar na escola e na universidade*, analisa-se as barreiras históricas e contemporâneas ao acesso e à permanência das mulheres negras na educação. Em *Heranças da senzala, escravidões modernas*, examina-se as marcas persistentes da escravização na vida social. Em *Feminismos: historiografia do Feminismo Negro no Brasil e no mundo*, percorrendo uma linha do tempo de resistências e produções teóricas de mulheres negras. Por fim, em *Interseccionalidade: a costura das nossas cicatrizes*, destaca-se como raça, gênero e classe se entrecruzam, produzindo desigualdades múltiplas e simultâneas.

No segundo capítulo intitulado *Travessia metodológica: entre nós e encruzilhadas*, descreve-se as escolhas teórico-metodológicas. A *escrivência* de Conceição Evaristo, somada à pesquisa autobiográfica crítica e à pesquisa engajada, orienta um percurso em que a própria experiência da pesquisadora se constitui como dado legítimo e insurgente. Já o terceiro capítulo, que aborda a análise dos dados, apresenta a interpretação crítica dos achados, organizada na seção *Análise: o exercício de ouvir o não dito*. Nesse espaço, discute-se como os mecanismos de silêncio, as negativas institucionais e o racismo estrutural se materializam no cotidiano da EPT, mas também como as mulheres negras forjam estratégias de resistência, reafirmando a sua presença.

O quarto capítulo retoma os objetivos, sintetiza os resultados e reafirma que a invisibilidade das mulheres negras é parte de um projeto político e institucional, e não mero acaso. Ao mesmo tempo, sinaliza a necessidade de reconhecimento das

epistemologias negras e do Feminismo Negro como instrumentos de transformação e de reconfiguração do espaço educacional.

Ressalta-se que ao assumir a escrita como prática formativa, a própria dissertação se configura como um produto educacional que visibiliza as experiências das mulheres negras na EPT e amplia o alcance social e político da pesquisa, reafirmando seu compromisso com a transformação educacional.

Minha trajetória pessoal e acadêmica como mulher negra me confrontou com uma realidade que compartilho com tantas outras: a invisibilidade. Desde os primeiros passos na educação até o meu ingresso no Ensino Superior, as experiências de exclusão e silenciamento estiveram sempre presentes, como sombras que, embora sutis, deixam marcas profundas. O simples ato de existir como uma mulher negra no ambiente acadêmico carrega consigo um peso invisível, uma luta constante para ser vista, ouvida e reconhecida.

No entanto, essa luta não é nova, ela é parte de um processo histórico, onde mulheres negras, como eu, têm sido sistematicamente apagadas de espaços de poder, conhecimento e decisão. Ao longo dos anos, percebi que essa invisibilidade não é fruto de acaso ou desatenção, ela é uma construção ativa, parte de um sistema educacional que ainda carrega as marcas do colonialismo, do racismo e do patriarcado.

O Feminismo Negro, movimento que me permitiu entender e nomear essas experiências, surge como um farol, apontando para a necessidade de discutir as múltiplas formas de opressão que atravessam as vidas das mulheres negras. Nas palavras de bell hooks, Audre Lorde e Lélia Gonzalez, encontrei não só teorias, mas também força para reivindicar meu espaço e a visibilidade que me foi negada.

Foi a partir dessas reflexões e das minhas vivências que nasceu o desejo de investigar mais profundamente como as mulheres negras enfrentam a (in)visibilidade nos ambientes educacionais da Educação Profissional e Tecnológica, nesse contexto, as instituições de ensino se tornam não apenas locais de aprendizado, mas também de reprodução das hierarquias raciais e de gênero. A exclusão das mulheres negras é reiterada por currículos que ignoram nossas histórias, por corpos docentes majoritariamente brancos, e por políticas institucionais que falham em nos reconhecer como sujeitas plenas de conhecimento e agência.

Este estudo parte do desejo de compreender como nós, mulheres negras, lidamos com a (in)visibilidade e como resistimos a ela. No entanto, diante da

impossibilidade de contar com a participação direta de servidoras e docentes negras dos colégios técnicos inicialmente previstos, a pesquisa reconfigurou seus caminhos metodológicos sem perder de vista sua centralidade: de visibilizar nossas trajetórias, denunciar os mecanismos de exclusão e propor estratégias de resistência.

Assim, o objetivo geral consiste em investigar as formas pelas quais as mulheres negras vivenciam a (in)visibilidade nos espaços educacionais da Educação Profissional e Tecnológica.

Os objetivos específicos, adequados ao percurso possível da pesquisa, são:

- a) Examinar a (in)visibilidade das mulheres negras no espaço acadêmico da Educação Profissional e Tecnológica, a partir de uma abordagem teórica e histórica fundamentada no Feminismo Negro e na interseccionalidade;
- b) Identificar e analisar os mecanismos institucionais e estruturais que contribuem para a exclusão, o silenciamento e a invisibilidade das mulheres negras, considerando documentos oficiais, legislações e produções acadêmicas;
- c) Discutir a *escrevivência insurgente* como metodologia e epistemologia negra, destacando experiências coletivas e trajetórias históricas de mulheres negras na educação, ainda que não se apoiem exclusivamente em depoimentos individuais e,
- d) Indicar possibilidades de enfrentamento das desigualdades no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, propondo estratégias que favoreçam práticas pedagógicas mais inclusivas e o reconhecimento das mulheres negras como produtoras de conhecimento.

Assim então se deu a decisão pela metodologia adotada nesta pesquisa, que foi nomeada de *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, fundamentada na *escrevivência* (Evaristo, 2017), na pesquisa autobiográfica crítica (Josso, 2004) e na pesquisa engajada (hooks, 1994).

Essa abordagem articula memória, narrativa e análise social a partir do *lugar de fala* (Ribeiro, 2019) da pesquisadora — mulher negra e servidora da instituição investigada — reconhecendo a vivência como dado central. Ao dialogar com o conceito de racismo estrutural e institucional (Almeida, 2018), bem como com as contribuições de Lélia Gonzalez e Patricia Hill Collins, a metodologia afirma que *pesquisar é também denunciar*, resistir e produzir conhecimento crítico situado, comprometido com a visibilidade e a reparação histórica das mulheres negras.

1. CARTOGRAFIAS DA INVISIBILIDADE: O QUE ANDAM DIZENDO SOBRE NÓS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA?

“Não basta que falem de nós, é preciso que falemos por nós.”

Lélia Gonzalez

Neste capítulo, propõe-se revisitar os aportes teóricos e empíricos que constituem a base da investigação. Para compreender as múltiplas dimensões da invisibilidade das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), torna-se imprescindível dialogar com os aportes do feminismo negro, da interseccionalidade e dos estudos sobre racismo estrutural e institucional. Essas categorias não apenas mostram as desigualdades históricas que atravessam a educação brasileira, mas também oferecem ferramentas analíticas para compreender como tais desigualdades se reproduzem e se atualizam no espaço da EPT.

Ao lado do referencial teórico, são analisadas dissertações e teses recentes que investigaram mulheres negras nesse campo, em especial no âmbito do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (PROFEPT) e de programas correlatos. Esse mapeamento possibilitou reconhecer os avanços já conquistados pela produção acadêmica e, ao mesmo tempo, identificar as lacunas que justificam a relevância da presente investigação. Assim, articulou-se teoria e empiria com o propósito de construir uma base para a análise do que experienciam as mulheres negras nos colégios técnicos da UFSM, lócus central desta pesquisa.

1.1 Feminismo Negro: epistemologias insurgentes

“Não sou livre enquanto alguma mulher for prisioneira, mesmo que suas correntes sejam diferentes das minhas.”

Audre Lorde

O Feminismo Negro constitui-se como um movimento social, político e teórico que busca responder às múltiplas formas de opressão que atravessam as vidas das mulheres negras. A crítica central feita por autoras como Davis (2016), hooks (2019)

e Gonzalez (1988) é que o feminismo dito como *hegemônico*, em sua maioria branco e de classe média, invisibilizou as especificidades das experiências de mulheres negras. Como lembra hooks (2019), a luta feminista só se fortalece quando reconhece que gênero, por si só, não explica a totalidade das desigualdades, raça e classe são igualmente constitutivos das hierarquias sociais.

No contexto brasileiro, Carneiro (2003) aponta que a marginalização das mulheres negras é produzida por um duplo silenciamento: de um lado, pela estrutura racista da sociedade, de outro, por um feminismo que pouco as reconhece como sujeitas políticas. Gonzalez (1988), por sua vez, inaugura uma crítica fundamental ao destacar o “lugar da encruzilhada” ocupado pela mulher negra, que articula dimensões raciais, culturais e de gênero na constituição da identidade brasileira.

Já Kilomba (2019) discute como o racismo estrutura as formas de conhecimento e mantém a mulher negra na condição de *Outro*, forjada por epistemologias coloniais. O Feminismo Negro, nesse sentido, emerge como epistemologia insurgente, não apenas denuncia a exclusão, mas propõe outras formas de pensar e produzir conhecimento a partir da experiência vivida das mulheres negras.

1.2 Interseccionalidade: articulação de opressões

“Não existe hierarquia de opressões”

Audre Lorde

O conceito de interseccionalidade foi elaborado por Crenshaw (1989) como uma resposta às insuficiências das abordagens jurídicas e feministas que isolavam raça e gênero em categorias estanques. A metáfora do cruzamento de ruas evidencia que mulheres negras não sofrem opressões de forma separada, mas em uma sobreposição estrutural que cria formas específicas de exclusão.

No Brasil, Akotirene (2019) defende que a interseccionalidade deve ser compreendida como método, e não apenas como conceito. Ela é ferramenta analítica que permite compreender como as opressões se articulam, especialmente no contexto das instituições. Esse aporte é fundamental para analisar as experiências de mulheres negras na EPT, um espaço que, historicamente, reproduz desigualdades raciais e de gênero.

Assim, a interseccionalidade não é apenas um termo descritivo, mas um instrumento político e metodológico que possibilita desvelar mecanismos de invisibilidade e construir alternativas de resistência.

1.3 *Educação Profissional e Tecnológica e a presença da mulher negra*

“A mulher negra, ao ocupar a escola, reescreve o que se entende por ciência e por humanidade”.

Nilma Lino Gomes

A Educação Profissional e Tecnológica no Brasil consolidou-se ao longo do século XX como espaço de formação para o trabalho e para o desenvolvimento científico e tecnológico. Contudo, estudos recentes têm mostrado que a presença da mulher negra nesse campo é marcada por barreiras e invisibilidades.

Ferreira (2025), em dissertação defendida no PPGEPT/UFSM, realizou uma revisão sistemática da literatura sobre gênero e raça na EPT, identificando a escassez de trabalhos que tratem especificamente das mulheres negras. O estudo evidencia que, embora haja avanços em pesquisas sobre diversidade, a articulação entre gênero, raça e classe ainda é pouco explorada nesse espaço educacional.

Dissertações produzidas no âmbito do PROFEPT reforçam esse diagnóstico. Silva (2023) analisa a presença de mulheres negras no ensino técnico e seus lugares de pertencimento, apontando desigualdades de acesso e permanência. Nascimento (2021) investiga os impactos do racismo sobre a saúde de alunas negras e mostra como a ausência de políticas institucionais de acolhimento intensifica vulnerabilidades.

Conceição (2021) utiliza histórias de vida para evidenciar a resistência das mulheres negras na EPT, mostrando que suas trajetórias revelam tanto exclusões quanto estratégias de sobrevivência. Capistrano (2024) destaca a importância de coletivos escolares, como o Coletivo Daomé, na construção de uma educação profissional antirracista. Já dissertação defendida no IFRO (s.d.) problematiza a ausência de escritoras negras nos currículos da EPT, reforçando a necessidade de representatividade cultural.

Esses estudos, embora diversos em metodologia — revisões sistemáticas, narrativas, histórias de vida e produtos educacionais —, convergem em um ponto: a invisibilidade da mulher negra na EPT não é circunstancial, mas estrutural.

1.4 Racismo institucional e estrutural na educação

“O racismo é estrutural porque organiza o inconsciente da sociedade.”

Sueli Carneiro

Para compreender esses processos, é imprescindível dialogar com os conceitos de racismo estrutural e institucional. Almeida (2019) define racismo estrutural como a forma pela qual a sociedade brasileira se organiza a partir de hierarquias raciais, o que significa que o racismo não é exceção, mas regra estruturante das relações sociais. Bethencourt (2018), por sua vez, demonstra como as práticas racistas têm longa historicidade, desde as Cruzadas até o século XX, sustentando sistemas de dominação e exclusão.

O racismo institucional refere-se a como essas hierarquias se expressam em práticas, normas e políticas dentro das instituições. Estudos como o de Leandro (2021) analisam como o movimento negro foi silenciado na formulação de políticas educacionais. Jacob (2020) mostra o impacto do racismo institucional no cotidiano de escolas públicas em Angra dos Reis. Silva (2024) discute métodos de enfrentamento ao racismo institucional, trazendo exemplos aplicáveis à educação.

No contexto da EPT, esses conceitos são fundamentais para compreender por que mulheres negras permanecem invisibilizadas: não se trata de mera omissão individual, mas de uma lógica estrutural e institucional que organiza as práticas educacionais.

1.5 Dissertações e teses sobre mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica

“Nossos saberes não cabem nas margens. Escrevemos o que o mundo tentou apagar”.

Conceição Evaristo

A revisão de literatura também contemplou dissertações e teses recentes que abordam a presença de mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Essa produção ainda é incipiente, mas tem crescido nos últimos anos,

especialmente a partir do PROFEPT. O mapeamento evidenciou uma tendência de valorização das narrativas, das histórias de vida e de produtos educacionais como instrumentos de denúncia e resistência ao racismo institucional.

Tabela 1 - selecionadas sobre mulheres negras na EPT

Autor(a)	Ano	Programa/ Instituição	Método	Recorte	Marcadores Cobertos	Principais Achados
Ferreira, Marli	2025	PPGEPT/ UFSM	Revisão sistemática	Produção científica sobre gênero e raça na EPT	EPT; Racismo estrutural; Gênero	Escassez de trabalhos sobre mulheres negras; necessidade de abordagem interseccional
Silva, José Wellington	2023	PROFEPT/ IFCE	Narrativas; análise documental	Mulheres negras no ensino técnico	EPT; Feminismo negro; Interseccionalidade	Pertencimento fragilizado; barreiras institucionais de acesso e permanência
Nascimento, Bianca B.	2021	PROFEPT/ IFBA	Entrevistas qualitativas	Mulheres negras no IFBA	EPT; Racismo institucional; Saúde	Racismo afeta saúde mental e física; ausência de políticas institucionais de acolhimento
Conceição, Caliane C. S.	2021	PROFEPT/IFBA	Histórias de vida	Mulheres negras na EPT	EPT; Interseccionalidade	Narrativas revelam exclusões e resistências; interseccionalidade como lente analítica

Capistrano, Rafaella L.	2024	PROFEPT/IF Baiano	História oral; coletivo escolar	Mulheres negras em Serrinha -BA	EPT; Feminismo negro; Educação antirracista	Coletivos atuam como espaços de resistência; defesa de uma EPT antirracista
(IFRO)	s.d.	PROFEPT/IFRO	Análise de produções literárias	Escritoras negras e EPT	EPT; Representatividade; Interseccionalidade	Invisibilidade curricular de autoras negras; proposta de valorização cultural

Fonte: elaboração da autora a partir de dissertações e teses mapeadas (2021–2025).

A revisão apresentada permitiu destacar que o Feminismo Negro constitui-se como *epistemologia insurgente*, capaz de denunciar e subverter as formas históricas de marginalização que relegaram as mulheres negras à condição de invisibilidade. A interseccionalidade mostrou-se ferramenta indispensável para compreender os cruzamentos entre raça, gênero e classe na produção de desigualdades. O exame da literatura sobre racismo estrutural e institucional evidenciou que tais processos não são acidentais, mas estruturantes do funcionamento das instituições educacionais brasileiras.

A análise das dissertações e teses recentes revelou avanços importantes, sobretudo na valorização de narrativas e histórias de vida como estratégias metodológicas. Entretanto, também ficou claro que a produção científica ainda carece de trabalhos que articulem de forma integrada feminismo negro, interseccionalidade, EPT e racismo institucional/estrutural. É nesse vácuo que esta pesquisa se inscreve, buscando compreender, a partir do contexto do Colégio Técnico Industrial e do Colégio Politécnico da UFSM, como a invisibilidade das mulheres negras se constitui e quais formas de resistência emergem frente a esse cenário.

2. AS CORRENTES QUE SE DISFARÇAM: ESTRUTURAS QUE INSISTEM EM NOS PRENDER

“O racismo não é um fantasma do passado. Ele está vivo, respira em nossas peles e silêncios”.

O racismo não se apresenta apenas como um resquício de um passado colonial, mas como uma *engrenagem persistente* que sustenta as bases do presente. Suas correntes, muitas vezes invisíveis, atravessam instituições, discursos e práticas sociais, *renovando-se* em novas formas de exclusão e desigualdade. É nesse movimento que se revela sua força: ao mesmo tempo em que muda de aparência, preserva a lógica hierárquica que sustenta a marginalização da população negra.

Neste capítulo busca-se compreender como tais estruturas foram historicamente forjadas e continuam a operar de maneira disfarçada, ora em leis e políticas, ora em representações culturais e epistemológicas. A cor da pele, convertida em critério de classificação social, tornou-se um dos pilares de um projeto colonial que ainda molda a sociedade contemporânea. Assim, ao revisitar a origem da ideia de raça e suas metamorfoses ao longo dos séculos, procuramos desvelar o modo como ela se consolidou como tecnologia de poder, capaz de naturalizar desigualdades e legitimar a exclusão.

Partindo de aportes teóricos como os de Bethencourt (2018) e Almeida (2019), este capítulo evidencia que o racismo não é um acidente da história, mas um projeto político que se reinventa continuamente. Reconhecer essa permanência é condição para tensionar as narrativas que buscam minimizar seus efeitos e, sobretudo, para compreender por que as correntes do passado ainda se fazem sentir nos corpos e trajetórias da população negra.

2.1. Quando a cor da pele virou hierarquia: o surgimento da ideia de raça

“A raça não é um dado biológico; é uma estrutura de poder”.

Sueli Carneiro

A cor da pele, enquanto marcador de diferença, não surgiu como signo natural de inferioridade, ela foi *politizada*. Historicamente, os mecanismos de exclusão social se organizaram, em suas origens, em torno de critérios religiosos, políticos e culturais — como nos casos das perseguições aos judeus, mouros e ciganos na

Península Ibérica medieval. Bethencourt (2018) defende que “[...] o racismo é uma construção histórica com variações cronológicas e geográficas, sem uma essência que o defina universalmente” (Bethencourt, 2018, p.25), ou seja, o racismo não nasceu pronto, ele foi sendo moldado, ativado e adaptado conforme interesses de dominação.

Na Europa cristã medieval, as diferenças eram hierarquizadas a partir da fé e da origem familiar, a *mácula do sangue*, expressão usada para apontar descendência *impura*, era aplicada contra os cristãos-novos e já indicava um senso de degeneração hereditária. Bethencourt (2018) mostra também que o racismo antecede a ciência moderna e que “[...] a primeira forma durável de racismo surgiu com a Inquisição espanhola” (Bethencourt, 2018, p.35), nesse momento, o racismo ainda era sobretudo religioso e genealógico.

Contudo, com o advento da expansão marítima europeia e o chamado *descobrimento* das Américas, a lógica da dominação se reconfigura. Era necessário justificar a escravização de africanos e o extermínio de povos indígenas. É nesse contexto que a raça deixou de ser apenas um traço de linhagem e se tornou um dispositivo ideológico, jurídico e científico.

A diferença da pele — até então considerada uma curiosidade natural — passou a ser interpretada como sinal de inferioridade ontológica. Silvio de Almeida (2019) reforça essa virada ao afirmar que, o racismo não é “[...] uma ideologia que se sobrepõe a um sistema social que funciona normalmente. O racismo é parte da estrutura que torna possível o próprio funcionamento da sociedade” (Almeida, 2019, p.37).

A raça, assim, emergiu como categoria organizadora da sociedade moderna. É um critério de classificação que naturaliza as desigualdades e distribui os corpos em escalas de humanidade e de valor social. A partir do século XVI, com a consolidação do projeto colonial europeu, os africanos passaram a ser descritos como *naturalmente servis* e os indígenas como *selvagens inaptos à razão*. Essa ideologia não apenas sustentava a escravização, mas a tornava moralmente aceitável e economicamente estratégica. Bethencourt (2018) mostra como essa lógica racial se encaixou perfeitamente no novo mundo colonial, destacando que as classificações raciais “[...] acompanharam e facilitaram as práticas de exclusão e dominação que estruturaram o mundo moderno” (Bethencourt, 2018, p.47).

Neste ponto, o conceito de raça já estava consolidado como ferramenta de controle. E mais do que isso: como *tecnologia de poder*, no sentido foucaultiano. A racialização, compreendida enquanto processo pelo qual certos grupos passam a ser definidos a partir de marcadores raciais com conteúdo hierarquizante, construiu uma ordem mundial em que a branquitude se tornou padrão civilizatório. Almeida (2019) aprofunda essa crítica ao afirmar que “[...] o racismo estrutura o modo como a sociedade distribui as oportunidades e acessos a bens materiais e simbólicos” (Almeida, 2019, p.58).

Isso significa que, mesmo após a abolição da escravização e o fim das colônias, os efeitos da ideia de raça permanecem vivos. Eles operam na arquitetura do Estado, na produção do conhecimento e nas relações cotidianas. A racialização, portanto, não é um resquício do passado, muito mais do que isso, ela é *um projeto em curso*.

No Brasil, por exemplo, o *mito da democracia racial* mascara a persistência das desigualdades. A violência epistêmica contra saberes negros, a sub-representação nas universidades e os altos índices de violência policial contra a juventude negra são provas de que a raça ainda é usada como ferramenta de exclusão. Não por acaso, Almeida (2019) ainda afirma que a raça “[...] não existe do ponto de vista biológico, mas o racismo é uma das experiências mais reais da vida de milhões de pessoas” (Almeida, 2019, p.19).

Ao olharmos para a origem da ideia de *raça*, entendemos que *ela não é natural*, nem espontânea — ela foi produzida como uma engrenagem do projeto colonial, e segue operando como engrenagem do projeto neoliberal. Por isso, o combate ao racismo exige não apenas políticas de reparação, mas um desmonte profundo das estruturas que organizam o mundo a partir da hierarquia racial.

Como mulher negra, compreendo que essa história não é apenas um objeto de pesquisa. É a minha *memória coletiva*. É o silêncio da minha avó que nunca entrou numa escola. É a dor da minha mãe ao ser humilhada por uma professora. E é a minha presença aqui, escrevendo essa dissertação como prova viva de que a raça foi construída para nos afastar da educação, e que a nossa presença é, sempre, um gesto de insubordinação.

2.2 A modernidade e a ciência do racismo

“A ciência não é neutra; ela produz conhecimento e poder que reproduzem a

dominação racial".

Grada Kilomba

Com o advento do Iluminismo, a humanidade europeia declarou sua liberdade, ao mesmo tempo em que reforçou os grilhões sobre os corpos negros e indígenas. A contradição não é um erro da história: é parte do seu projeto, a razão iluminista, celebrada como instrumento de emancipação, também serviu para classificar, hierarquizar e inferiorizar. A ciência moderna, em vez de romper com os sistemas coloniais, refinou suas ferramentas de controle e a raça passou a ser apresentada não apenas como crença, mas como *dado científico*.

Francisco Bethencourt (2018) observa que, a partir do século XVIII, o discurso racial ganha nova legitimidade ao se articular com os avanços das ciências naturais e que, a partir do Iluminismo, “[...] o racismo passou a basear-se em classificações biológicas, com um discurso de superioridade cultural, estética e moral que se afirmava científico” (Bethencourt, 2018, p.216).

Era o tempo das taxonomias humanas, das medidas cranianas, das teorias sobre evolução e degeneração, tudo isso travestido de neutralidade acadêmica. No centro desse processo está a figura do *homem universal*, um sujeito branco, europeu, proprietário, masculino, heterossexual e cristão, que passou a ser o parâmetro de humanidade. Todos os que não correspondiam a esse modelo eram postos à margem da história, da razão e da civilização, como explica Silvio de Almeida (2019), ao lembrar que o homem do iluminismo é, “[...] ao mesmo tempo, sujeito e objeto do conhecimento. É o parâmetro universal a partir do qual todas as outras formas de existência humana são avaliadas” (Almeida, 2019, p.19).

Essa universalização do sujeito branco produziu uma exclusão radical dos outros. Mulheres, negros, indígenas, pessoas com deficiência, corpos fora da norma — todos passaram a ser enquadrados como *desvios*. As categorias da ciência — antropologia, sociologia, medicina, linguística — foram mobilizadas para construir e consolidar o imaginário da inferioridade dos povos colonizados. O chamado racismo científico do século XIX é a face mais explícita dessa operação, teorias como o darwinismo social, o eugenismo e a frenologia serviram para justificar políticas de extermínio, escravização, segregação e esterilização.

Bethencourt (2018) descreve como essas teorias “[...] procuraram naturalizar a dominação europeia com base em princípios biológicos e civilizatórios”

(Bethencourt, 2018, p.248). O racismo, agora, não era mais apenas um julgamento moral ou religioso — era uma afirmação pretensamente *neutra* e *objetiva* sobre a humanidade de certos grupos.

A biologia, por exemplo, passou a ser usada como modelo para explicar as diferenças sociais, a inferioridade do negro não era mais uma punição divina, mas uma *consequência natural* de seus traços físicos. A suposta criminalidade, sexualidade excessiva, preguiça ou irracionalidade dos povos não brancos foram inscritos em seus corpos como estigmas inescapáveis, como afirma Almeida (2019): “[...] as diferenças raciais tornaram-se equivalentes a diferenças morais, culturais e intelectuais” (Almeida, 2019, p.37).

É importante frisar: essas teorias não apenas explicavam o mundo, elas o *normatizavam*, as instituições passaram a funcionar com base nessas ideias, a escola pública, o sistema penal, o mercado de trabalho e até o urbanismo foram organizados com base na ideia de que certos grupos eram naturalmente inferiores, é o nascimento do racismo institucional. Mais do que isso: essa pseudociência racial também modelou afetos, produziu medo do negro, erotização da mulher negra, hipersexualização do corpo africano, infantilização dos indígenas, criou um léxico e um imaginário que ainda hoje assombra as representações midiáticas, literárias e políticas.

Mesmo com o avanço da biologia moderna e a negação da raça como categoria genética, os resquícios dessa construção permanecem, como aponta Bethencourt (2018), “[...] as ideias racistas foram desautorizadas pela ciência no século XX, mas seguem como práticas sociais e políticas muito eficazes” (Bethencourt, 2018, p.356). Silvio de Almeida (2019) reforça que o racismo não depende mais de crença explícita na inferioridade do outro — ele já está incorporado às estruturas. E esse é um dos maiores perigos: um racismo que se diz superado, mas que continua operando nos silêncios, nas ausências, nas violências simbólicas e institucionais.

O saber, quando organizado por lógicas racistas, torna-se instrumento de exclusão, por isso, pensar o racismo dentro das ciências não é apenas uma tarefa historiográfica, mas epistemológica, é denunciar que o conhecimento também pode ser ferramenta de dominação — e que resistir é, também, reconstruir modos de saber.

Como mulher negra que transita pelos espaços acadêmicos, carrego no corpo, na memória e na história o peso de ser vista como exceção em um lugar que também me pertence por direito. Quando o olhar alheio me define antes mesmo da escuta, quando minha presença não é reconhecida, mas apenas suportada, quando minha pesquisa precisa reiterar sua legitimidade em dobro, é exatamente aí que escrevo. Esta dissertação, portanto, não se limita a ser um exercício acadêmico: é *um gesto de resistência*.

2.3 Racismo como estrutura: uma virada teórica necessária

“O racismo é um edifício social erguido sobre privilégios e exclusões históricas; derrubá-lo exige mudança estrutural”.

Angela Davis

Durante muito tempo, o racismo foi compreendido como um problema de comportamento individual — uma questão de preconceito, ignorância ou *falta de educação*. Essa leitura, amplamente difundida nos discursos liberais, reduz o racismo a atos isolados e a ofensas pontuais, geralmente puníveis com pedidos de desculpas ou discursos conciliatórios. No entanto, essa concepção é insuficiente — e, pior, opera como ferramenta de ocultação do real problema: o racismo como sistema. É Silvio de Almeida (2019) quem traz essa virada teórica indispensável, demonstrando que o racismo é estrutural, porque “[...] as relações sociais, políticas e econômicas de forma a produzir e reproduzir a desigualdade entre grupos racializados” (Almeida, 2019, p.57). Ele não está apenas nos gestos explícitos de ódio, mas na própria lógica de funcionamento da sociedade. É um sistema que distribui oportunidades, reconhecimento, segurança e dignidade a partir da cor da pele.

Almeida (2019) propõe três dimensões do racismo, a *individual*, a *institucional* e a *estrutural*. A primeira diz respeito a atitudes, ofensas e comportamentos racistas manifestos — como um insulto, uma piada ofensiva, um estereótipo. A segunda, o racismo institucional, refere-se à forma como as instituições — como escolas, hospitais, empresas, universidades e o sistema de justiça — operam práticas que resultam na exclusão sistemática de pessoas negras e indígenas. Já o racismo

estrutural, o mais profundo, é aquele que torna o racismo invisível, ao mesmo tempo em que o naturaliza. Ele está nos alicerces da sociedade.

Nas palavras do autor,

O racismo estrutural diz respeito ao funcionamento normalizado e aparentemente neutro das instituições e normas sociais que perpetuam a desigualdade racial. Ele não depende da intenção ou da consciência individual. Ele está presente mesmo na ausência de atos deliberadamente racistas (ALMEIDA, 2019, p.58).

Essa estrutura opera de forma capilarizada, está no livro didático que omite autoras negras, na universidade que nunca teve uma professora negra no quadro permanente, no banco que nega crédito para a periferia, no elevador de serviço reservado para corpos racializados. Está na ausência de negros nos espaços de poder, mas também na abundância de corpos negros nas prisões e nos necrológios. Francisco Bethencourt (2018) contribui para essa leitura ao afirmar que “[...] o racismo não é um fenômeno episódico, mas um dispositivo de longa duração que se adapta às circunstâncias históricas” (Bethencourt, 2018, p.349).

Essa característica adaptativa é o que torna o racismo estrutural tão resistente, ele se reinventa com a história, sai da senzala e vai para o sistema carcerário, sai da lavoura e entra na uberização do trabalho, sai do pelourinho e entra nas balas da polícia. No Brasil, essa estrutura é ainda mais complexa por conta do *mito da democracia racial*, que insiste em afirmar que somos *todos iguais*, apagando as desigualdades materiais, históricas e simbólicas vividas pela população negra, essa falsa harmonia racial impede o debate profundo e a responsabilização das instituições. Nesse sentido, “[...] o mito da democracia racial é o nome mais sofisticado da violência simbólica” (Almeida, 2019, p.63).

Pensar o racismo como estrutura nos obriga a abandonar o conforto das soluções simplistas, não basta ter *educação antirracista* se as estruturas seguem negando acesso, permanência e valorização. Não basta celebrar o *Dia da Consciência Negra* se o currículo segue eurocentrado. Não basta *não ser racista*, é preciso agir estruturalmente — e isso significa enfrentar os privilégios que mantêm essa engrenagem funcionando.

Para nós, mulheres negras, a estrutura do racismo se entrelaça com a estrutura do patriarcado, somos atravessadas não apenas pela cor da pele, mas também pelos marcadores de gênero, classe e território. Como já afirmaram Lélia Gonzalez (2020), Sueli Carneiro (2003) e Angela Davis (2016), ser mulher negra é

ocupar a intersecção mais perigosa das opressões — mas também é ocupar o *lugar mais potente da resistência*.

Reafirmar o racismo como estrutura é, portanto, uma ação política, é rejeitar a ideia de que vivemos numa sociedade justa, é recusar a complacência com o *foi só uma piada ou o não foi minha intenção*, é entender que as regras do jogo foram escritas para nos excluir — e que nossas lutas, nossos saberes e nossas presenças são insurgências contra essa arquitetura da exclusão.

2.4 A violência epistêmica e o epistemicídio: quem conta a história da raça?

“Apagar as vozes negras é perpetuar o racismo; recuperar essas vozes é insurgência epistemológica”.

Patricia Hill Collins

Quem tem o direito de dizer o que é verdadeiro? Quem define o que é ciência, saber, conhecimento válido? Essas indagações atravessam não apenas a academia, mas o próprio coração do racismo estrutural. O epistemicídio — conceito que denuncia a eliminação sistemática de saberes não ocidentais, sobretudo os de origem negra, indígena e popular — é uma das formas mais silenciosas e eficazes de violência racista. Uma violência que não atira, mas apaga. Que não mata com armas, mas com a negação do pensamento.

Francisco Bethencourt (2018), em sua vasta análise histórica sobre os racismos, reconhece que o processo de racialização foi sempre acompanhado por discursos legitimadores, muitos deles oriundos do campo do saber e destaca que a ciência ocidental “[...] desde seus primórdios modernos, assumiu o papel de classificação da humanidade, legitimando desigualdades sob o manto da neutralidade”. (Bethencourt, 2018, p.349). Ou seja, o racismo não foi apenas sustentado pela violência física, mas também pela produção intelectual e científica. Silvio de Almeida (2019) nos alerta que o racismo epistêmico “[...] está relacionado à dominação intelectual e simbólica das elites brancas, que definem os padrões do conhecimento, excluindo ou desvalorizando outras formas de saber” (Almeida, 2019, p.81).

Nesse sentido, a exclusão de intelectuais negras, quilombolas, indígenas e periféricas dos espaços de produção científica não é casual — é estratégica. O que não se nomeia, não existe; o que não se reconhece, não tem valor. Essa lógica é visceral nas estruturas educacionais brasileiras, currículos eurocentrados, ausência de autoras negras nas bibliografias obrigatórias, deslegitimação da oralidade, desprezo pelas epistemologias ancestrais: tudo isso constitui o campo do epistemicídio. Como bem definiu Sueli Carneiro, ao conceituar epistemicídio como a “[...] a negação da humanidade do outro pela destruição do seu universo simbólico, das suas referências culturais e cognitivas” (Carneiro, 2023, p. 64).

A violência epistêmica opera em camadas, ela se manifesta quando uma mulher negra é interrompida em uma reunião, quando sua tese é considerada *militante demais*, quando sua trajetória é vista como *exceção* e não como parte de um projeto coletivo de superação. Está nos olhares que duvidam da sua autoridade, nos risos que menosprezam seu vocabulário, nas bancas que questionam a *qualidade acadêmica* do que foge da norma branca ocidental.

A essa altura, não podemos mais falar de neutralidade científica, pois, “[...] o saber também é um campo de disputa política” (Almeida, 2019, p.84). E negar esse fato é colaborar com a manutenção do racismo estrutural. A ciência que se quer neutra é, na prática, conivente com as exclusões históricas que estruturam a sociedade.

Mas resistimos, e resistimos escrevendo, falando, publicando, ensinando. A *escrevivência*, conceito cunhado por Conceição Evaristo (2016), é um gesto de enfrentamento ao epistemicídio, escrevemos com o corpo, com a memória, com as dores herdadas e as alegrias construídas em comunidade. Nossa escrita não é apenas informação — é testemunho, é denúncia, é cura.

Por isso, perguntar *quem conta a história da raça?* É também perguntar *quem silencia essas histórias?* Porque enquanto o cânone europeu continuar sendo tratado como universal, tudo o que não se encaixa nele continuará sendo visto como subalterno, periférico, folclórico ou, no máximo, *objeto de estudo*. Nós, mulheres negras, temos sido objeto de estudo por séculos, está na hora de sermos autoras da narrativa.

Esse movimento de insubmissão epistêmica não é novo, ele vem de longe, das parteiras, das Iyalorixás, das quilombolas, das mães que contavam histórias sob

a luz fraca da lamparina. Elas já faziam ciência — ciência da vida, da sobrevivência, da espiritualidade. O que a academia chama hoje de *saberes plurais*, nós sempre chamamos de *ancestralidade*.

Romper com o epistemicídio é reconhecer que não há uma única forma de pensar o mundo, é afirmar que nossas vozes não são eco — são origem. E que nossos pensamentos, mesmo desacreditados pelas instituições brancas, carregam séculos de resistência e potência.

2.5 Raça e capitalismo: uma aliança perversa

“Raça e classe não são categorias separadas; elas se cruzam para produzir desigualdade histórica”.

Sueli Carneiro

O racismo não é um erro do sistema — ele é o próprio sistema operando com eficiência perversa. Ao longo dos séculos, a ideia de raça foi sendo moldada não apenas como uma construção simbólica ou ideológica, mas como um *instrumento de exploração econômica*. Se hoje o capitalismo é o motor da desigualdade global, foi o racismo que ajudou a instalar e sustentar suas engrenagens desde o início.

Silvio de Almeida (2019), afirma que o racismo “[...] é funcional ao modo de produção capitalista, porque permite a extração de valor de determinados corpos que foram racializados para isso” (Almeida, 2019, p.72). Essa afirmação muda completamente o modo como devemos olhar a questão racial, a raça não é apenas uma categoria cultural ou uma construção social isolada: é uma categoria *econômica*, profundamente articulada à exploração da força de trabalho e à acumulação de capital.

Assim, o corpo negro, escravizado, foi a primeira grande mercadoria do mundo moderno e continua sendo, hoje, um corpo explorável, descartável e lucrativo. Francisco Bethencourt (2018) evidencia que a lógica racial se entrelaça com a colonização e com a expansão capitalista desde os séculos XV e XVI. A colonização da América e a implantação da plantaçoão escravista transformaram milhões de africanos em peças — literalmente. Desse modo, o racismo “[...] emergiu como uma ideologia de dominação sistemática que sustentava a escravizaçoão de

africanos, convertendo-os em mercadorias legalmente legitimadas” (Bethencourt, 2018, p.189).

A escravização moderna foi um sistema capitalista de base racial, a cor da pele passou a justificar quem deveria ser propriedade e quem tinha o direito de ser proprietário e isso não acabou com a abolição. A estrutura de exploração foi mantida, apenas reconfigurada: a lógica da casa-grande passou a operar dentro das fábricas, das favelas, das prisões, dos transportes públicos lotados, dos empregos informais e das escolas sucateadas.

Almeida (2019) aprofunda essa leitura ao apontar que o racismo, além de garantir mão de obra barata, serve também para dividir a classe trabalhadora e evitar sua mobilização, afirmando que o racismo “[...] tem como uma de suas funções principais impedir a solidariedade entre os oprimidos, fragmentando-os por critérios raciais e desviando a luta contra o capital” (Almeida, 2019, p.74).

Assim, a classe trabalhadora negra não é apenas oprimida — ela é funcionalmente oprimida. Isso significa que o sofrimento, o adoecimento e a marginalização dos corpos negros são partes constitutivas da lógica do lucro. A uberização, o desemprego estrutural, o encarceramento em massa e o genocídio da juventude negra são formas modernas de gestão de excedente humano racializado.

É importante entender, como Almeida (2019) alerta, que o capitalismo não é *cego à raça*, pelo contrário, ele a instrumentaliza. A diferença racial permite justificar desigualdades salariais, seletividade penal, exclusão escolar, violência policial e desumanização da pobreza, o racismo torna possível que um mesmo sistema explore amplamente, mas só ofereça dignidade para alguns. É a engenharia da desigualdade.

Bethencourt (2018) também destaca como o racismo serviu à geopolítica colonial europeia, permitindo o controle sobre continentes inteiros e desse modo “[...] legitimação da colonização estava diretamente ligada à crença de que os povos colonizados eram inferiores e, portanto, incapazes de se autogovernar ou desenvolver civilizações à altura da europeia” (Bethencourt, 2018, p.233).

A partir disso, povos foram dominados, territórios foram saqueados, culturas foram destruídas — e tudo isso foi feito com base em uma racionalidade que combinava a lógica da raça e a lógica do capital. É o que hoje chamamos de

colonialismo racializado. E mesmo nas nações *independentes*, essa estrutura se manteve, mudaram as caras no poder, mas não mudaram as regras do jogo.

No Brasil, essa aliança perversa é escancarada, o sistema penal lucra com o encarceramento em massa de jovens negros; a mídia lucra com a criminalização de suas imagens; o mercado da beleza lucra com o apagamento dos traços negros; as grandes empresas lucram com a exploração da mão de obra negra e feminina — a mais precarizada do país.

E mesmo quando conquistamos espaços, temos que lutar contra a desvalorização do nosso trabalho e contra a tentativa constante de nos colocar no *nosso lugar*, mas o nosso lugar é onde quisermos estar, esse capítulo é prova disso, nomear essa aliança entre raça e capital é abrir caminho para a desnaturalização da miséria negra, da pobreza periférica, da exclusão indígena, é mostrar que não se trata de *falta de esforço individual* — trata-se de um sistema arquitetado para nos manter na base da pirâmide.

Romper com essa lógica exige uma revolução não só política, mas também epistemológica e espiritual. Exige colocar no centro do debate os corpos, as falas e os saberes das mulheres negras, que sempre souberam que o racismo é mais do que um problema moral: *é uma engrenagem que precisa ser quebrada, para que outro mundo possa nascer.*

2.6 A persistência do mito e o silêncio como política

“O silêncio sobre a história negra não é inocente; é política de apagamento e controle”.

Sueli Carneiro

No Brasil, o racismo não se diz com todas as letras. *Ele se insinua*. Se esconde em piadas, nas manchetes enviesadas, nos espaços onde não estamos. Ele se camufla sob a narrativa da miscigenação, sob o manto de um país *sem preconceitos*, onde *todos são iguais*. É a política do silêncio — uma estratégia bem-sucedida de manutenção do racismo estrutural por meio da sua negação.

Esse silêncio, no entanto, não é ausência de fala, é escolha, é projeto, é pacto. E esse pacto tem nome: *mito da democracia racial*. Silvio de Almeida (2019) afirma de forma contundente que a democracia racial “[...] é o modo brasileiro de

organização da ideologia racista. É o discurso que diz que não há racismo justamente para que o racismo possa continuar operando” (Almeida, 2019, p.91).

A crença de que o Brasil é uma *nação harmônica e acolhedora* funciona como um sofisticado mecanismo de apagamento da violência histórica e cotidiana que atinge a população negra. Desde a abolição da escravização, que se deu sem reparação, sem terras, sem cidadania, fomos jogadas num projeto de *integração* que mais parecia uma condenação ao esquecimento.

Francisco Bethencourt (2018), ao analisar os discursos raciais no século XX, observa que o apagamento “[...] do racismo nos discursos oficiais é um traço característico dos regimes democráticos que se pretendem igualitários, mas mantêm desigualdades profundas em sua estrutura” (Bethencourt, 2018, p.341). Em outras palavras, quanto mais se diz que não há racismo, mais ele se torna impossível de combater.

O mito da democracia racial não apenas silencia as denúncias — ele deslegitima quem denuncia. Quantas vezes, ao nomear o racismo, somos acusadas de *vitimismo*, *radicalismo* ou *militância exagerada*? Quantas vezes nossas experiências são invalidadas sob o argumento de que “*hoje em dia isso não existe mais*”? Esse discurso é parte da política do silêncio: transformar o racismo em uma questão do passado ou de exceção.

E isso tem implicações sérias, quando o racismo não é reconhecido, as políticas públicas de enfrentamento são vistas como *privilégios*, *inversão de racismo* ou *mimimi*. A luta antirracista passa a ser tratada como *divisora*, *ideológica*, *identitária demais*. mas como lembra Almeida (2019), “[...] silenciar o racismo é garantir sua permanência. É um ato político de proteção do status quo” (Almeida, 2019, p.92).

Esse silêncio se manifesta também nas instituições, nas escolas que não aplicam a Lei 10.639/2003; nas universidades que não contratam professoras negras; nos museus sem curadoras negras; nos editais que excluem as epistemologias afro centradas; e, ainda mais perverso, na ausência de dados raciais em políticas públicas, o que torna impossível denunciar e corrigir desigualdades.

Bethencourt (2018) destaca que o racismo se adapta conforme os tempos, se antes era biológico, hoje é *cultural*, *simbólico e institucional*. Se antes se dizia que negros eram *inferiores*, hoje se diz que são *violentos*. Se antes se defendia a

exclusão, hoje se naturaliza a sua ausência. A perversidade do mito está justamente em sua habilidade de manter a desigualdade sem precisar defendê-la abertamente.

É aqui que a mulher negra se torna símbolo da contranarrativa, porque nossa presença incomoda o pacto do silêncio. Nós somos o ruído, a interrupção, a denúncia encarnada. Quando uma de nós entra numa universidade, escreve uma dissertação, assina uma portaria ou assume um cargo de liderança, o mito começa a ruir. Porque nós somos o testemunho de que o Brasil nunca foi uma democracia racial.

E por isso tentam nos silenciar, como tentaram silenciar Anastácia, como tentaram silenciar Dandara, como tentaram silenciar Marielle.



Nas imagens da esquerda para a direita: Anastácia, Dandara de Palmares e Marielle Franco

Mas seguimos. Porque sabemos que o silêncio nunca nos protegeu, ao contrário, ele nos mutilou. E escrever, falar, denunciar é uma forma de rasgar esse véu. De fazer com que a dor ganhe nome, forma e política.

A persistência do mito da democracia racial é o maior obstáculo à justiça racial no Brasil e só será vencida quando a escuta das mulheres negras for levada a sério como metodologia de análise da realidade. Nós, que sempre estivemos do lado de fora das estatísticas do privilégio, sabemos nomear aquilo que muitos preferem calar.

2.7 A resposta negra: teoria, luta e escrivência

“A luta negra é tecida de teoria e de vida: cada página escrita é um ato de resistência”.

Angela Davis

Se o racismo é uma estrutura que atravessa corpos, instituições e saberes, a resposta negra também é — e sempre foi — estrutural. A resistência negra não se limita à denúncia, ela é construção, é reinvenção, é memória que move, é sabedoria que cura, é epistemologia viva. A resposta negra não espera permissão, ela cria mundos mesmo quando o mundo insiste em negar nossa existência.

A filosofia ocidental há muito tempo negou às pessoas negras o direito à razão, como se nossos corpos só pudessem sentir, sofrer ou servir — mas não pensar, teorizar ou escrever. Contra essa lógica de exclusão, mulheres negras vêm rompendo com o epistemicídio ao transformar sua vivência em produção de conhecimento. É esse gesto radical que Conceição Evaristo (2016) chamou de *escrevivência*, que não é “[...] escrita de si, mas de um nós. Ela junta a experiência de uma com a de muitas, e por isso carrega a força de toda uma coletividade” (Evaristo, 2016, p. 15).

A *escrevivência* é uma forma de insurgência contra o silenciamento histórico, é corpo que escreve, é trauma que vira palavra, é memória que funda ciência. Em vez da pretensa neutralidade do saber acadêmico, a *escrevivência* assume o compromisso com a vida negra, com a verdade das margens, com os saberes que resistem entre as dobras da história oficial. Silvio de Almeida (2019) nos alerta de que o enfrentamento e combate “[...] ao racismo exige não apenas a denúncia, mas a criação de práticas políticas e epistemológicas que desafiem as estruturas de poder” (Almeida, 2019, p.107).

Essa criação vem acontecendo há séculos, nos quilombos, nas rodas de jongo, nas cozinhas, nos terreiros, nas universidades, nas assembleias, nas ruas. A teoria negra, especialmente aquela elaborada pelas mulheres, não se fecha em si — ela dialoga com o mundo real. Como aduz Patricia Hill Collins (2019), o conhecimento negro é um *conhecimento situado*, ele nasce da experiência de opressão, mas também da capacidade de olhar o mundo desde fora — e, por isso, com mais nitidez.

A resposta negra também é política, é o ativismo que reivindica o direito de existir plenamente, é o grito coletivo contra o genocídio, contra o encarceramento em massa, contra a exploração do trabalho doméstico, contra a solidão da mulher negra, é a luta pelo direito de sonhar com uma vida que vá além da sobrevivência.

Francisco Bethencourt (2018) reconhece que a resistência das populações racializadas “[...] foi parte fundamental da história dos racismos, pois obrigou os sistemas racistas a se reconfigurarem constantemente” (Bethencourt, 2018, p.378). Isso significa que nossa presença nunca foi passiva — ao contrário, sempre provocou rupturas, a cada vez que recusamos o lugar imposto, desorganizamos a ordem.

E não há maior desorganização da ordem do que uma mulher negra escrevendo sua dissertação a partir do seu corpo, da sua memória, da sua voz. O que tento fazer aqui, é mais do que pesquisa, é justiça histórica, é ancestralidade em movimento, é semente plantada para que outras possam florescer.

A resposta negra também é afetiva, porque não há transformação social sem cuidado, sem escuta, sem amor radical. bell hooks (2020) nos ensinou que o amor, para ser transformador, precisa ser político, precisa ser práxis e a escrita negra é essa prática amorosa e combativa; é cuidado coletivo, é comunidade construída palavra por palavra. Por fim, a resposta negra é espiritual, está no axé que nos protege, no sopro das yabás, na força dos orixás. Está na reza da avó, no canto da benzedeira, no axé de Oxum. Porque resistir neste mundo, para nós, nunca foi apenas estratégia — sempre foi fé.

3. ENTRE PORTAS SEMIABERTAS: A LUTA POR UM LUGAR NA ESCOLA E NA UNIVERSIDADE

“A educação é sempre um ato de coragem: romper com o silêncio imposto e reinventar-se no direito de aprender”.
bell hooks

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”.
Angela Davis

Entrar em uma escola ou em uma universidade, para muitas mulheres negras, nunca foi apenas atravessar uma porta. Foi, e ainda é, um ato político, um gesto de enfrentamento diante de estruturas que historicamente foram erguidas para mantê-las do lado de fora. As portas, *quando se abrem*, raramente estão escancaradas; estão semiabertas, permitindo a passagem, mas *testando a*

resistência de quem ousa empurrá-las. Este capítulo parte dessa metáfora: a das portas semiabertas que marcam o percurso das mulheres negras na educação brasileira, revelando não apenas os limites da inclusão, mas também a força de quem insiste em atravessá-los.

Assim, neste capítulo, objetiva-se refletir sobre o percurso histórico e contemporâneo das mulheres negras na educação formal, da escravização à universidade, analisando como suas presenças tensionam as estruturas racistas e patriarcais que moldam a escola e o ensino superior. A partir de uma perspectiva interseccional, busca compreender as condições de acesso, permanência e reconhecimento dessas mulheres nos espaços educacionais, evidenciando tanto os processos de exclusão quanto as estratégias de resistência que permitiram a construção de saberes outros, insurgentes e coletivos. Nesse sentido, mais do que *narrar a ausência*, a reflexão se propõe a *afirmar presenças* e a reposicionar o olhar sobre quem produz conhecimento no Brasil.

A história educacional do país não pode ser contada sem reconhecer o papel ativo das mulheres negras na construção, e na contestação, desse campo. Enquanto o discurso oficial exaltava o ideal de civilização e progresso, as práticas sociais e políticas mantinham as mulheres negras sob o peso da exclusão. Da senzala às universidades, o caminho é atravessado por negações, mas também por *invenções de si*, por modos criativos de aprender e ensinar, de construir conhecimento mesmo quando o acesso lhe era negado. A cada geração, novas *estratégias de sobrevivência e resistência foram tecidas*, ampliando as brechas por onde outras pudessem passar.

Entre os muros da escola e os corredores da universidade, a presença das mulheres negras ainda carrega o estigma da exceção. Ser a *única* na sala, no curso, na banca ou na gestão acadêmica é experiência compartilhada e dolorosa, que revela o quanto o racismo e o sexismo seguem estruturando os espaços de saber.

Contudo, *essa presença também é semente*: onde há uma mulher negra, há ancestralidade em movimento, há o eco de todas aquelas que foram impedidas de chegar. *Cada conquista individual é, portanto, uma vitória coletiva*, um lembrete de que a *educação*, quando *atravessada pela luta antirracista e feminista*, pode se tornar *instrumento de libertação*.

Falar de mulheres negras na educação é falar de projeto político. É reconhecer que o acesso à escola e à universidade não se resume a uma questão

de mérito, mas de reparação histórica. É denunciar o epistemicídio, a tentativa contínua de apagar saberes negros, e afirmar outras formas de produzir conhecimento, nascidas da experiência, da oralidade, da corporeidade e da coletividade.

As mulheres negras que hoje ocupam espaços acadêmicos reconfiguram o que entendemos por ciência, por ensino, por autoridade intelectual. Elas, *nós*, transformamos portas semiabertas em passagens amplas, não apenas para si, mas para todas que virão. Este capítulo é, portanto, uma celebração da travessia e um convite à escuta radical, para que, ao ouvir suas, *nossas histórias*, sejamos capazes de reinventar o próprio sentido de educar.

3.1 Mulheres Negras: Da Senzala à Universidade

*“Eles combinaram de nos matar,
mas nós combinamos de não morrer.”*
Conceição Evaristo

A escrita de Conceição Evaristo nos inspira na justa medida em este subcapítulo parte da força simbólica e política dessa *afirmação de vida* para pensar a travessia das mulheres negras da senzala à universidade. O verso, ao mesmo tempo denúncia e promessa, sintetiza o percurso histórico de resistência diante de um projeto de apagamento sistemático. Aqui, o caminho educacional é compreendido como extensão dessa luta coletiva, onde sobreviver e permanecer tornam-se gestos de insurgência. O que se pretende desenvolver a seguir é justamente essa história feita de enfrentamentos, mas também de reexistências, o movimento de mulheres negras que, mesmo empurradas para as margens, reinventaram o centro e abriram brechas para que outras pudessem atravessar.

O percurso das mulheres negras na história brasileira não pode ser contado a partir de silêncios, ele exige voz, exige grito, exige *palavra que corta e costura*, exige, sobretudo, escuta. Não aquela escuta complacente, mas uma escuta radical, como diria bell hooks (2020), que se dispõe a reconfigurar o mundo a partir do olhar de quem sempre foi forçada a habitá-lo pelas bordas.

O objetivo aqui não é apenas descrever marcos históricos ou ilustrar avanços institucionais, é compreender como a estrutura social, política e econômica brasileira se constituiu através do apagamento dessas mulheres, ao mesmo tempo em que

dependeu, e ainda depende, da força de seus braços, da potência de sua inteligência, da criatividade de sua sobrevivência. Como afirma Carneiro (2023), “[...] a mulher negra não está à margem por ausência, mas por projeto. (Carneiro, 2023, p. 17).

Essa travessia exige que olhemos para a história com lentes enegrecidas. Exige que revisitemos arquivos, que interpelemos currículos, que recusemos a neutralidade da narrativa hegemônica. A presença da mulher negra na educação formal é recente, mas sua *luta por educação é ancestral*. Nossos passos vêm de longe, como bem dizem os tambores do candomblé e os registros da oralidade ancestral.

Buscamos, portanto, não apenas narrar ausências, mas afirmar presenças. Presenças que resistem ao epistemicídio, que constroem mundos apesar da dor, que *escrevem*, como nos ensina Evaristo (2016), com tinta e sangue, com sonho e revolta. Quando olhamos para as instituições de ensino, não vemos apenas a promessa de ascensão individual, vemos o reflexo de uma luta coletiva que carrega os nomes das que foram impedidas de sonhar.

Cada mulher negra que adentra o espaço acadêmico, um sistema de exclusão é tensionado, a cada tese, cada aula, cada pesquisa, afirmamos que não seremos mais silenciadas. Somos a *geração que honra a ancestralidade com presença*, com palavra e com a recusa em aceitar que o lugar da mulher negra seja o do esquecimento.

3.2 Da senzala à sala de aula: educação como território de luta

*“A liberdade é uma escola.
Quem não aprende a ler o próprio corpo,
repete o cativo.”*
Elizandra Souza

Tomando como ponto de partida os versos de Elizandra Souza, este subcapítulo se constrói a partir da compreensão de que a educação é um processo de libertação e de descolonização do olhar. A poeta nos provoca a entender o

aprendizado como um gesto que atravessa o corpo e a experiência, rompendo com as amarras do silenciamento e da obediência impostas pela história.

Ao relacionar liberdade e conhecimento, Elizandra Souza (2012) revela que educar-se é também um ato de insurgência, ler o próprio corpo, nomear a própria história e transformar o espaço escolar em território de luta. É nesse chão de disputa, entre cativeiro e emancipação, que as mulheres negras vêm erguendo, com palavra e presença, uma pedagogia de resistência.

A história das mulheres negras no Brasil é indissociável da luta pelo direito à educação. Não qualquer educação, mas uma que respeite seus saberes, seus corpos e suas vozes, desde o período colonial, a mulher negra foi alijada dos espaços de formação formal. Como alerta Angela Davis (2016), o sistema escravocrata reservava a essas mulheres não o papel de estudantes, mas de mão de obra produtiva e reprodutiva, pois “[...] as mulheres negras eram obrigadas a cumprir dupla função, sendo exploradas tanto como trabalhadoras quanto como reprodutoras de novos trabalhadores” (Davis, 2016, p. 17).

Durante séculos, a escola foi um espaço interdito. A alfabetização de uma mulher negra era entendida como ameaça à ordem. Torná-la letrada significava dar-lhe acesso à crítica, ao questionamento, à autonomia, e isso, para o sistema colonial e seus herdeiros republicanos, era inaceitável. Como afirma bell hooks (2017), “[...] a dominação sempre começa com a tentativa de controlar a educação daqueles que são dominados” (hooks, 2017, p. 35).

A educação, portanto, foi e continua sendo um campo de batalha. O acesso negado tornou-se, para as mulheres negras, motivo de mobilização política e resistência cotidiana. Mesmo em contextos de pobreza extrema, onde a sobrevivência diária consome tempo e energia, elas seguem investindo em seus filhos, netos e em si mesmas. A oralidade, os saberes do terreiro, da rua, da cozinha e das ervas foram historicamente as formas com que essas mulheres driblaram o epistemicídio branco e patriarcal.

Sueli Carneiro (2023) nomeia isso como *saberes insurgentes*, afirmando que, diante da exclusão sistemática dos currículos formais, as mulheres negras desenvolveram formas próprias de produzir conhecimento, sustentadas pela experiência, ancestralidade e espiritualidade afro-brasileira e isso é visível ainda hoje, quando muitas de nós acessam a universidade com o corpo marcado pelo esforço de muitas gerações.

Mas a entrada na escola formal nunca foi simples. O racismo institucional se manifesta nos conteúdos, nas práticas pedagógicas, nas relações interpessoais. Como denuncia Grada Kilomba (2020), alertando que “[...] o conhecimento acadêmico ainda é profundamente eurocentrado, e nossos corpos seguem sendo percebidos como estranhos ao saber” (Kilomba, 2020, p. 89)”.

Nas escolas, muitas meninas negras são chamadas de *difíceis*, *agitadas*, *problemáticas*, quando, na verdade, estão apenas se defendendo de um ambiente que não foi feito para acolhê-las. A estrutura da escola tradicional, com seus métodos de avaliação, sua disciplina autoritária, seu currículo excludente, continua reproduzindo a lógica da senzala: poucos mandam, muitos obedecem. E as mulheres negras, mesmo quando ocupam o espaço de professoras ou gestoras, ainda enfrentam a deslegitimação constante de sua autoridade.

Na esteira de Lélia Gonzalez (2020), a educação no Brasil precisa ser lida sob o prisma da colonialidade, ela nos alerta para o perigo de uma educação que se diz neutra, mas que invisibiliza sistematicamente a presença negra e indígena em sua história, para ela é urgente enegrecer o currículo, *africanizar os saberes e derrubar o mito da neutralidade epistemológica*.

Apesar disso, seguimos. Porque sabemos que cada caderno aberto por uma menina negra é um ato de insubordinação, cada diploma conquistado, uma oferenda à ancestralidade. Como lembra bell hooks (2017), “[...] ensinar é um ato de resistência” (hooks, 2017, p. 204). E aprender, para nós, é uma forma de sobreviver — mas também de sonhar, de criar, de existir em plenitude.

3.3 Movimentos sociais, constituinte e políticas públicas de acesso

“A nossa luta é por um Brasil onde a gente não precise pedir passagem.”

Lélia Gonzalez

O horizonte político da reflexão tecida aqui é aliçercado em Lélia Gonzáles e na luta das mulheres negras, mais do que um verso, é um chamado à ação coletiva e à construção de um país em que o acesso aos direitos não dependa da permissão de quem historicamente os negou. Essa ideia de acesso e pertencimento ecoa nas

trajetórias dos movimentos sociais negros e de mulheres negras, que, ao longo das décadas, transformaram a resistência em organização e a dor em política pública.

É nesse contexto que se inscreve a luta por participação nas esferas decisórias, pela ampliação das políticas de cotas e pela efetivação de uma democracia realmente plural, onde as vozes antes silenciadas passam a compor, e disputar, o próprio desenho do Estado.

A presença das mulheres negras nos movimentos sociais brasileiros é tão antiga quanto invisibilizada. Foram elas que estiveram à frente das lutas contra a escravização, nas Irmandades religiosas, nos quilombos e nas associações de bairro. Ainda que os livros de história insistam em nos apagar, nossa presença é concreta, pulsante e decisiva. Como afirma bell hooks (2019), “[...] a resistência das mulheres negras tem sido uma constante na luta pela liberdade” (hooks, 2017, p. 64).

Durante a ditadura militar, enquanto o silêncio era imposto pelo regime, as mulheres negras continuaram tecendo redes de resistência nos territórios periféricos. A luta por creches comunitárias, alfabetização de adultos e acesso à saúde pública era liderada por elas, ainda que seus nomes raramente fossem reconhecidos. Foi esse acúmulo de experiências que deu origem, nas décadas de 1970 e 1980, à formação de coletivos específicos de mulheres negras, que, insatisfeitas tanto com o machismo dos movimentos negros quanto com o racismo dos movimentos feministas brancos, decidiram construir suas próprias narrativas.

Lélia Gonzalez foi uma das vozes mais potentes desse período, em seus escritos e discursos, denunciou o mito da democracia racial e o epistemicídio que silenciava os saberes afro-latino-americanos. Para ela, “[...] não há como entender o Brasil sem compreender a centralidade da mulher negra em sua formação social, cultural e econômica” (Gonzalez, 2020, p. 113).

É a partir dessa consciência que se articula um Feminismo Negro brasileiro, enraizado na realidade das periferias, dos terreiros e da oralidade ancestral. Essa presença foi determinante durante a Assembleia Constituinte de 1987-88. Aqui trago a figura de Benedita da Silva (foto), sua presença na Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988 foi um gesto de revolução silenciosa, e, ao mesmo tempo, um grito ancestral. De filha de empregada doméstica e favelada à relatora de pautas centrais na elaboração da Constituição, Benedita desestabilizou a lógica

racial e de classe que estrutura o poder político brasileiro. Ela não chegou à política institucional apenas para representar, mas para subverter.



Na foto: Benedita da Silva, deputada federal, assinando a Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988.

Embora formalmente poucas mulheres negras tenham tido assento no Congresso, os movimentos sociais estavam organizados nas ruas e nas plenárias populares. Suas propostas influenciaram pautas centrais: a luta contra a discriminação racial e de gênero, a valorização das culturas afro-brasileiras, o direito à educação e à saúde como políticas públicas universais. Angela Davis (2016) observa que “[...] as conquistas legais e institucionais só ocorrem quando há uma pressão coletiva constante, especialmente das mulheres negras, que estão na base da pirâmide social” (Davis, 2016, p. 46).

O reconhecimento legal do racismo como crime, a inserção da obrigatoriedade do ensino da história e cultura africana e afro-brasileira (Lei 10.639/03), e a posterior implementação das cotas raciais nas universidades públicas foram vitórias arrancadas com muito sangue, suor e mobilização. Nenhuma dessas políticas foi presente de governo, todas foram resultado direto da organização política e da articulação dos movimentos de mulheres negras, nas escolas, nas universidades, nas associações de bairro, nas ONGs, nos quilombos, nas redes virtuais e nas ruas.

Tais políticas, embora fundamentais, ainda enfrentam resistência institucional e simbólica. A meritocracia branca continua sendo usada como ferramenta para deslegitimar as ações afirmativas. Os ataques às cotas raciais, às disciplinas de

relações étnico-raciais e à própria noção de racismo estrutural demonstram que as conquistas não estão consolidadas. Como bem nos alerta Sueli Carneiro (2023), “[...] as políticas públicas não são dadas — elas são disputadas cotidianamente no campo simbólico e material das relações de poder” (Carneiro, 2023, p. 58).

É importante lembrar que, no Brasil, só em 2012 as cotas raciais foram instituídas por lei federal para as universidades e mesmo com essa conquista, a permanência das mulheres negras na educação superior segue marcada pela precarização e pelo racismo institucional. A luta, portanto, continua, agora não apenas pelo acesso, mas pela permanência com dignidade e reconhecimento.

Como sempre foi, seguimos ocupando as ruas, as redes e os centros de decisão, porque entendemos que não basta entrar, é preciso transformar. A política pública só se torna reparação real quando as vozes negras femininas participam de sua construção, implementação e avaliação.

3.4 Das cotas raciais à permanência: desafios ainda em curso

“Não basta abrir as portas da universidade. É preciso garantir que consigamos permanecer nelas”.
Djamila Ribeiro

A implementação das cotas raciais nas universidades brasileiras representou um marco na luta por justiça social e igualdade racial. Mas, para as mulheres negras, o acesso por si só nunca foi o fim — sempre foi só o começo. Entrar na universidade é, muitas vezes, uma travessia que carrega o peso de toda uma linhagem que não pôde estar ali, cada cadeira ocupada é uma vitória coletiva, mas cada permanência é uma resistência diária. Como afirma Sueli Carneiro (2023), “[...] a política de cotas deve ser entendida como uma forma de reparação histórica diante da exclusão sistemática das populações negras dos espaços de poder e saber” (Carneiro, 2023, p. 63).

No entanto, reparar historicamente uma exclusão que se prolonga por mais de três séculos não se dá apenas com vagas em editais, é necessário enfrentar o racismo institucional que se renova nas sutilezas: na ausência de professoras negras, na invisibilidade dos saberes afro-brasileiros nos currículos, na solidão que marca a experiência universitária de muitas estudantes negras, uma vez que “[...] a

educação é um ato profundamente político” (hooks, 2017, p. 14). Para as mulheres negras, ela é também um território de exaustão, muitas são mães, chefes de família, trabalhadoras em jornada dupla ou tripla, quando entram na universidade, não carregam apenas mochilas e cadernos, carregam os silêncios de suas mães, as lágrimas de suas avós, os sonhos adiados de tantas que não puderam estar ali.

As barreiras à permanência não são apenas econômicas, são simbólicas. A falta de acolhimento institucional, os olhares atravessados, as microviolências diárias, o epistemicídio constante. Como nos mostra Grada Kilomba (2020), o saber que parte do corpo negro é frequentemente deslegitimado, seja em bancas de avaliação, em salas de aula ou em artigos rejeitados por *falta de objetividade*, a exigência de neutralidade é, na verdade, uma tentativa de branquear as experiências.

Além disso, a própria lógica meritocrática, ainda tão presente no discurso universitário, continua sendo usada como ferramenta para desqualificar as conquistas das estudantes negras. “*Está aqui só por causa das cotas*”, dizem. Mas esquecem que, mesmo com cotas, é preciso estudar, trabalhar, resistir e muitas vezes calar para não ser taxada de *vitimista* ou *agressiva*.

A mulher negra universitária precisa performar excelência o tempo todo — e ainda assim, é constantemente posta à prova. Angela Davis (2016) destaca que “[...] a desigualdade de gênero é atravessada pela desigualdade racial e pela desigualdade de classe” (Davis, 2016, p. 39). E, nesse entrecruzamento, a mulher negra encontra-se no ponto mais vulnerável da pirâmide educacional. Por isso, falar de permanência é falar também de cuidado, de saúde mental, de políticas de assistência estudantil que considerem não apenas renda, mas raça, gênero, maternidade, território.

Nos últimos anos, redes de apoio formadas por estudantes negras têm sido fundamentais para garantir permanência e fortalecimento. Grupos de estudos, coletivos feministas negros, encontros de acolhimento e escrivência têm se tornado espaços de cura e afirmação. Afinal, como afirma Conceição Evaristo (2016), “nossos passos vêm de longe” (Evaristo, 2016, p. 9), mas só conseguimos avançar juntas.

As instituições de ensino precisam ser tensionadas para que deixem de ser espaços de reprodução das desigualdades e se tornem espaços de libertação. E isso só será possível quando, ao invés de apenas suportar nossa presença, elas

passarem a celebrar nossos saberes, reconhecer nossas trajetórias e garantir as condições para que não apenas estejamos, mas floresçamos.

3.5 Racismo cotidiano: feridas abertas no corpo e na alma

“O corpo negro carrega a história do medo e da resistência.”
bell hooks

Falar sobre racismo cotidiano é invadir o espaço do indizível. É expor o tipo de violência que não deixa sempre marcas físicas, mas que marca o corpo, o espírito e a trajetória de quem ousa existir enquanto mulher negra. O racismo cotidiano, conceituado Grada Kilomba (2020), é “[...] uma ferida diária, que nunca cicatriza completamente, porque é reaberta todas as vezes que se tenta ser apenas” (KILOMBA, 2020, p. 102). Ser mulher negra na universidade, no trabalho, na rua, no ônibus, é viver sob constante vigilância — e, ainda assim, ser acusada de exagero ao denunciar.

Essas feridas não são metafóricas, elas se materializam no silêncio que segue uma sugestão sua em sala de aula, no tom paternalista do professor que te chama de *emocionada*, na desconfiança quando assume um cargo de liderança, na invisibilidade de suas referências bibliográficas em bancas de avaliação. Elas estão na ironia do “*você é tão articulada*”, como se fosse uma surpresa que uma mulher negra tenha domínio da linguagem, e no espanto ao saber da sua titulação ou competência profissional.

Sueli Carneiro (2023) nomeia esse processo de exclusão simbólica e epistêmica como parte do *dispositivo de racialidade* que sustenta o projeto de branquitude no Brasil. Para ela, o racismo cotidiano opera pela negação da humanidade da pessoa negra, um mecanismo sofisticado que naturaliza a subalternidade e justifica a exclusão por meio da norma branca de comportamento, saber e aparência. Quando a mulher negra não corresponde à expectativa da docilidade, da subserviência ou do silêncio, é imediatamente colocada sob suspeita.

É assim que o racismo se torna pedagógico, ele ensina à mulher negra que, para sobreviver, será preciso se silenciar, se moldar, se esconder, ou se blindar. Muitas de nós aprendemos a mascarar o cansaço, a engolir a humilhação, a sorrir

enquanto somos feridas. Como aponta bell hooks (2017), “[...] o silêncio pode ser um lugar de proteção, mas também pode ser o terreno fértil da dominação” (hooks, 2017, p. 38). E em muitos casos, o preço da voz é alto demais: custa relacionamentos, oportunidades, saúde mental.

Essas violências diárias, apesar de *pequenas* aos olhos de quem não as vive, têm efeitos cumulativos devastadores, a ansiedade, a insônia, o adoecimento emocional, a síndrome do impostor — todos esses são sintomas de um corpo e uma mente que foram treinados a duvidar de si. Como não adoecer num espaço em que tudo nos diz que não pertencemos? Como não duvidar de si quando se é constantemente questionada?

Na universidade, o racismo cotidiano se manifesta também nas omissões. Na ausência de protocolos eficazes de denúncia, na conivência dos pares, na burocratização da dor. Quando a mulher negra denuncia, ela é desacreditada. Quando se cala, ela adocece, muitas desistem. E é por isso que muitas sequer tentam. Mas há também resistência. Há quem transforme a dor em palavra, o trauma em denúncia, o silêncio em grito. A escrita negra feminina tem sido uma das mais poderosas formas de enfrentamento a esse cotidiano colonial.

A *escrevivência*, como propôs Conceição Evaristo (2016), não é apenas uma forma de narrar a dor, é uma forma de desestabilizar o sistema que tenta nos silenciar. Ao contar nossas histórias, nos tornamos incontroláveis. Como afirma Kilomba (2020), “[...] a pergunta não é onde está o racismo, mas quem tem o poder de nomeá-lo” (Kilomba, 2020, p. 121). É esse poder de nomeação que retomamos ao escrever, ao ensinar, ao ocupar espaços de decisão. Damos nome às feridas. Damos voz às que vieram antes. Damos continuidade a uma luta que nunca foi apenas nossa, mas que precisa de nós para continuar.

4. HERANÇAS DA SENZALA, ESCRAVIZAÇÕES MODERNAS

“Nossos corpos são territórios de luta: carregam o peso do mundo e, ainda assim, florescem em resistência.”
Lélia Gonzalez.

O passado da escravidão brasileira não ficou confinado à história; ele pulsa nas estruturas sociais, econômicas e culturais do presente. Este capítulo propõe refletir sobre as continuidades entre a senzala e as formas contemporâneas de exploração e exclusão, mostrando como o racismo estrutural e o sexismo se entrelaçam para produzir desigualdades persistentes.

As heranças da senzala não são apenas simbólicas: elas se materializam no trabalho precário, na desvalorização do corpo negro, na violência institucional e na negação de direitos básicos. Compreender essas heranças é, portanto, um passo fundamental para visibilizar as escravidões modernas e os mecanismos de reprodução da desigualdade.

No mundo do trabalho, a lógica da exclusão se faz sentir de maneira particular sobre corpos negros e, de forma ainda mais intensa, sobre mulheres negras. A marginalização econômica e social é fruto de uma história que transformou habilidades, inteligência e força de trabalho negras em recurso explorável e descartável. Busca-se, portanto, examinar como essas estruturas se reproduzem, disfarçadas sob políticas de mercado, meritocracia aparente e narrativas de progresso, mantendo vivos os rastros da senzala na dinâmica contemporânea de emprego e renda.

O corpo negro feminino, enquanto território de exploração histórica e atual, é atravessado por múltiplas violências que se enraízam na acumulação primitiva e no legado da servidão. Mais do que sofrer, o corpo negro feminino também produz, resiste e inventa modos de existência e sobrevivência que desafiam a ordem estabelecida. Analisar essas dimensões permite compreender não apenas o impacto da história sobre os corpos, mas também a potência insurgente de mulheres negras que, mesmo diante das imposições sociais e econômicas, seguem afirmando sua presença e agência.

Assim, este capítulo também se propõe a ouvir as vozes insurgentes que atravessam o tempo, reconhecendo que a ancestralidade negra não é apenas memória, mas ação contínua. Ao revisitar histórias, trajetórias e resistências, buscamos demonstrar que a luta contra as escravidões modernas é inseparável do legado de luta das que vieram antes. É nesse diálogo entre passado e presente, memória e criação, que emergem estratégias de resistência, invenção e transformação, iluminando caminhos para a justiça social e para a afirmação da vida negra em todos os seus tempos e espaços.

4.1 O mundo do trabalho e a lógica da exclusão

“O racismo e o sexismo estruturam o mundo do trabalho de modo a excluir e desvalorizar os corpos negros, transformando sua força em mercadoria”.
bell hooks

A mulher negra no mundo do trabalho brasileiro nunca foi uma presença periférica. Sempre estivemos no centro da engrenagem econômica, mas nos piores postos, sob as piores condições, com os menores salários. Desde o Brasil escravocrata até hoje, nosso corpo foi pensado como extensão da lavoura, da casa, da fábrica, da cozinha, da sala de aula. Como lembra Angela Davis (2016), “[...] as mulheres negras nunca estiveram ausentes do trabalho: elas sempre foram o seu motor invisível” (Davis, 2016, p. 47).

A divisão racial e sexual do trabalho é uma das expressões mais perversas do racismo estrutural, às mulheres brancas, as funções intelectuais, administrativas, de prestígio, às negras, o trabalho braçal, o cuidado não remunerado, a invisibilidade como regra. A mulher negra é maioria entre as trabalhadoras domésticas, entre as que exercem funções sem carteira assinada, entre as que realizam os trabalhos considerados *menos qualificados*, embora exijam esforço físico, inteligência prática e resiliência.

Como enfatiza bell hooks (2019), “[...] o trabalho para as mulheres negras não é um espaço de libertação, mas, muitas vezes, de opressão continuada” (hooks, 2019, p. 82). Isso porque, mesmo quando acessamos profissões antes negadas, como a docência universitária, a técnica em gestão, o serviço público ou mesmo as ciências, ainda somos atravessadas pelo racismo, ele não desaparece com o diploma, apenas muda de forma.

A lógica meritocrática, por exemplo, ignora que o ponto de partida nunca foi o mesmo. As mulheres negras enfrentam desigualdades desde a infância, na escola pública de baixa qualidade, na ausência de rede de apoio, na necessidade de começar a trabalhar cedo, na solidão das mães solo, quando finalmente acessam empregos formais, já estão emocionalmente e fisicamente exaustas e ainda assim, precisam provar três vezes mais que merecem estar ali.

No serviço público, o preconceito vem travestido de formalidade. No setor privado, se disfarça de perfil profissional. Em ambos, se revela nas *microviolências*, na forma como se referem ao seu cabelo, à sua voz, à sua postura, na surpresa por sua competência, na ausência de promoção, na constante insinuação de que só está ali “*por causa de cotas*”.

Sueli Carneiro (2023) propõe pensar o trabalho das mulheres negras como território de conflito. Para a autora, o ambiente laboral é um espaço onde se atualiza a herança colonial, já que “[...] a mulher negra ainda é vista como corpo-serviço, não como sujeito do trabalho” (Carneiro, 2023, p. 91). E quando tenta ascender, é punida, seja pelo isolamento, seja pela sobrecarga, seja pela sabotagem.

O que se espera da mulher negra no trabalho é eficiência silenciosa, que ela faça muito, por pouco, e sem reclamar. Quando denuncia, é tida como conflituosa. Quando se destaca, como *metida*. A desumanização opera por meio de estereótipos que a fixam na figura da *forte*, da *que aguenta tudo*, da *serviçal leal*. Mas nenhuma dessas narrativas considera sua saúde mental, seu direito ao descanso, à fragilidade, à dignidade.

A luta das mulheres negras por reconhecimento no mundo do trabalho é, portanto, uma luta por humanidade. É por isso que os movimentos feministas negros insistem na interseccionalidade: porque não se pode pensar gênero sem pensar raça, e não se pode pensar emancipação sem pensar redistribuição de renda, reparação histórica e valorização do saber popular.

Assim, quando uma mulher negra ocupa um cargo de liderança, uma sala de aula, uma função de comando, ela não está apenas exercendo uma profissão. Ela está disputando a lógica de quem pode liderar, ensinar, mandar. Está, como diz Lélia Gonzalez (2020), *africanizando o futuro*.

4.2 *Corpo negro feminino e acumulação primitiva: heranças da senzala*

“O corpo negro feminino foi desde sempre central para a acumulação de riqueza, sem reconhecimento ou liberdade”.

Angela Davis

É impossível compreender a história da mulher negra no Brasil, e na diáspora, sem reconhecer que seu corpo foi, desde o início, um instrumento de

dominação e de lucro. Como nos mostra Angela Davis (2016), a exploração da mulher negra durante a escravização não se limitava à força de trabalho, ela era também explorada como ventre, como mercadoria sexual, como capital reprodutivo. O sistema escravista transformou o útero da mulher negra em fonte de riqueza, em máquina de produzir força de trabalho gratuita. Essa é a base da acumulação primitiva capitalista: corpos negros, e em especial corpos femininos negros, usados para enriquecer o colonizador. Marx não deu conta disso, mas as mulheres negras deram.

É por isso que pensar o corpo negro feminino é pensar economia, é pensar política, é pensar a genealogia da violência. Como aponta Lélia Gonzalez (2020), a opressão de gênero no Brasil sempre esteve atravessada pela racialização. A mulher negra não foi apenas subalterna, ela foi animalizada, erotizada, bestializada. Reduzida a ventre, a carne, a suor. E isso deixou marcas que ainda hoje se impõem como estigmas.

A lógica da acumulação primitiva, como descreve Silvia Federici (não negra, mas importante nesse diálogo), não desapareceu com a abolição. Ela foi reconfigurada. O corpo da mulher negra continua sendo explorado nos mercados informais, na terceirização do cuidado, na erotização da mídia, na criminalização da pobreza. Continua sendo controlado pelo Estado, seja através da polícia, do hospital ou da escola, e pelo capital, que se apropria de sua imagem, de sua estética, de sua força sem lhe dar retorno algum.

Sueli Carneiro (2023) explica que a herança da senzala ainda pulsa em cada estatística que nos coloca como maioria entre as vítimas de feminicídio, de violência obstétrica, de desemprego, de analfabetismo funcional. A mulher negra ainda é vista como recurso: para limpar, para cuidar, para servir. E quando ousa ocupar outros espaços, o da intelectualidade, da política, da arte, é atacada, desacreditada ou ridicularizada.

Nosso corpo não é apenas o local da opressão, ele é também o território da resistência. Por isso, o feminismo negro afirma que o corpo é político. Como lembra bell hooks (2019),” [...] reivindicar o corpo negro feminino como lugar de prazer, de dignidade, de beleza e de potência é um dos gestos mais radicais de liberdade” (hooks, 2019, p. 76). E é por isso que controlar nossos corpos sempre foi prioridade para o sistema: porque sabem da força que temos.

O corpo da mulher negra carrega história: ele guarda memória das torturas, mas também da dança, do afeto, da espiritualidade. É corpo que sabe parir e plantar, que sabe amamentar e alimentar, que sabe ensinar mesmo quando lhe negam a palavra. É corpo que sobreviveu à travessia, à senzala, à miséria, ao manicômio, à escola racista, ao hospital negligente, ao estupro, ao exílio. E que segue vivo. E que segue sendo potência.

Essa herança da acumulação primitiva precisa ser enfrentada com políticas de redistribuição, de reparação e, sobretudo, com reconhecimento. Reconhecimento do quanto nos foi tirado. Do quanto nos foi negado. Do quanto resistimos. Do quanto produzimos mesmo em contextos de extrema violência. E do quanto seguimos inteiras, ainda que feridas.

Como diz Grada Kilomba (2020), “[...] não é o corpo negro que é o problema, mas o olhar colonial que insiste em vê-lo como ameaça ou como coisa” (Kilomba, 2020, p. 139). Nosso corpo não é coisa. Nosso corpo é sagrado. E é com ele que abrimos caminhos para outras. Que caminhamos com as que vieram antes. Que fazemos da vida uma continuidade de luta, e de cura.

4.3. Atravessar o tempo como flecha: vozes insurgentes e ancestralidade viva

“A transformação vem das que ousam manter viva a memória das que vieram antes”.

Audre Lorde

As mulheres negras são, por excelência, sobreviventes da história, mas também suas *reescritoras*. Se o tempo histórico nos tratou como sobras, ruídos ou notas de rodapé, fizemos da palavra um instrumento de deslocamento. Não mais alvos, mas flechas: atravessamos o tempo com direção, com intensidade e com a precisão ancestral de quem sabe para onde quer ir.

A temporalidade da mulher negra não se organiza linearmente. Para nós, passado, presente e futuro caminham juntos, como a voz da avó que ecoa no gesto da neta; como o tambor antigo que ressoa na sala de aula moderna. Nossa memória é coletiva, circular, espiritual. E, por isso, não há projeto emancipatório possível sem reconhecer o papel da ancestralidade como fonte de sabedoria e força política.

Conceição Evaristo (2016) nos ensina que *escrevivência* é mais que um neologismo: é método, é estética, é política. É a escrita marcada pela vida e a vida reinventada pela palavra. Cada mulher negra que escreve sua história desafia o silenciamento milenar. E mais do que isso: convida outras a falarem também. A tomarem a palavra. A não aceitarem a invisibilidade como destino.

Como aponta bell hooks (2017), a educação crítica deve ser “[...] um espaço de esperança e transformação, onde possamos curar as feridas abertas por séculos de exclusão” (hooks, 2017, p. 205). E essa cura só pode acontecer quando olhamos para trás não para nos lamentar, mas para nos reconhecer. Quando fazemos das cicatrizes um mapa. Quando entendemos que as histórias das nossas mães, avós e bisavós não são peso, *são chão*.

Grada Kilomba (2020) nos lembra que é preciso transformar o lugar de objeto em sujeito e transformar o trauma em narrativa. Isso só é possível porque carregamos dentro de nós o que há de mais revolucionário: a memória. Uma memória viva, vibrante, que resiste ao apagamento e transforma dor em dança, lágrima em tese, grito em poesia.

Reivindicar nossa ancestralidade não é folclore, é estratégia. É saber que os saberes que nos negaram, as benzedeiras, parteiras, rezadeiras, mestras griôs, são tão sofisticados quanto os que se ensina nos livros. É afirmar que os nossos mais velhos são nossos intelectuais. Que a roda de samba é uma sala de aula. Que o terreiro é um laboratório de ética, filosofia e ciência. Que o corpo é um arquivo. Quando uma mulher negra se levanta, como disse Angela Davis, toda a estrutura social se move. E quando essa mulher se levanta com consciência de sua ancestralidade, ela se torna incontrolável.

Torna-se semente e fruto.

Voz e eco.

Raiz e horizonte.

É por isso que resistimos. Porque herdamos a sabedoria de quem fez do silêncio arma, da fé abrigo, da palavra libertação. Porque sabemos que nossos passos vêm de longe, mas que não param aqui. Porque não aceitamos ser flecha sem alvo. Somos flecha que abre caminho. Que fura a história. Que rasga o tempo. E que planta novas possibilidades de mundo.

5. FEMINISMOS: HISTORIOGRAFIA DO FEMINISMO NEGRO NO BRASIL E NO MUNDO

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas”

Audre Lorde

O Feminismo Negro, enquanto movimento social e corrente teórica, nasce da interseção entre raça, gênero e classe, articulando denúncias históricas e construindo ferramentas de resistência que atravessam séculos e continentes.

Este capítulo se propõe a revisitar trajetórias, experiências e produções intelectuais que desafiaram e desafiam estruturas de opressão, mostrando como a luta das mulheres negras não é apenas pela igualdade, mas por reconhecimento, memória e justiça social. Ao explorar a historiografia do feminismo negro no Brasil e no mundo, buscamos compreender como vozes insurgentes, muitas vezes silenciadas ou marginalizadas — se consolidaram como referenciais essenciais para pensar políticas, educação, epistemologia e emancipação.

As raízes do Feminismo Negro se entrelaçam com a história da resistência negra e das mulheres que, desde o período escravocrata, encontraram formas de subversão frente às violências cotidianas e sistêmicas. Desde as primeiras insurgências, como as denunciadas por Sojourner Truth no século XIX, até as análises críticas contemporâneas de teóricas como Angela Davis, Patricia Hill Collins e Lélia Gonzalez, evidencia-se um fio condutor, *a recusa em aceitar o apagamento e a construção de saberes que partem da experiência vivida e da marginalidade como lugar de potência.*

Ao longo deste capítulo, exploraremos como cada pensadora articulou a crítica à dominação estrutural, seja através da política, da epistemologia ou da produção literária e artística. Angela Davis nos oferece a perspectiva marxista negra feminista, relacionando o gênero, a raça e a classe à luta anticapitalista; Patricia Hill Collins inaugura a análise da matriz de dominação e da epistemologia da margem; Lélia Gonzalez propõe a ame-fricanidade como chave para compreender a insurgência negra feminina no Sul Global. Por sua vez, Sueli Carneiro e Grada

Kilomba nos conduzem à reflexão sobre racialidade, memória e trauma, mostrando que resistir também é produzir conhecimento, ressignificar a linguagem e escrever-se contra a exclusão.

Este capítulo, portanto, não pretende apenas traçar uma linha histórica ou teórica, mas ressaltar a potência das mulheres negras como protagonistas do pensamento e da prática feminista. Trata-se de um percurso que vai das margens ao centro, revelando como a construção de saberes críticos e subversivos possibilita a transformação social. A historiografia do feminismo negro, aqui, é entendida como instrumento de emancipação e denúncia, iluminando caminhos para compreender a interseccionalidade das opressões e as estratégias de resistência que continuam a moldar o presente e a abrir portas para futuros mais justos.

5.1 Início da luta: as raízes da subversão

“A história da mulher negra é a história da luta contra o apagamento; é a história da subversão que nasce da resistência.”

bell hooks

A história do Feminismo Negro não começa em universidades, nem tampouco em livros. Ela começa nas velas da senzala, nas cozinhas da *Casa Grande*, nos barracões dos terreiros, nas roças de algodão, nas fugas silenciosas para o mato. A subversão feminina negra é anterior à linguagem acadêmica, porque nasceu da necessidade visceral de sobrevivência, de manter vivos os filhos, os corpos e os saberes. É resistência ancestral, feita com as mãos calejadas e a alma enraizada em África.

A presença das mulheres negras como sujeitas da história sempre foi marcada por uma tensão constante, ao mesmo tempo em que eram pilstras da estrutura social escravocrata, por meio do trabalho forçado, da reprodução, do cuidado com a casa senhorial, também eram vistas como subalternas e perigosas. A figura da mulher negra era construída socialmente como objeto de exploração e desejo, mas sua subjetividade era sistematicamente negada (Carneiro, 2023). Ainda assim, ela resistiu. E não só resistiu, como reexistiu.

Ao longo do período escravista, são inúmeros os relatos, apagados ou abafados, de mulheres negras que desafiaram o *status quo*. Dandara dos Palmares, companheira de Zumbi, não foi apenas uma figura secundária na história dos quilombos. Ela foi estrategista, guerreira, liderança. Sua existência desmonta a narrativa colonial que relega às mulheres negras o papel de coadjuvantes. Maria Felipa de Oliveira, pescadora baiana, liderou mais de 40 mulheres em ações contra tropas portuguesas em 1823, durante a Independência da Bahia, utilizando táticas de guerrilha com redes de pesca, pedaços de pau e pimenta. Quantas Dandaras, Marias e Teresas foram silenciadas?

Essa luta cotidiana, travada dentro e fora dos espaços institucionais, fundou o que Sueli Carneiro (2015) chamou de uma epistemologia da experiência negra. As mulheres negras aprenderam a se defender enquanto criavam seus filhos, preparavam remédios com ervas, entoavam cânticos de cura, e costuravam saberes nos tecidos do tempo. A transmissão de conhecimento, a oralidade e os cuidados com a coletividade foram formas de enfrentamento político invisibilizadas pela história oficial.

É importante destacar que, desde os primórdios da diáspora africana, essas mulheres não foram apenas vítimas da estrutura colonial. Foram também intelectuais orgânicas, ainda que sem esse título, pois como afirma Grada Kilomba (2020), o que é considerado conhecimento válido passa por um crivo racializado e eurocentrado. As negras velhas, as mães de santo, as parteiras e benzedeadas produziam conhecimento vital para a manutenção da vida, saberes esses que foram marginalizados sob a ótica da modernidade ocidental.

A luta das mulheres negras, portanto, é antes de tudo anticolonial. Ela se coloca contra a lógica da colonialidade do poder (Quijano, 2005), que instituiu uma hierarquia global baseada em raça, gênero e classe. Desde a invasão das terras americanas, o corpo da mulher negra foi capturado como território de guerra, explorado sexualmente, utilizado para reprodução forçada e submetido a castigos exemplares. Mas, mesmo nessas condições de extrema violência, essas mulheres criaram redes de solidariedade, estratégias de fuga e resistência simbólica que sustentam a luta até os dias atuais.

Lélia Gonzalez (2020) nos ensina que a mulher negra brasileira vive uma dupla ou até tripla subalternização, *por ser mulher, por ser negra e por viver em um país que tenta negar sua raiz africana em nome de um ideal eurocentrado de nação*.

Segundo a autora, a experiência da mulher negra é forjada na amefricanidade, uma identidade que incorpora, simultaneamente, as memórias da África, da América Latina e da resistência à colonização.

Essas raízes da subversão feminina negra também nos obrigam a desconstruir o tempo cronológico linear que a historiografia tradicional impõe. Como diria Oyèrónké Oyěwùmí (2017), a lógica do tempo colonial é patriarcal e ocidental. As histórias das mulheres negras não se encaixam nesse molde: elas são circulares, entrelaçadas, muitas vezes silenciadas, mas nunca interrompidas. A memória da resistência é transmitida não apenas por palavras, mas por gestos, ritos, comidas, cantos, sorrisos e silêncios, tudo aquilo que o colonialismo tentou apagar.

Este início da luta, portanto, é a base de tudo o que viria depois. É o berço do feminismo negro, ainda sem esse nome, mas já com essa postura: insubmissa, coletiva, ancestral e revolucionária. A mulher negra nunca precisou que o feminismo a libertasse; ela já lutava por sua libertação quando o feminismo sequer a considerava humana. O que o feminismo negro faz é nomear, politizar e teorizar aquilo que nossas ancestrais sempre souberam: que ser mulher negra é estar em constante movimento de (re)existência.

5.2 O século XIX e a voz de Sojourner Truth: o corpo negro como denúncia

“Ain’t I a Woman?”

Sojourner Truth

O século XIX marca uma virada nos processos de escravização, com o fortalecimento de movimentos abolicionistas e, simultaneamente, com a amplificação das estratégias de controle sobre os corpos negros — especialmente os femininos. Neste cenário, emergem vozes que não só desafiaram o sistema escravocrata, mas colocaram em xeque a própria noção de humanidade que sustentava a modernidade ocidental. Uma dessas vozes é a de *Sojourner Truth*, mulher negra, ex-escravizada, analfabeta e profundamente insurgente.

Em 1851, durante a *Convenção pelos Direitos das Mulheres*, em Akron, Ohio (EUA), Truth toma a palavra diante de uma audiência majoritariamente branca e masculina. Sem pedir licença e com a força de quem já havia sobrevivido a séculos

de silenciamento, ela proferiu o que viria a se tornar um dos discursos mais emblemáticos da história da luta antirracista e feminista: “*Ain’t I a Woman?*” — em português, “*E eu não sou uma mulher?*”.

Truth inicia sua fala desafiando diretamente a construção social da feminilidade branca, “[...] aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas... Mas ninguém nunca me ajudou a subir numa carruagem ou atravessar uma poça de lama” (Truth, 1851, *apud* Collins, 2021).

Com esse gesto, ela rompe com o mito da mulher frágil e delicada — um ideal de feminilidade moldado à imagem da mulher branca burguesa. Sojourner Truth denuncia, com o próprio corpo, o apagamento das mulheres negras das discussões feministas de sua época. Seu discurso não é apenas um grito individual: é o primeiro marco visível do que viria a ser chamado, mais de um século depois, de *interseccionalidade*.

Ela traz à tona o incômodo epistemológico de ser mulher e não ser reconhecida como tal. Truth questiona: que mulher é essa que merece proteção, respeito, cuidado? Porque ela, enquanto mulher negra, trabalhava, paria, apanhava e era violentada — e mesmo assim era negada como sujeito de direitos. Essa reflexão dialoga diretamente com a crítica de bell hooks (2019), que aponta que o feminismo branco historicamente se constituiu como um projeto excludente, centrado nas experiências de mulheres brancas, heterossexuais, de classe média.

A força política do discurso de Sojourner Truth está no fato de que ela não argumenta a partir da teoria, mas da vivência. Sua narrativa é o que hoje poderíamos nomear como *escrivivência oral* — uma performance de corpo inteiro, em que a dor, a revolta e a história coletiva da mulher negra ganham voz pública. Como bem afirma Patricia Hill Collins (2021), a experiência da mulher negra é um ponto privilegiado para a produção de saberes contra-hegemônicos, pois é nesse lugar “de dentro e de fora” que se forja uma consciência crítica radical.

Truth não apenas desafia o patriarcado e o racismo em sua fala. Ela tensiona, sobretudo, a naturalização da inferioridade da mulher negra. Ao questionar se ela também não é uma mulher, ela expõe a farsa da universalidade dos direitos humanos e da própria noção de cidadania moderna, tão cara aos projetos iluministas e liberais. Angela Davis (2016) argumenta que, mesmo após a abolição formal da

escravização, as mulheres negras continuaram sendo tratadas como não-cidadãs, sendo relegadas ao trabalho doméstico, à pobreza e à criminalização.

O impacto de Sojourner Truth ecoa até hoje, porque sua fala não perdeu atualidade. Ainda hoje, nos espaços acadêmicos, políticos e institucionais, mulheres negras são vistas como *fora do lugar* quando tomam a palavra. Ainda hoje, quando ousamos afirmar: *somos mulheres*, somos questionadas, silenciadas, duvidadas. Porque o racismo de gênero, como nos ensinou Lélia Gonzalez (2020), constrói a mulher negra como uma figura subalterna e desumanizada. Truth nos mostrou, ainda no século XIX, que o feminismo que não nos inclui é parte do problema, e não da solução.

Seu legado é, portanto, um alicerce para o feminismo negro. Ela abriu caminho para que outras mulheres negras ousassem se reconhecer como sujeitas políticas plenas, desafiando não apenas o machismo e o racismo, mas também a colonialidade do ser e do saber. Como nos lembra bell hooks (2017), “[...] a voz é a arma da mulher negra”. Sojourner Truth soube disso como poucas. E sua pergunta, feita em 1851, segue reverberando nas nossas gargantas: *e eu, não sou uma mulher?*

5.3 Angela Davis e a articulação entre gênero, raça e classe: uma perspectiva menos marxista mais negro feminista

“Não existe libertação completa sem a libertação das mulheres negras; a luta por justiça social é inseparável da luta antirracista e feminista”.

Angela Davis

Se Sojourner Truth plantou a semente da interseccionalidade com sua fala cortante em 1851, foi Angela Davis quem, mais de um século depois, regou essa semente com uma análise revolucionária que entrelaça gênero, raça e classe de forma inseparável. Filha de professores e militante desde a juventude, Davis não é apenas uma intelectual acadêmica, mas uma mulher negra que enfrentou a prisão política, perseguição pelo FBI e o silenciamento sistemático da estrutura de poder norte-americana. Sua trajetória é, por si só, um manifesto contra o racismo, o capitalismo e o patriarcado.

Em sua obra seminal *Women, Race and Class* (1981), traduzida para o português como *Mulheres, Raça e Classe* (2016), Angela Davis lança uma crítica devastadora tanto ao feminismo liberal quanto ao movimento negro hegemônico. Para ela, nenhuma dessas vertentes foi capaz de incorporar as vivências das mulheres negras em sua totalidade.

O feminismo branco burguês, focado em direitos civis individuais e no acesso ao mercado de trabalho, ignorava que as mulheres negras nunca estiveram fora do trabalho, pelo contrário, sempre foram obrigadas a trabalhar desde a escravização. E, no interior do movimento negro, o machismo frequentemente relegava as mulheres à retaguarda, silenciando suas experiências de opressão de gênero.

Ao analisar a trajetória histórica das mulheres negras nos Estados Unidos, Davis evidencia que a opressão de gênero nunca operou sozinha. Durante a escravização, as mulheres negras não apenas realizavam trabalho reprodutivo e doméstico, como também eram obrigadas a realizar o mesmo tipo de trabalho braçal dos homens, além de serem alvos sistemáticos de estupros como instrumento de dominação racial. Nesse sentido, a autora articula uma crítica que hoje poderíamos nomear como *materialista interseccional*, antecipando os debates que seriam consolidados posteriormente por autoras como Patricia Hill Collins (2021) e Kimberlé Crenshaw (2012).

Davis (2016) também resgata a participação histórica das mulheres negras nos processos de organização política, desde as revoltas de escravizados até o movimento pelos direitos civis. Ao fazer isso, ela rompe com a ideia de que a mulher negra seria passiva ou ausente da história. Pelo contrário, a autora mostra que a mulher negra foi protagonista de diversas lutas, mesmo quando silenciada pelas narrativas oficiais. Essa perspectiva é fundamental para descolonizar a história do feminismo e para reconhecer que, como afirma bell hooks (2019), “[...] a história do feminismo precisa ser recontada a partir da margem”.

Um dos aspectos centrais da obra de Davis é a crítica à romantização do trabalho doméstico. Ela mostra como, para as mulheres negras, o lar nunca foi um *refúgio* do trabalho, como prega o ideal burguês. Pelo contrário, o espaço doméstico foi historicamente um lugar de opressão, exploração e invisibilização. Assim, ao contrário do feminismo liberal, que via a inserção no mercado como libertadora, Angela Davis denunciava a superexploração das mulheres negras que acumulavam

jornadas como trabalhadoras assalariadas, mães e cuidadoras, sem qualquer reconhecimento ou suporte do Estado.

A abordagem de Davis (2016) também é profundamente influenciada pelo pensamento marxista. No entanto, ela não adota uma leitura ortodoxa da teoria marxista. Sua crítica vai justamente à ausência de análise racial e de gênero na maioria das leituras tradicionais do marxismo. Davis (2016) propõe uma releitura crítica da luta de classes que não invisibilize a cor e o gênero de quem compõe o proletariado. Isso a torna uma das pioneiras na formulação do que hoje chamamos de *Marxismo Negro Feminista*.

Além de sua produção acadêmica, Angela Davis foi e é uma figura central no ativismo político global. Seu envolvimento com o *Partido dos Panteras Negras* e com o *movimento carcerário abolicionista* mostra que sua luta não se restringe aos livros: ela é corpo político em movimento. Nos anos 2000, Davis amplia sua atuação com o livro *Are Prisons Obsolete?*, em que denuncia o encarceramento em massa da população negra, especialmente das mulheres, como nova face do racismo estrutural.

Essa denúncia dialoga com a realidade brasileira, em que mulheres negras são a maioria entre as presas, como consequência direta do racismo, da pobreza e da misoginia institucional. Angela Davis também representa, simbolicamente, um elo entre diferentes gerações de mulheres negras feministas. Suas ideias reverberam nas produções de Sueli Carneiro, Djamila Ribeiro, Carla Akotirene e tantas outras que, a partir de suas realidades locais, constroem pontes com essa tradição crítica internacional. Davis nos mostra que a luta antirracista precisa ser necessariamente feminista e anticapitalista, caso contrário, reproduzirá as opressões que diz combater.

Ao pensarmos a articulação entre raça, classe e gênero como dimensões estruturantes da vida social, Angela Davis nos convoca a recusar soluções simplistas para problemas complexos.

A autora nos ensina que é impossível falar de emancipação das mulheres sem falar da liberdade dos corpos negros, do fim da exploração do trabalho e da desconstrução das hierarquias coloniais. Como ela mesma afirma: “não aceito mais as coisas que não posso mudar. Estou mudando as coisas que não posso aceitar” (Davis, 2016). Esse é o espírito do Feminismo Negro que Davis encarna: *inaceitável, insurgente e inegociável*.

5.4 Patricia Hill Collins e a construção do Pensamento Feminista Negro: matriz de dominação e epistemologia da margem

“O conhecimento gerado na margem tem o poder de redefinir o centro”.

Patricia Hill Collins

Se as palavras de Sojourner Truth abriram as brechas, e Angela Davis alargou as margens entre teoria e prática, é Patricia Hill Collins quem entra nesse corredor da história com a tarefa de sistematizar, teorizar e legitimar o pensamento produzido por e a partir das mulheres negras. Com sua obra mais influente, *Black Feminist Thought* (1990), traduzida no Brasil como *O pensamento feminista negro* (Collins, 2021), Collins consolida um marco teórico e metodológico de extrema relevância não só para o Feminismo Negro, mas para todas as ciências humanas e sociais que se pretendam antirracistas e descoloniais.

A autora parte da premissa de que as mulheres negras vivem numa encruzilhada de opressões simultâneas, não como somatória, mas como sistema. Ela chama esse entrelaçamento de *matriz de dominação*, um conjunto de estruturas que articula raça, classe, gênero, sexualidade, religião, nacionalidade e outras categorias sociais para manter um padrão de poder e exclusão (Collins, 2021). A matriz de dominação, portanto, não é apenas uma teoria explicativa da desigualdade, é um instrumento de leitura da realidade, mas também de contestação e transformação.

O diferencial do pensamento de Collins é que ela não toma as mulheres negras apenas como objeto de análise, mas como *sujeitas epistêmicas*, produtoras legítimas de conhecimento. Em outras palavras, ela não escreve sobre as mulheres negras, mas com e desde elas. Para Collins, os saberes construídos por mulheres negras, nos salões de beleza, nas igrejas, nas cozinhas, nas comunidades, nos coletivos, constituem epistemologias válidas e fundamentais para compreender o mundo e transformá-lo. É esse o princípio de sua defesa do que ela chama de *conhecimento situado*.

Esse conhecimento não se baseia na neutralidade, essa ficção ocidental que mascara os privilégios de quem fala. Pelo contrário, o conhecimento situado assume

o *lugar de fala* como ponto de partida. Collins (2021) compreende que a opressão vivida pelas mulheres negras as posiciona em locais únicos de observação social. São, ao mesmo tempo, *insiders* e *outsiders*, pertencem aos grupos sociais que analisam, mas estão excluídas de seus espaços de poder. Essa condição, que bell hooks (2023) chamará de *lugar da margem*, possibilita uma perspectiva crítica privilegiada, pois permite enxergar as estruturas que o centro nega ou naturaliza.

Ao defender que as experiências vividas são fontes de conhecimento, Collins (2021) desmantela o epistemicídio eurocentrado que relega ao esquecimento os saberes produzidos por mulheres negras. A autora propõe que o feminismo negro não deve apenas ser um campo de estudo, mas uma prática coletiva de resistência, fundamentada em cinco dimensões interligadas: 1) produção do conhecimento por meio da experiência; 2) uso da oralidade como forma legítima de transmissão; 3) ética do cuidado e da coletividade; 4) interligação entre teoria e prática; e 5) compromisso com a justiça social (Collins, 2021).

Essa proposta epistemológica rompe com os parâmetros tradicionais da academia, que privilegiam o saber racional, impessoal, escrito e *objetivo*. Para Collins, a sabedoria da mãe preta, da avó que aconselha, da mulher que sobrevive, e conta, é tão valiosa quanto a pesquisa científica. Esse é o lugar onde sua teoria encontra o corpo, onde pensamento e existência se fundem.

Sua defesa de uma epistemologia do feminismo negro também implica na revalorização da *oralidade* como método de construção de saber. Em um mundo que foi forjado a partir da escrita colonial, patriarcal e elitista, reabilitar a palavra falada é um gesto político. É reconhecer que a fala das mulheres negras, tantas vezes silenciada ou invalidada, é, em si, um espaço de construção de mundo.

Collins (2021) não nega a importância das análises estruturais. Pelo contrário, sua obra é profunda na crítica às instituições que mantêm as desigualdades. Mas ela recusa o distanciamento analítico desumanizante. Para ela, a teoria precisa emergir do cotidiano, ser ferramenta de vida e de luta. É nesse sentido que seu pensamento encontra a noção de *escrevivência* proposta por Conceição Evaristo (2016), uma escrita que nasce da carne, do vivido, do coletivo.

Além disso, Collins (2021) propõe a centralidade das *redes de solidariedade entre mulheres negras* como forma de resistência à dominação. A autora compreende que a coletividade não é apenas uma estratégia política, mas também uma prática de cuidado, sobrevivência e memória. Essa noção ecoa nos terreiros,

nas cozinhas das avós, nas rodas de conversa das periferias, nas salas de aula onde professoras negras sustentam o mundo com o que têm, e com o que são.

Ao posicionar as mulheres negras como sujeitas do conhecimento, Collins (2021) redefine o que significa *fazer ciência*. A autora nos convoca a desconstruir as fronteiras entre razão e emoção, entre teoria e prática, entre corpo e mente. Sua obra é, portanto, um chamado à revolução epistemológica, não apenas para as mulheres negras, mas para toda a produção de saber que queira se afirmar crítica, comprometida e libertadora. Como nos lembra a própria autora, “[...] quando as mulheres negras falam, o mundo treme — e esse tremor é parte da cura” (Collins, 2021).

5.5 Lélia Gonzalez e a amefricanidade: a insurreição negra feminina no sul global

“A ame-fricanidade é um projeto de insurgência e construção de identidade que atravessa fronteiras e tempos”.

Lélia Gonzalez

Se o Feminismo Negro norte-americano sistematizou, com Collins, Crenshaw e hooks, a interseccionalidade como teoria e prática política, no Brasil essa tarefa foi protagonizada por *Lélia Gonzalez*, intelectual mineira, filósofa, antropóloga, ativista, orixá viva. Sua trajetória é uma encruzilhada entre o saber acadêmico e o terreiro, entre a análise estrutural e a vivência pulsante da mulher negra brasileira. Lélia não escreveu só com a cabeça: escreveu com os pés fincados no chão da favela e da universidade, com as mãos que bordaram saberes, e com a voz que rompeu o silêncio imposto às mulheres negras neste país.

Gonzalez (2020) é uma das principais articuladoras do feminismo negro brasileiro. Sua obra mais conhecida, reunida postumamente em *Por um feminismo afro-latino-americano* (Gonzalez, 2020), propõe uma ruptura com o feminismo hegemônico branco, eurocentrado, de classe média e indiferente às múltiplas opressões que atravessam os corpos negros e indígenas nas Américas. Para ela, as teorias que não incorporam o racismo como estrutura estão fadadas a reproduzir a lógica colonial.

É nesse contexto que Lélia cunha o conceito de *amefricanidade*, um neologismo insurgente que propõe uma identidade política situada, somos afrodescendentes nas Américas, mas nossa presença aqui não é um dado, é um processo histórico de violência, resistência e reinvenção. A amefricanidade é uma forma de denunciar a falsidade da *democracia racial* e de retomar a ancestralidade africana como pertencimento cultural, espiritual e político. Como ela mesma afirma, “[...] somos amefricanos, quer queiram ou não os nossos colonizadores” (Gonzalez, 2020, p. 65).

Ao utilizar termos como *pretuguês*, a fusão do português com a oralidade africana, Lélia já apontava para a urgência de descolonizar a linguagem, pois sabia que as palavras moldam o mundo. Seu texto não se dobra às normas brancas da academia. Ele samba, gira, conjura, e por isso mesmo, transforma. Gonzalez (2020) entendeu como poucas que o racismo não é apenas um fenômeno estrutural: é também um epistemicídio que mata os modos de saber e existir das populações negras e indígenas.

Lélia foi uma das primeiras a denunciar que o Movimento Feminista brasileiro, majoritariamente branco, reproduzia a exclusão das mulheres negras ao não reconhecer o racismo como marcador estrutural das desigualdades de gênero. Para ela, não existe uma *mulher universal*. Existe mulher branca, mulher negra, mulher indígena, mulher pobre, e cada uma é atravessada por relações específicas de poder e violência. A denúncia de Lélia antecipa a crítica que Sueli Carneiro (2015) sistematizará anos depois ao afirmar que o sujeito universal do feminismo é uma mulher branca, ocidental e de classe média.

Além de sua produção intelectual, Gonzalez atuou diretamente em movimentos sociais e partidos políticos, cofundando o *Movimento Negro Unificado* (MNU) e sendo uma das primeiras mulheres negras a disputar uma eleição nacional. Sua militância radicalizou a presença da mulher negra na esfera pública, desafiando as estruturas políticas racializadas e sexistas que limitavam (e ainda limitam) a participação das mulheres negras nos espaços de poder formal.

Outro ponto fundamental da sua obra é a análise do mito da democracia racial brasileira, Lélia foi implacável ao denunciar que essa ideologia não é apenas uma cilada, mas um projeto político de apagamento da identidade negra. Segundo ela, esse mito se sustenta na erotização e desumanização da mulher negra: no Brasil, a mulher negra foi historicamente reduzida ao corpo, como objeto sexual,

como força de trabalho, como *mãe preta* ou *mulata exportação* (Gonzalez, 2020). Essa lógica se perpetua nas propagandas, nas novelas, nas universidades e nas políticas públicas que nos invisibilizam.

A proposta de Gonzalez (2020) é profundamente decolonial, antes mesmo do termo se tornar corrente nos debates acadêmicos. Ela já denunciava a colonialidade do poder (Quijano, 2005) ao mostrar como o racismo é estruturante nas Américas. Mas mais do que isso: ela propunha saídas. E essas saídas estavam nas práticas das mulheres negras. Para ela, *a gênese da resistência popular brasileira* é feminina e negra, pois são as mulheres negras que sustentam os territórios, transmitem a memória e criam estratégias coletivas de sobrevivência (Gonzalez, 2020).

Ao propor um Feminismo afro-latino-americano, Lélia não apenas regionaliza o Feminismo Negro, ela o radicaliza. Ela nos convida a olhar para nossas encruzilhadas históricas com outros olhos, a reivindicar a oralidade, a ancestralidade, o corpo e a fé como campos legítimos de saber. Sua obra dialoga diretamente com bell hooks (2017), quando esta afirma que o amor e a espiritualidade também são ferramentas de luta. Para Gonzalez (2020), a fé de matriz africana, a cosmovisão dos orixás e a filosofia dos terreiros são parte da formação política das mulheres negras. Não há separação entre espiritualidade e resistência.

Lélia Gonzalez nos ensina, portanto, que a mulher negra é ao mesmo tempo sobrevivente, pensadora, revolucionária e ancestral. Sua amefricanidade é um chamado para descolonizar a academia, o feminismo, a política e o próprio conceito de humanidade. Ao inscrever-se como sujeito ativo na construção do Brasil, a mulher negra quebra o espelho do colonizador e se olha com os olhos das suas, das que vieram antes, das que resistem ao lado, e das que ainda virão.

Como ela mesma declarou: “quando uma mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela” (Gonzalez, 2020, p. 74). E é justamente nesse movimento que se funda nossa possibilidade de libertação.

5.6 Sueli Carneiro e os dispositivos de racialidade: a branquitude como estrutura e o lugar de fala como potência epistêmica

“O lugar de fala é a potência de quem não foi convidado a ocupar o espaço do poder”.

Sueli Carneiro

Se Lélia Gonzalez fincou a amefricanidade como chão de existência e de resistência, é Sueli Carneiro quem rasga o véu da branquitude e nos oferece as ferramentas para compreender como o racismo se materializa nos corpos, nas instituições, nos discursos e nos saberes. Filha de uma empregada doméstica e um ferroviário, doutora em Filosofia da Educação, fundadora do Geledés – Instituto da Mulher Negra, Carneiro é uma das principais intelectuais negras brasileiras em atividade. Sua obra é não apenas teórica, mas profundamente militante. Cada linha que escreve é, como diria Conceição Evaristo, *escrevívda*.

Em *Dispositivo de Racialidade* (Carneiro, 2023), sua tese de doutorado publicada em livro, Sueli parte da genealogia foucaultiana do poder para propor que o racismo opera como *um dispositivo disciplinador e regulador das existências negras*. Mais do que preconceito, o racismo é uma tecnologia social que organiza desigualdades e legitima violências. Não é um desvio do sistema — é o próprio sistema em funcionamento.

Segundo Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade estrutura a sociedade brasileira com base na inferiorização dos sujeitos negros e na exaltação da branquitude. A branquitude, em sua concepção, não é apenas uma característica fenotípica: é um projeto de poder, um lugar de privilégio, um centro normativo. Os brancos não se reconhecem como racializados porque ocupam o lugar da universalidade, são a medida do humano. Tudo o que se desvia dessa referência é o *outro*, o exótico, o bárbaro, o inferior (Carneiro, 2023).

A mulher negra, nesse contexto, é o *outro do outro*. É o corpo que não é visto como sujeito. É aquela sobre quem se fala, mas a quem não se permite falar. É essa desumanização simbólica que Carneiro (2023) identifica como *epistemicídio*, a destruição dos saberes, das memórias e das possibilidades de existência intelectual da população negra. O epistemicídio é tão grave quanto o genocídio, porque elimina a capacidade de um povo de narrar a si mesmo. E como nos lembra bell hooks (2019), quem não pode contar sua história, corre o risco de desaparecer na história dos outros.

Sueli Carneiro (2023) inscreve sua crítica também na própria universidade. Ela foi a primeira mulher negra a obter um doutorado na área de Filosofia da Educação pela Universidade de São Paulo, uma conquista histórica que, ao mesmo

tempo, denuncia o racismo institucional que exclui sistematicamente os corpos negros dos espaços de formulação do saber. Como afirma Carneiro (2023), “o racismo não nos quer como sujeitos cognoscentes”. A mulher negra, quando ousa pensar, quando ousa pesquisar, quando ousa escrever, desafia diretamente o pacto narcísico da branquitude acadêmica.

É nesse ponto que Carneiro (2023) se junta a Patricia Hill Collins e a bell hooks ao reivindicar o *lugar de fala* como uma posição política e epistêmica. Para ela, não se trata de essencializar a identidade, não é porque se é negra que se sabe tudo sobre racismo ou feminismo. Mas a partir de determinada posição social, marcada por raça, gênero, classe e outros marcadores, a leitura do mundo se dá de maneira específica. O lugar de fala, portanto, não é um ponto de chegada, mas de partida. É da vivência que se produz a consciência crítica, e é da consciência crítica que emerge a possibilidade de luta.

O conceito de lugar de fala, posteriormente popularizado no Brasil por autoras como Djamila Ribeiro, encontra em Sueli Carneiro uma de suas formulações mais potentes. Para ela, quem ocupa o lugar de privilégio pode — e deve — falar, mas precisa saber de onde está falando e quais silenciamentos sua fala carrega. Não se trata de censura, mas de *responsabilização discursiva*. Não se trata de interditar a palavra, mas de reposicionar os centros de escuta.

Carneiro (2023) também propõe que o enfrentamento ao racismo se dê em múltiplas frentes: no campo jurídico, nas políticas públicas, nos movimentos sociais, na educação e, sobretudo, na produção de conhecimento. Seu trabalho articula ação e reflexão, teoria e prática, denúncia e proposição. É uma obra de insurgência, mas também de reexistência — porque nos convida a imaginar novas formas de estar no mundo a partir do reconhecimento das nossas dores, mas também da nossa potência.

Como Gonzalez, Carneiro (2023) também denuncia o mito da democracia racial como um projeto de apagamento. Mas sua análise o reposiciona, trata-se de um pacto narcísico entre a branquitude e o Estado brasileiro, que reproduz desigualdades ao mesmo tempo em que nega sua existência. Esse pacto produz não apenas a exclusão social, mas a exclusão simbólica: a mulher negra não aparece como produtora de cultura, de ciência, de pensamento — a não ser que ela branquifique sua fala e oculte sua origem.

Carneiro (2023) nos convoca a romper com essa lógica. Seu pensamento é um gesto de descolonização — da linguagem, da ciência, da política e da filosofia. Como ela mesma afirma, “o racismo é o maior obstáculo à construção da democracia no Brasil” (Carneiro, 2023, p. 14). E enfrentá-lo exige, necessariamente, dar centralidade às vozes das mulheres negras, que por séculos foram apagadas, mutiladas, silenciadas, mas nunca submissas.

Sueli Carneiro (2023) nos oferece, portanto, não apenas uma teoria, mas uma pedagogia da libertação negra feminina. Ela nos lembra que *pensar é resistir, falar é reivindicar existência, e escrever é fincar território*.

5.7 Grada Kilomba e a descolonização da psique e da linguagem: memória, trauma e escrivência como subversão

“A ciência não é, neste sentido, simples estudo apolítico da verdade, reproduz antes as relações raciais de poder que definem o que vale como verdadeiro e em quem acreditar”.

Grada Kilomba

Chegar à obra de Grada Kilomba é se confrontar com as feridas abertas da colonização e, ao mesmo tempo, encontrar um espelho em que tantas de nós nos reconhecemos. Escritora, psicóloga, artista interdisciplinar e intelectual da diáspora africana, nascida em Portugal e radicada na Alemanha, Kilomba (2020) é uma das vozes mais potentes da atualidade no que se refere à descolonização do saber e da subjetividade. Sua obra *Memórias da Plantação: episódios de racismo cotidiano* (Kilomba, 2020) é, ao mesmo tempo, manifesto, denúncia e ferramenta de cura.

Grada (2020) não escreve a partir de um lugar neutro, ela rejeita a neutralidade como uma máscara branca. Ela escreve com o corpo, com a memória e com a herança da diáspora. Seu ponto de partida é o trauma colonial, entendido não como algo do passado, mas como uma estrutura viva, que se reinscreve continuamente nos corpos negros. Para Kilomba (2020), o racismo não é apenas um problema social: é também um *problema psicológico e epistemológico*. Ele atua na psique, produzindo silenciamento, vergonha, deslocamento e autoanulação.

A *plantação* de que fala Kilomba (2020) não é apenas um espaço físico, mas um símbolo do projeto colonial que ainda organiza o mundo. É um lugar de

dominação, mas também de memória, e é a partir dessas memórias que ela escreve. Seus textos são entrecortados por episódios do cotidiano racista: perguntas invasivas, apagamentos, violências simbólicas, invalidação do saber negro. E é justamente ao nomear essas experiências que a autora transforma a dor em linguagem — e a linguagem em resistência.

Sua escrita é performática, poética e política. Ela se recusa ao padrão acadêmico europeu e propõe uma forma híbrida de produção textual: mescla narrativa, poesia, teoria crítica, autobiografia e oralidade. Assim como bell hooks e Conceição Evaristo, Kilomba (2020) inscreve a experiência vivida como fonte legítima de conhecimento. Para ela, o saber negro é encarnado, está no corpo, no gesto, na memória, e não pode ser traduzido em linguagem fria sem que se perca a alma.

Um dos conceitos mais poderosos de Kilomba (2020) é o da *máscara do silêncio*. Ela mostra como, para participar dos espaços acadêmicos e institucionais brancos, as pessoas negras precisam calar partes de si mesmas. A máscara do silêncio é uma imposição colonial que força o sujeito negro a apagar sua história, sua ancestralidade, sua linguagem e até sua dor. Essa máscara, como metáfora, dialoga com os instrumentos reais de tortura utilizados durante a escravização, como a mordaza da Escrava Anastácia, símbolo do silenciamento físico e psíquico imposto às mulheres negras.

Kilomba (2020), nesse sentido, propõe a *descolonização da linguagem* como prática política fundamental. Ela nos lembra que a linguagem foi um dos principais instrumentos da colonização: foi por meio dela que nossos nomes foram apagados, nossas línguas proibidas, nossos saberes ridicularizados. Descolonizar a linguagem, portanto, é reivindicar o direito de nomear o mundo a partir das nossas experiências. É falar com nossa voz, com nosso sotaque, com nosso corpo inteiro.

Além disso, Kilomba (2020) denuncia o racismo epistêmico que estrutura a academia ocidental. Ela questiona: quem pode falar? Quem é ouvido? Quem é considerado especialista? Essas perguntas ecoam as inquietações de Sueli Carneiro sobre o lugar de fala e o epistemicídio, mas Kilomba (2020) as amplia ao mostrar como a estrutura do saber acadêmico, em si, já é uma forma de violência colonial. Ela propõe, então, uma *estética da desobediência epistêmica*, em que escrever é um ato de revolta, e de reconexão.

Sua obra também dialoga com a psicanálise e os estudos de Fanon (2008), ao afirmar que o sujeito negro, ao ser colonizado, é forçado a ver o mundo pelos olhos do colonizador. Isso cria um distanciamento interno, uma cisão na subjetividade. Kilomba (2020) nos convoca a romper com essa alienação, a nos reencontrar conosco mesmas, a recuperar nossas histórias, nossas palavras, nossos saberes. E essa recuperação se dá, em grande parte, pela escrita.

Assim como Conceição Evaristo criou o conceito de *escrevivência*, Kilomba (2020) escreve para viver e para fazer viver. Sua escrita é um processo de cura coletiva, de restituição da dignidade e de construção de sentido. Ao nomear os episódios de racismo cotidiano, ela desafia a naturalização da violência, denuncia as microagressões como estruturas macro e transforma o cotidiano em campo de luta política.

Grada Kilomba (2020) nos oferece, portanto, um caminho para *descolonizar a psique, a linguagem e o imaginário*. Sua proposta não é apenas acadêmica, é espiritual, estética, existencial. Ela nos lembra que resistir é também um ato de cuidar de si e das nossas. Que falar é já um gesto de insubordinação. E que escrever, com a pele, com o sangue, com o silêncio, é romper com a plantação e refazer os caminhos da liberdade.

5.8 Quando as margens se tornam centro

“O centro se move quando as vozes das margens se erguem”.

Audre Lorde

Este capítulo foi, acima de tudo, um ato de memória. Mas não de uma memória passiva, estática ou nostálgica, e sim de uma memória viva, coletiva, rebelde. Ao resgatar a historiografia do feminismo negro no Brasil e no mundo, não estamos apenas recontando o passado. Estamos nos posicionando politicamente contra a lógica colonial que insiste em nos apagar. Estamos afirmando, com todas as letras, que *as mulheres negras sempre estiveram aqui*, sempre pensaram, sempre resistiram — e agora escrevem, falam, ensinam e transformam.

De Sojourner Truth a Grada Kilomba, passando por Angela Davis, Patricia Hill Collins, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e bell hooks, o que se vê é uma trama de

resistência que não nasce do privilégio, mas da margem. E é justamente essa margem que se torna centro analítico, epistemológico e político. Como afirmou Collins (2021), é o ponto de vista das mulheres negras que nos oferece as lentes mais afiadas para entender o mundo, porque é do lugar da intersecção das opressões que se avistam as estruturas com mais nitidez.

Essas mulheres negras que inspiram, escrevem e caminham conosco denunciaram as armadilhas do feminismo branco universalizante, do marxismo cego à raça, da academia eurocentrada, da democracia racial falsa. Mas, mais do que denunciar, elas propuseram outros caminhos. Lélia, com sua amefricanidade. Sueli, com seu lugar de fala. Grada, com sua escrita-poesia-trauma. Angela, com sua análise estrutural. bell, com sua pedagogia do amor e da transgressão. Collins, com sua matriz de dominação e epistemologia da experiência.

E todas elas, *todas nós*, temos um ponto em comum: sabemos que não é possível entender gênero sem falar de raça, nem raça sem falar de classe, nem opressão sem falar de colonialismo. Sabemos que resistir é costurar saberes, é lembrar o que nos ensinaram nossas mães, é escrever com o corpo inteiro. Sabemos que feminismo negro não é tendência nem teoria de moda. *É sobrevivência. É estratégia. É cura. É revolução.*

Encerramos este capítulo com a certeza de que não há futuro justo e plural sem que a história, a voz e o pensamento das mulheres negras sejam reconhecidos como centrais. Não mais como nota de rodapé, não mais como citação decorativa, mas como alicerce de um outro projeto de mundo.

E se os feminismos negros nos mostraram a complexidade do viver em corpos racializados e generificados, o próximo capítulo nos leva ainda mais fundo: *às encruzilhadas da interseccionalidade*, esse lugar onde múltiplas opressões se encontram, e onde nascem novas possibilidades de resistência.

Porque como nos lembra Audre Lorde: *“nossa sobrevivência não é uma questão de teoria, é uma questão de prática”*. E é isso que o feminismo negro sempre foi: prática de liberdade.

6. INTERSECCIONALIDADE: A COSTURA DAS NOSSAS CICATRIZES

“Somos costuradas pelas marcas da opressão, mas também bordamos nelas as linhas da resistência”.

Audre Lorde

A interseccionalidade surge como uma ferramenta conceitual e prática capaz de iluminar os entrelaçamentos de opressões que atravessam os corpos e as vidas das mulheres negras. Este capítulo propõe refletir sobre como raça, gênero, classe, sexualidade e outros marcadores sociais se cruzam para produzir experiências específicas de discriminação, mas também para revelar modos singulares de resistência. A interseccionalidade, aqui, não é apenas teoria, é lente de leitura, instrumento de análise e prática política que nos permite mapear as cicatrizes que a história e a sociedade deixaram, ao mesmo tempo que aponta caminhos de cuidado, empoderamento e transformação.

Ao revisitarmos a origem e o desenvolvimento do conceito, percebemos que a interseccionalidade nasce da necessidade de dar voz àqueles que foram silenciados pelas análises sociais tradicionais. Kimberlé Crenshaw, ao cunhar o termo, chamou atenção para a invisibilidade que recai sobre mulheres negras no cruzamento das desigualdades de raça e gênero. Compreender essa gênese é fundamental para perceber que a interseccionalidade não é apenas ferramenta acadêmica, mas também estratégia de reconhecimento e validação das experiências vividas, funcionando como um mapa para decodificar sistemas de opressão que se reforçam mutuamente.

No cotidiano das mulheres negras, a interseccionalidade se manifesta de maneira concreta e material, na escola, no trabalho, no sistema de saúde, nos espaços de lazer e até mesmo dentro das próprias comunidades. As discriminações se sobrepõem e se combinam, gerando impactos que não podem ser compreendidos isoladamente. Ao reconhecer essas sobreposições, podemos problematizar políticas públicas, práticas pedagógicas e estruturas institucionais que reproduzem desigualdades, criando possibilidades de transformação social que sejam de fato inclusivas e sensíveis às múltiplas dimensões da existência negra feminina.

Por fim, a interseccionalidade se apresenta como epistemologia, como modo de produzir e reivindicar saberes a partir das margens. Ela *desafia o conhecimento hegemônico* e propõe a *valorização da experiência vivida*, das narrativas históricas e das práticas sociais insurgentes. No campo da educação profissional e tecnológica (EPT), essa perspectiva convida docentes e gestoras a repensarem suas práticas

pedagógicas, a acolherem diversidade de trajetórias e a desenvolverem metodologias que não apenas reconheçam diferenças, mas também fortaleçam a autonomia e a agência de estudantes historicamente marginalizadas. É essa costura entre teoria, experiência e prática que dá sentido ao capítulo e reafirma a interseccionalidade como instrumento de justiça, cuidado e transformação.

6.1 Interseccionalidade: corpo, voz e fronteira

“O corpo é o lugar onde as opressões se encontram e se manifestam; é também o espaço onde a resistência se constrói”.

Kimberlé Crenshaw

Falar de interseccionalidade é, antes de tudo, reconhecer que a vida não se organiza em caixas isoladas, que as dores não se alinham em colunas estanques e que os sistemas de opressão não operam em turnos separados. É entender que ser mulher, negra, trabalhadora e acadêmica é experimentar a sobreposição de múltiplas camadas de exclusão que se entrelaçam e se potencializam, dia após dia, nos corredores das universidades, nas salas de aula, nas reuniões institucionais, nos silêncios que cortam mais do que palavras duras.

A interseccionalidade, enquanto ferramenta analítica e política, nasce da necessidade de *nomear o indizível*, a vivência de mulheres que, como eu e tantas outras, sempre caminharam nas frestas dos discursos. Nós que fomos esquecidas pelos feminismos brancos, silenciadas pelos movimentos negros masculinos, apagadas nas políticas públicas e tornadas invisíveis nas produções acadêmicas. Como bem pontua Kimberlé Crenshaw (1989), não sofremos apenas de racismo ou de sexismo, mas do entrecruzamento dessas opressões – um ponto cego que precisa ser iluminado, discutido e enfrentado com urgência.

Desse modo, interseccionalidade não é um modismo teórico, nem uma palavra bonita para adornar projetos progressistas. Ela é o espelho que devolve às mulheres negras o reflexo da complexidade de suas existências. É uma chave que abre as portas do entendimento profundo sobre o que significa ocupar simultaneamente diversas posições de marginalização, mas também de resistência. Porque cada uma dessas camadas, embora seja espaço de dor, também carrega em si a potência de uma luta ancestral que nos trouxe até aqui.

Propõe-se, aqui, uma imersão no conceito de interseccionalidade a partir das epistemologias negras e decoloniais, que recusam a fragmentação da experiência e apontam para a necessidade de uma abordagem radicalmente conectada à realidade das mulheres negras. As lentes da interseccionalidade nos permitem enxergar o racismo que veste jaleco, o sexismo que assina parecer, a colonialidade que silencia e o capacitismo, o classismo, a LGBTfobia que atravessam corpos e trajetórias invisibilizadas.

É preciso denunciar a forma como as estruturas educacionais, especialmente no campo da Educação Profissional e Tecnológica, mantêm e reproduzem essas exclusões, ao mesmo tempo em que se propõe a refletir sobre estratégias de resistência e reexistência. A interseccionalidade, neste trabalho, não será tratada apenas como um conceito importado, mas como prática encarnada: uma escuta radical das vozes que foram caladas, um reconhecimento das subjetividades que historicamente foram negadas e um posicionamento ético-político diante das injustiças que se entrelaçam nas margens da academia.

Parto do meu lugar de fala como mulher negra, acadêmica, trabalhadora, filha e neta de mulheres que carregaram o mundo sem serem vistas. Escrevo este capítulo como quem também escreve a própria história – com lágrimas, com memórias, com revolta e com amor. Porque se há uma certeza que carrego, é que só a interseccionalidade é capaz de contar a nossa história com a complexidade e dignidade que ela merece.

6.2. *Origem e desenvolvimento do conceito*

“A interseccionalidade é uma lente que permite ver a maneira como várias formas de desigualdade frequentemente operam juntas e se exacerbam mutuamente”.

Kimberlé Crenshaw

A interseccionalidade não surgiu nas páginas das universidades brancas ou nos corredores das grandes instituições acadêmicas. Ela nasceu da necessidade de nomear aquilo que nos atravessa cotidianamente, da urgência de reconhecer que as opressões não são somatórias, mas estruturais, entrelaçadas, moldando cada centímetro de nossas existências. A interseccionalidade é *filha da encruzilhada*,

onde raça, gênero, classe, sexualidade e tantas outras marcadoras de diferença colidem, tensionam, empurram para a margem, mas também despertam insurgências.

O termo foi cunhado por Kimberlé Crenshaw, jurista e intelectual feminista negra norte-americana, em seu artigo seminal *“Demarginalizing the Intersection of Race and Sex”* (1989), no qual criticava o sistema jurídico estadunidense por ser incapaz de proteger mulheres negras vítimas de discriminação simultânea por raça e gênero. Crenshaw (1989) observava que as políticas públicas, os discursos feministas e os movimentos antirracistas tratavam essas categorias como experiências isoladas, ignorando que, para as mulheres negras, as opressões são entrelaçadas e produzem efeitos que não podem ser capturados por abordagens fragmentadas.

É nesse ponto que sua metáfora do cruzamento de ruas, em que o corpo negro feminino está no centro do impacto entre os carros do racismo e do sexismo, se torna uma imagem potente da violência interseccional. Mas antes mesmo da formalização conceitual feita por Crenshaw, mulheres negras já denunciavam e vivenciavam as tramas interseccionais. Sojourner Truth, em 1851, no famoso discurso *“E eu não sou uma mulher?”*, proferido em Ohio, já desnudava a exclusão da mulher negra tanto do reconhecimento como mulher quanto da dignidade como humana. Ao ser ignorada por feministas brancas da época, que pleiteavam direitos em nome de uma *universalidade feminina* que nunca nos incluiu, Truth gritou por nós todas. Sua fala é interseccional antes mesmo de o termo existir.

Nos Estados Unidos, esse arcabouço teórico cresceu com as contribuições de autoras como bell hooks, Patricia Hill Collins, Audre Lorde e Angela Davis, que trouxeram à tona as experiências vividas nas margens do feminismo hegemônico e do movimento negro. Collins (1990), por exemplo, propõe a noção de *matriz de dominação* uma estrutura que reconhece como a raça, o gênero, a classe e a sexualidade interagem de forma simultânea na construção das hierarquias sociais.

Em seu conceito de *outsider within*, a autora explicita como mulheres negras ocupam posições dentro de instituições que as convidam a estar, mas não a pertencer, permitindo-lhes ver as estruturas opressivas de dentro e de fora. Já no Brasil, o pensamento interseccional é encarnado pela luta e pela escrita de mulheres como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros e, mais recentemente, Carla Akotirene.

Lélia nos ensina, desde os anos 1980, que o racismo é o primeiro filtro da opressão que atinge as mulheres negras, pois antes mesmo de sermos consideradas mulheres, nos querem negar o pertencimento humano. Sua denúncia da *amefricanidade* e da *epistemologia do terreiro* já apontava para a urgência de uma leitura de mundo que se descolonizasse, que entendesse que nossas experiências não são meras variações da norma branca – elas são centrais e fundantes.

Sueli Carneiro, por sua vez, nos apresenta a ideia de *dispositivo de racialidade*, revelando as formas sutis e estruturais com que o racismo organiza o mundo social, criando hierarquias que se atualizam e se sofisticam, inclusive dentro dos espaços acadêmicos. Em sua análise, o racismo não é um desvio: é o centro. E como tal, deve ser enfrentado com o rigor que merece.

Carla Akotirene, autora contemporânea que vem renovando o debate interseccional no Brasil, afirma com contundência que interseccionalidade não é sobre identidade, é sobre estruturas. Em sua obra *Interseccionalidade* (2019), ela denuncia a apropriação superficial do conceito e insiste na importância de compreendê-lo a partir de uma ética política radical, antirracista, antipatriarcal e anticapitalista. Para ela, interseccionar é ferir o privilégio branco e patriarcal, é tensionar as estruturas e deslocar o eixo da produção do saber. Não à toa, sua crítica aponta também para a forma como a academia tenta domesticar esse conceito, esvaziando-o de sua potência política.

Nesse sentido, é preciso reafirmar, *interseccionalidade não é uma soma de marcadores*, mas uma forma de entender como as estruturas de opressão são construídas juntas, operam juntas e devem ser combatidas juntas. A vida das mulheres negras não é a junção entre dois mundos, é a criação de um novo mundo que nunca foi visto por inteiro.

A proposta aqui é seguir escavando essas camadas, ampliando o debate a partir das nossas vivências, dos nossos corpos e dos nossos saberes. Porque enquanto nos olharem como exceção, enquanto tentarem reduzir nossas histórias a estatísticas de evasão, enquanto disserem que somos poucas ou que estamos *chegando agora*, seguiremos afirmando com firmeza: sempre estivemos aqui, ainda que tenham tentado nos apagar.

6.3 Interseccionalidade no cotidiano das mulheres negras

“As mulheres negras enfrentam uma opressão que é simultaneamente racial, de classe e de gênero, e é crucial entender como essas dimensões se interligam em suas experiências diárias”.

Patricia Hill Collins

A interseccionalidade não é um conceito que se aprende somente nos livros, ela é vivida. Ela se impõe no dia a dia, nos olhares atravessados, nas reuniões em que nossa presença é lida como ausência, nos comentários que nos destinam à limpeza mesmo quando somos as responsáveis pela coordenação. Ela se revela quando nos perguntam “*você trabalha aqui?*”, “*cadê o responsável?*”, “*quem é o servidor?*”, como se o nosso corpo negro, feminino, jovem, fosse incompatível com o exercício da autoridade ou do saber. Para nós, a interseccionalidade não é só teoria: é uma ferida aberta, mas também é cicatriz carregada com dignidade.

No ambiente acadêmico da Educação Profissional e Tecnológica, que ainda é profundamente marcado por uma lógica branca, masculina e elitista, o corpo da mulher negra se torna um corpo estrangeiro. Um corpo que, para circular, precisa se silenciar ou performar uma suposta neutralidade que esconde sua história, sua fé, seu cabelo, sua estética, sua cultura, sua língua, sua dor e sua força.

A interseccionalidade é o que explica por que nossas dores são constantemente negligenciadas, por que nossas produções são lidas como *militância*, por que nossas falas são interrompidas, por que nossos saberes são deslegitimados. É a lente que revela que não basta ser mulher ou ser negra, é ser mulher e negra, num país que naturalizou o controle sobre nossos corpos e nossas subjetividades.

Vivemos a interseccionalidade quando somos convocadas a sermos três vezes melhores para sermos vistas como minimamente competentes. Quando nos negam a possibilidade do erro, da dúvida, da humanidade. Quando esperam de nós um comportamento dócil, mas também nos cobram liderança; quando nosso silêncio é lido como arrogância e nossa assertividade como agressividade. Como bem aponta Grada Kilomba (2020), há uma pedagogia do trauma que nos molda, uma exigência constante de que saibamos onde pisar, como falar, o que vestir, como nos

portar, tudo isso para não desagradar, para não *incomodar demais*. Mas incomodar, para nós, é existir.

As marcas da interseccionalidade também estão nos afetos: na dificuldade de encontrar rede, acolhimento, espelho. No cansaço que carregamos por ser referência, por ser a primeira, por ser a única. E mesmo assim, seguimos. Porque há em nós um pacto silencioso com as que vieram antes e com as que virão depois. A interseccionalidade nos atravessa, mas também nos conecta.

A experiência de ser mulher negra na academia, sobretudo na EPT, é um constante exercício de resistência. Resistir à epistemicídio, ao apagamento, à invalidação das experiências como fonte legítima de conhecimento. Resistir ao racismo institucional travestido de burocracia, ao sexismo mascarado de formalidade, à exclusão camuflada de *perfil técnico*. Como aponta bell hooks (2017), educar para a liberdade exige romper com essas estruturas que nos foram impostas e que naturalizam a dor como destino.

É preciso dizer com todas as letras: as mulheres negras não são minoria, são minorizadas. São atravessadas por um sistema que insiste em mantê-las na base da pirâmide, mesmo sendo elas as que sustentam toda a estrutura. O cotidiano dessas mulheres na EPT é atravessado por uma constante tensão entre sobreviver e transformar. E é a interseccionalidade que oferece a chave para compreender essa tensão, não como uma fraqueza, mas como potência política e epistemológica.

Se as universidades e os institutos federais desejam, de fato, ser espaços democráticos, não basta criar políticas de acesso. É necessário ouvir, acolher, rever currículos, reformular práticas, repensar estruturas e, acima de tudo, *redistribuir o poder*. A presença de mulheres negras em espaços acadêmicos não pode continuar sendo tratada como exceção ou como *projeto piloto*. Somos presença legítima, necessária, urgente. E a interseccionalidade é a gramática que denuncia, mas também a ferramenta que constrói.

6.4 A interseccionalidade como epistemologia: reivindicar o saber a partir das margens

“O conhecimento gerado na margem tem o poder de redefinir o centro”

Patricia Hill Collins

A interseccionalidade não é apenas uma chave de leitura do mundo. É, também, um modo de *produzir* mundo. Uma forma de pensar, de narrar, de organizar a vida e o conhecimento a partir de lugares que historicamente foram desconsiderados como legítimos. Quando falamos de interseccionalidade como epistemologia, estamos nos recusando a ser apenas objeto de estudo. Estamos exigindo ser sujeitos da escrita, da teoria e da transformação.

A academia brasileira, ainda profundamente moldada pela lógica eurocêntrica e patriarcal, constrói uma hierarquia do saber onde o conhecimento válido é aquele que se afasta da experiência, do corpo, da emoção, da ancestralidade. O que não se encaixa nesse molde, como as *escrevivências* de Conceição Evaristo, a oralidade do terreiro, o corpo insurgente de uma mulher negra que ocupa a sala dos professores, é tratado como *subjetivo demais, militante demais, não científico*. Essa é a face do epistemicídio: um processo que não só desvaloriza os saberes oriundos da negritude, da periferia, dos quilombos e das favelas, como também nos empurra ao silêncio. Ou melhor: tenta nos empurrar.

Ao reivindicar a interseccionalidade como epistemologia, nos alinhamos com a insurgência de autoras como Patricia Hill Collins (2021), que afirma que o conhecimento produzido pelas mulheres negras tem como base a *experiência vivida*. E isso não é um déficit, é uma metodologia. Collins (2021), nos lembra que quando falamos a partir das nossas dores e vivências, estamos dizendo ao mundo: *“isso aqui é real, isso aqui é nosso, isso aqui importa”*.

Grada Kilomba (2020) amplia esse entendimento ao mostrar que a negação do saber negro é também uma negação do direito de narrar. Para ela, a interdição da fala é uma tecnologia do racismo. Somos constantemente convidadas a falar *sobre nós*, mas com moderação, com distanciamento, sem emoção – como se nos pedir neutralidade não fosse mais uma forma de nos apagar. Kilomba (2020) então propõe que contemos nossas histórias desde a nossa voz, com nossa gramática, nossa estética, nossos rituais de memória. E que não peçamos licença para isso.

No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, essa ruptura epistemológica é ainda mais urgente. Os saberes valorizados são, majoritariamente, técnicos, instrumentais, *neutros*. A objetividade científica se tornou a régua que mede a relevância dos conhecimentos. Mas como discutir neutralidade em um país onde a história foi escrita por homens brancos e as escolas seguem ensinando que

a contribuição negra se resume à escravização? Onde se a mulher negra aparece no conteúdo, é no capítulo da miscigenação, quase sempre erotizada ou romantizada?

Ao trazer a interseccionalidade como eixo epistemológico, escancaro essa estrutura e afirmo: *nossa experiência é fonte, nossa ancestralidade é ciência, nossa existência é argumento*. Como mulher negra que ocupa uma cadeira no mestrado, minha pesquisa é também um gesto político. Cada parágrafo escrito aqui é uma resposta ao silêncio imposto, um grito contido que agora se transforma em verbo, em verbo preto, verbo-mulher.

Minha própria trajetória me ensinou isso. Quando passei por um processo de heteroidentificação feito por uma banca composta integralmente por pessoas brancas, entendi que nem mesmo a minha negritude me pertence plenamente sob as regras dessa estrutura. Ser mulher negra em um concurso público, dentro de uma universidade federal, é ouvir que “*não tem cara de servidora*”, é ser confundida com a terceirizada da limpeza, é ser tratada com desconfiança até provar, e mesmo provando, ainda assim ser desacreditada. É ter sua autoridade questionada, sua capacidade diminuída, sua palavra silenciada. E mesmo assim, resistir. Porque resistir, para nós, nunca foi escolha. É condição de existência.

A interseccionalidade, como epistemologia, nos ensina que não estamos sozinhas. Que cada vez que abrimos a boca para falar de nossas vivências, reatamos um fio ancestral. Somos extensão das que foram proibidas de aprender a ler, das que pariram no tronco, das que ensinaram com o corpo, das que curaram com ervas, das que se reuniam à noite para costurar sonhos com palavras. Somos continuidade.

Por isso, assumir a interseccionalidade como fundamento epistemológico é mais do que uma escolha metodológica. É um ato de amor radical com nossas antepassadas e com as que virão depois de nós. É criar brechas nas estruturas do saber, para que outras vozes negras, femininas, indígenas, periféricas, transbordem. Porque não basta ocupar o espaço. É preciso reconstruí-lo.

6.5 Interseccionalidade e Educação: (re)pensando a prática docente na EPT

“A educação deve ser um espaço onde as diferenças são reconhecidas e respeitadas, permitindo que todas as vozes sejam ouvidas e valorizadas”.

Sueli Carneiro

É impossível falar de interseccionalidade sem falar de educação. Afinal, a escola, e, de forma ainda mais acentuada, a Educação Profissional e Tecnológica, tem sido historicamente um dos principais dispositivos de manutenção das hierarquias sociais. A EPT, que deveria ser espaço de emancipação e transformação, ainda carrega os traços profundos de um projeto de país que nega humanidade à população negra, principalmente às mulheres.

As escolas técnicas no Brasil foram pensadas, desde sua origem, para atender às demandas do capital. O corpo que operaria as máquinas seria negro, periférico, subalternizado. Já os cargos de gestão, planejamento, criação e docência ficariam reservados à branquitude, masculina e intelectualizada. Essa lógica fundante não desapareceu. Ela apenas se sofisticou, assumindo uma linguagem gerencial, meritocrática, científica. E assim, o racismo e o sexismo continuam moldando os corredores das instituições, agora vestidos com paletó, currículo Lattes e editais *neutros*.

No campo da EPT, a interseccionalidade deve ser entendida como ferramenta de denúncia, mas também de proposição. Ela permite desvelar como o racismo, o sexismo e a lógica neoliberal interagem para excluir as mulheres negras dos espaços de poder e decisão. Mas também aponta caminhos de resistência, reconfiguração e criação de práticas educativas antirracistas, feministas e decoloniais.

Pensar a interseccionalidade na EPT é olhar para o currículo e perguntar: quem está representado aqui? Quem são as autoras e autores que os alunos leem? Quais conhecimentos são considerados válidos? A ausência das epistemologias africanas, indígenas e feministas negras não é acaso. É projeto. É parte de uma educação que forma corpos para o trabalho, mas não para a liberdade. Que ensina técnica, mas silencia cultura. Que prepara para obedecer, mas não para transformar.

A interseccionalidade, portanto, exige que os(as) educadores(as) façam uma autocrítica profunda de suas práticas. Não basta falar de diversidade uma vez por ano, no mês da consciência negra. É necessário reestruturar as bases da educação, reconhecer as múltiplas formas de exclusão que atravessam o cotidiano escolar e

romper com a falsa ideia de neutralidade pedagógica. Como já nos ensinou Paulo Freire, *educação neutra é mentira. Ou se está a favor da opressão, ou contra ela.*

Nesse contexto, a mulher negra docente ou TAE é um corpo que fere o pacto tácito da branquitude institucional. Sua presença incomoda, tensiona, revela. Ela é questionada, vigiada, pressionada a ser perfeita e, ao menor erro, punida com o olhar da desconfiança. Sua autoridade não é reconhecida de imediato; é conquistada, dia após dia, com sangue frio, com ironia estratégica, com cansaço crônico. E mesmo assim, ela permanece. Porque sua presença é, por si só, um ato pedagógico. Um ensinamento vivo.

As práticas docentes interseccionais exigem escuta ativa, revisão constante, e, acima de tudo, compromisso político. Implicam o reconhecimento da diferença como valor, e não como obstáculo. Implicam enfrentar o incômodo, o próprio racismo internalizado, as desigualdades que atravessam a sala de aula e os espaços institucionais. Implicam, também, entender que toda pedagogia é política, e que o silêncio sobre as opressões também é uma escolha, uma escolha que mata, que adocece, que exclui.

Na EPT, pensar interseccionalmente é ter coragem de dizer que não basta ensinar uma mulher negra a operar uma máquina. É preciso garantir que ela não seja tratada como extensão da máquina. Que ela possa questionar o sistema que a empurra para os cursos mais precarizados, para os salários mais baixos, para os espaços mais desvalorizados. Que ela veja no conhecimento técnico não uma prisão, mas uma possibilidade de emancipação.

É nesse sentido que a interseccionalidade se torna não apenas uma teoria, mas uma pedagogia. Uma prática da liberdade, como diria hooks (2017). Uma pedagogia que escuta, que sente, que denuncia, que acolhe, que propõe, que transforma. Uma pedagogia que entende que nossos corpos são também currículos, que nossas vivências são também saberes, que nossas dores também ensinam. Falar sobre interseccionalidade, desde o lugar de uma mulher negra que atravessa a educação, o serviço público e a universidade, é como caminhar descalça sobre um chão de vidro, cada passo revela rachaduras, estilhaços e, ainda assim, resistimos.

Não porque nos foi permitido, mas porque nossas ancestrais forjaram caminhos onde só havia mato fechado. Esse capítulo é um desses caminhos, feito de palavras que sangram, mas que também curam.

A interseccionalidade, como se discutiu ao longo dessas páginas, não é uma abstração acadêmica. É um modo de viver e de resistir. É a lente que nos permite enxergar o que antes era apenas ruído, desconforto, sensação de inadequação. É ela que dá nome àquilo que sempre sentimos, mas que ninguém queria ouvir. Quando Crenshaw nos ofereceu esse conceito, ela não nos deu uma teoria pronta, nos devolveu a possibilidade de dizer que não somos loucas, que não estamos sozinhas, que há uma lógica por trás da nossa dor.

Este capítulo foi construído com as mãos suadas de quem sabe o peso de trabalhar, estudar e resistir ao mesmo tempo. Foi escrito entre uma reunião de trabalho e uma madrugada mal dormida. É atravessado por memórias que não são apenas minhas, mas que carregam as marcas de todas as mulheres negras que, como eu, foram confundidas com bolsistas, faxineiras ou assistentes, nunca com pesquisadoras. E mesmo quando silencieei, meu corpo falava. Meu cabelo, minha pele, minha voz que teimava em existir ali onde não era esperada.

Reivindicar a interseccionalidade como prática política e epistemológica é afirmar que nossas vidas não cabem em caixinhas analíticas. É dizer que a mulher negra que ensina, que limpa, que cuida, que administra, que pesquisa, que dança e que reza, carrega consigo uma história de violência, mas também de rebeldia. E é justamente nessa encruzilhada entre dor e potência que mora o saber que nos libertará.

Se a academia quiser, de fato, ser um espaço democrático, ela terá que abrir espaço para escutar outras vozes. Vozes que vêm do terreiro, da favela, da periferia, do quilombo. Vozes como a minha, que aprenderam a escrever no escuro, entre cadernos emprestados e promessas de futuro. Não queremos apenas estar nas instituições de ensino, queremos mudá-las. Porque o conhecimento que não nos reconhece, não nos serve. E o que não nos serve, a gente transforma.

A interseccionalidade é, para mim, uma bússola. Um chamado. Uma arma. Uma prece. Um abraço nas que vieram antes e nas que ainda virão. Que este capítulo seja uma oferenda às minhas, às nossas. E que nunca mais sejamos tratadas como exceção. Somos legião. Somos revolução.

7. TRAVESSIA METODOLÓGICA: ENTRE NÃOS E ENCRUZILHADAS

*"Eu sou a herança da força das minhas ancestrais,
a voz que não pode ser silenciada,
a travessia que insiste em existir".*

Audre Lorde

*"Sou filha da resistência,
teço com palavras a memória
do que tentaram apagar".*

Conceição Evaristo

Inaugurar este capítulo com os versos de Audre Lorde e Conceição Evaristo é afirmar, desde o início, a centralidade da voz das mulheres negras como fundamento e força vital desta pesquisa. Essas palavras evocam a resistência ancestral e a potência da memória como instrumentos indispensáveis para a travessia metodológica que aqui se apresenta. Elas são a expressão poética da experiência que permeia este trabalho: *a luta por existir e ser reconhecida em espaços que historicamente tentam silenciar e invisibilizar nossas histórias*. Ao trazer esses poemas como epígrafe, convido a (o) leitora (o) a reconhecer que esta pesquisa nasceu do legado dessas ancestrais e do compromisso inquebrantável com a preservação e o fortalecimento das narrativas femininas negras.

Minha pesquisa nasceu de um *não*. Ou melhor, de *dois não*s e um talvez. Não era possível. Não era pertinente. Talvez, se alguém segurasse a minha mão. Enquanto mulher negra, acostumada a escancarar portas que foram feitas para não se abrirem, entendi que o talvez tenha sido convite para resistir. *"Tu não é igual a todo mundo"*, dizia minha mãe. E assim, insisti. E *existi*.

Falar sobre a metodologia dessa pesquisa é falar de *travessia*. E não qualquer travessia, mas daquela que se faz em pele viva, entre os escombros das estruturas que tentam calar nossas vozes antes mesmo de nomeá-las. A pesquisa se desenhou no entremeio de aulas negadas, de temas deslegitimados e de metodologias desautorizadas. Diante disso, foi preciso construir uma metodologia própria fundamentada na *pesquisa autobiográfica crítica* e no *compromisso ético-político de narrar a partir de dentro*, cruzando a trajetória pessoal e institucional com os dados e as experiências vividas no campo.

Fundamentalmente porque o percurso metodológico foi *atravessado* por uma série de embates institucionais que confirmaram, por sua própria presença, a tese central desse trabalho: *a invisibilidade da mulher negra não é uma metáfora, é um método de exclusão*. Ao buscar autorizações para realização da pesquisa, experimentei o silêncio institucional como resposta. Foram dez meses esperando por uma autorização que nunca chegou. O que chegou foi o recado de que era melhor não mexer neste vespeiro. Mas como dizia Audre Lorde, “*o silêncio não nos protegerá*”. E me recusei a silenciar.

Portanto, alicerçada na pesquisa *autobiográfica crítica* e no *compromisso ético-político de narrar a partir de dentro*, cruzando minha trajetória pessoal e institucional com os dados e as experiências vividas no campo, nossa abordagem reconhece que, sendo servidora da instituição e testemunha dos fatos, a pesquisa por todas as barreiras invisíveis e institucionais, que impossibilitaram as entrevistas, não se limitou a observar, mas a *habitar o território investigado* e *desvelar estruturas de poder* que se pretendem opacas.

Enquanto mulher negra, pesquisei sendo pesquisada. O campo não era fora de mim; o campo sou eu. E esse campo foi marcado por caminhos difíceis, enfrentados com a coragem que só a ancestralidade nos dá. A pesquisa, portanto, foi também um processo de cura. Quando a ciência fecha as portas, a ancestralidade *escancara portais*, e encontrei muito além do que eu procurava.

Com a Marcelle, encontrei mais que uma orientadora: vi um espelho de força e empatia. Ao seu lado, reaprendi a olhar para mim e para minha caminhada. Foi ela quem me ajudou a abrir as encruzilhadas que me trouxeram até aqui, oferecendo apoio e cuidado, mesmo quando a vida me convocou para outras lutas, câncer, cirurgias, quimioterapia, radioterapia, batalhas que enfrentei sem jamais soltar o fio dessa pesquisa.

A escolha pelas mulheres negras não foi aleatória, foi destino. E o destino, como bem dizem os terreiros, tem o nome de Exu: aquele que movimenta, que comunica, que provoca rupturas. E como Exu, essa pesquisa também enfrentou caminhos tortuosos, desvios, negativas institucionais. A cada passo, um obstáculo: dificuldade de acesso à sujeitas da pesquisa, evasão de participantes, negativas das instâncias institucionais e o Comitê de Ética transformando o projeto em um campo de provas.

Começamos como tantas outras mulheres negras começam: na resistência. A busca por sujeitas para a pesquisa foi marcada por um ir e vir incessante. Um mês tínhamos uma, no seguinte, já não havia mais ninguém. A rotatividade de servidoras negras nos colégios técnicos pesquisados não era acaso, era sintoma. Mas não desisti. Eu sabia: havia algo ali que precisava ser dito, mesmo que não autorizassem a escuta.

Com a qualificação aprovada, a travessia se tornou mais áspera.

Enfrentei entraves institucionais camuflados de burocracia. Solicitei autorização institucional à pró-reitoria de gestão de pessoas, requisito para submeter ao Comitê de Ética (CEP). *Cinco semanas sem resposta.* Quando veio, foi para dizer que a solicitação deveria partir da orientadora. Marcele então enviou o ofício, junto à carta de autorização já assinada por um dos diretores de um dos colégios da instituição. E então, o silêncio. *Dez meses sem resposta.* O outro colégio técnico da instituição sequer respondeu ao meu pedido de autorização.

Mas como servidora da mesma instituição, solicitei acesso às denúncias da ouvidoria. Lá, *vi o que prefeririam que não fosse visto: 21 denúncias envolvendo mulheres negras.* Prints, vídeos, áudios. Em 19 dos casos, as vítimas foram tratadas como agressoras, acusadas de assédio moral por aqueles que as violentaram com injúrias raciais e práticas de racismo institucional. Quando solicitei permissão para usar esses dados na dissertação, recebi um sorriso sarcástico e uma sentença carregada de ameaça:

"Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha."

Sim, sou uma mulher negra mexendo num vespeiro. Não me autorizaram a publicar os dados, mas *ninguém pode me impedir de contar a história por dentro: a minha história.* Vieram, então, as negativas do Comitê de Ética. Uma, duas, três, quatro vezes — e contando. Teve indeferimento porque o diretor assinou à caneta e eu assinei digitalmente. Outro parecer reprovava o que, no mês anterior, fora aprovado. As regras mudavam conforme o incômodo que minha pesquisa causava.

Pensei em desistir. E me perguntei: *quem sou eu para continuar?* Mas então, lembrei: *quem sou eu para desonrar as que vieram antes de mim?* As que não tiveram a chance de escrever, as que morreram sem diploma, mas não sem luta. As que me fizeram chegar até aqui.

As entrevistas, por fim, foram marcadas e desmarcadas. Uma das participantes desistiu porque entrou em férias, outra com a volta às atividades.

Nenhum desses eventos foi acaso. São os atravessamentos cotidianos das mulheres negras: agendas extenuantes, solidão institucional, medo de retaliações.

Todo esse percurso não pode ser lido como falha metodológica. *Ele é a metodologia*. A ausência, o silêncio, o impedimento, o cansaço, a violência sutil e a explícita: tudo isso diz do que é pesquisar a partir da margem. A partir de mim. Esse capítulo é uma oralidade grafada em resistência. É uma *escrevivência* insurgente que se nega ao silenciamento acadêmico. Como diz Conceição Evaristo, "*nossas escrevivências não são meras histórias pessoais. São vozes coletivas atravessando o papel*".

Este é o meu corpo em marcha. É minha metodologia que sangra, mas não se dobra. É o registro de uma pesquisa feita com o corpo inteiro: intelecto, emoção, fé, raiva, ancestralidade, pois corpo, aqui, é tudo de que somos feitas, incluindo medos e saudades, desejos e equívocos. Uma pesquisa que nasce de um lugar político, ético e espiritual, e que afirma com todas as letras: *nós, mulheres negras, não somos exceção. Somos revolução*.

O projeto de dissertação foi qualificado em 22 de agosto de 2024. Em 29 de agosto de 2024, enviei o primeiro e-mail à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), solicitando a autorização institucional para realizar a pesquisa com servidoras da universidade. No dia 3 de outubro de 2024, entrei em contato por telefone com a PROGEP, quando me informaram que o pró-reitor avaliaria o pedido e responderia por *e-mail*. Na mesma data, enviei *e-mails* aos Colégios Técnicos Industrial e Politécnico da UFSM. Ainda no dia 3, recebi resposta do diretor do Colégio Técnico Industrial, que prontamente me enviou a carta de autorização. Por outro lado, a diretora do Politécnico não respondeu à solicitação.

No dia 8 de outubro de 2024, retornei à PROGEP via *e-mail*, mas somente no dia 17 de outubro recebi resposta informando que a solicitação deveria ser feita por minha orientadora. No mesmo dia, iniciei os trâmites junto ao Comitê de Ética, encaminhando *e-mail* à Direção do IFFar – Campus Jaguari, solicitando a assinatura da folha de rosto e do termo de compromisso gerados pela Plataforma Brasil, documentos indispensáveis para submissão do projeto. *Não houve retorno ao e-mail*. Em contato telefônico posterior, fui informada de que, devido ao período eleitoral para direção e reitoria, os documentos seriam assinados apenas após o término das eleições. No entanto, mesmo após esse período, *a solicitação permaneceu sem resposta*.

Diante da exigência da PROGEP, no dia 18 de novembro de 2024, minha orientadora, enviou um novo *e-mail* à instituição, anexando o ofício de solicitação, o projeto de pesquisa qualificado e a carta de autorização do diretor do Colégio Técnico Industrial. Novamente, *não houve qualquer resposta*. Em 24 de março de 2025, entrei novamente em contato com a direção do Colégio Politécnico e por telefone, conversei com a secretária, que se comprometeu a encaminhar minha solicitação à diretora, mas deixou claro que "*a diretora não gostava muito dos temas raciais*". Sugeri que eu entrasse em contato diretamente com as servidoras e se ofereceu para encaminhar meu pedido de participação na pesquisa à lista de contato das técnicas e docentes.

Já no dia 15 de abril de 2025, solicitei novamente à direção do Campus Jaguari a assinatura do diretor para submissão do projeto ao Comitê de Ética, após conversar com minha orientadora sobre a ausência de resposta, decidimos reenviar o *e-mail* com ela em cópia. Dessa forma, o documento foi assinado: o diretor assinou à mão, e eu digitalmente. Essa assinatura foi apontada posteriormente pelo Comitê de Ética como impeditiva para aprovação.

A partir disso, o Comitê de Ética passou a *rejeitar*, mês após mês, minhas submissões. Primeiro pela questão da assinatura. Em seguida, pela ausência do telefone do CEP no Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE) — item que não havia sido apontado como pendência na primeira análise. Em outra ocasião, a justificativa da negativa foi que as páginas não estavam numeradas e que seria necessário informar no texto que o termo apresentado foi elaborado em duas vias. Uma justificativa ambígua, que também não havia sido mencionada nas análises anteriores.

Diante disso, nesta dissertação, inspiradas na concepção de *escrevivência* formulada por Conceição Evaristo (2017), *experivivência* de Elinaldo Braga (2023)², na tradição intelectual e militante das mulheres negras brasileiras e da diáspora, e nas abordagens de pesquisa autobiográfica crítica (Josso, 2004) e pesquisa engajada (hooks, 1994), adotamos uma abordagem de *pesquisa autobiográfica*

² O conceito foi formulado por Elinaldo Menezes Braga em sua tese *A música do começo do mundo: caminhos e práticas educativas experivivenciadas no contexto das Bandas Cabaçais de São José de Piranhas – Paraíba* (2022). Trata-se de uma construção teórico-metodológica que emerge da articulação entre a *escrevivência*, de Conceição Evaristo; a *noção de experiência*, de Jorge Larrosa; a proposta de *corazonar*, de Guerreiro Arias; o *fazer científico* e a *abordagem sentipensante*, de Orlando Fals Borda.

crítica, compreendida como um movimento de entrelaçamento entre experiência pessoal, memória e análise social. Essa perspectiva reconhece que o lugar de fala e de vivência da pesquisadora não é incidental, mas constitutivo do objeto investigado.

Ousamos assim, nomeá-la de *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, que durante a travessia metodológica, se constituiu enquanto um método para pesquisas que emergem de corpos e trajetórias diretamente implicados no campo investigado. Valorizando a memória como fonte legítima, articulando denúncia e análise crítica e sobretudo, assumindo que *a escrita é também território de luta*.

Ao narrar “*o que prefeririam que não fosse visto*”, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, reafirmou que produzir conhecimento, nesse contexto, é um gesto insurgente de reparação e visibilidade. Nessa perspectiva, o lugar de fala (Ribeiro, 2019) da pesquisadora — mulher negra, servidora da instituição investigada e testemunha dos acontecimentos — não é apenas ponto de enunciação, mas lente e ferramenta de análise. O método reconhece que *a vivência não é ruído*, mas dado central para compreender estruturas de opressão racial e de gênero, especialmente no âmbito institucional.

A metodologia *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, construída durante o percurso de pesquisa, encontra respaldo em distintas tradições epistemológicas que vêm ampliando o conceito de conhecimento científico para além da suposta neutralidade e universalidade, valorizando saberes situados, experiências vividas e a *potência política da escrita*.

Fundamenta-se, em primeiro lugar, na *escrevivência* como conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2017), para expressar a experiência da mulher negra na sua dimensão existencial, histórica e política. Partindo do princípio de que a escrita dessas mulheres é um ato de resistência e de preservação da memória diante das violências do racismo e do sexismo. A *escrevivência* traz a *potência da narrativa para transformar dor e opressão em força criativa e insurgente*.

No contexto dessa pesquisa, a *escrevivência* respalda a metodologia ao colocar a experiência da pesquisadora e das mulheres negras como fonte legítima e central do conhecimento. Essa abordagem valoriza a voz e a história de quem tem sido sistematicamente silenciada, permitindo que a pesquisa se torne também um espaço de denúncia, luta e reexistência. Assim, compreendemos que a *escrevivência* ultrapassa os limites da escrita acadêmica tradicional para incorporar uma perspectiva situada e interseccional.

Cabe ressaltar que, Lélia Gonzalez (1984) foi uma das primeiras intelectuais negras brasileiras a problematizar a interseccionalidade entre raça, gênero e classe, criando uma perspectiva crítica que destacou a importância da cultura e da memória na luta das mulheres negras. Seu trabalho inaugurou uma abordagem insurgente que questiona os sistemas de opressão a partir do lugar específico das mulheres negras, apontando caminhos para a resistência política e cultural.

Já, Patricia Hill Collins (2016), ampliou essas discussões desenvolvendo o conceito de *matriz de dominação* e a epistemologia do conhecimento negro feminista. Ela defende que o conhecimento produzido por mulheres negras é fundamental para compreender as múltiplas formas de opressão e para articular estratégias de resistência. Collins (2016) também enfatiza a importância do conhecimento situado e do ativismo acadêmico como formas de transformação social.

Assim, incorporar a *escrivivência* na metodologia significou reconhecer que a pesquisa não é um ato neutro, mas um compromisso político e ético. Nossa metodologia, portanto, apoia-se nesse conceito para afirmar que narrar “*o que prefeririam que não fosse visto*” é uma forma de insurgência que fortalece a memória coletiva e contribui para o enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero.

Na metodologia dessa pesquisa, o legado dessas intelectuais é central para compreender a insurgência como uma prática epistemológica e política. O método se alinha à visão de que as mulheres negras não apenas resistem, mas produzem saberes críticos que subvertem o racismo e o sexismo institucionais. Essa perspectiva reforça o compromisso da pesquisa com a transformação e a reparação histórica.

Em segundo lugar, dialoga com a pesquisa autobiográfica crítica (Josso, 2004), que legitima a incorporação do sujeito pesquisador como agente ativo na produção de conhecimento, rompendo com a dicotomia entre objeto e sujeito da pesquisa. Josso (2004), contribui para o campo da pesquisa autobiográfica ao defender que a autobiografia é um método capaz de articular a subjetividade da pesquisadora com as dimensões sociais e culturais. Segundo a autora, a autobiografia não é apenas a narrativa da vida, mas uma construção reflexiva que permite compreender os processos históricos e estruturais que atravessam o indivíduo (Josso, 2004).

No âmbito metodológico, a pesquisa autobiográfica crítica pressupõe que a pesquisa se coloca como parte do objeto de estudo, problematizando suas próprias vivências e relações de poder. Isso rompe com a separação tradicional entre pesquisador e pesquisado, valorizando o conhecimento produzido a partir da experiência direta e da reflexão crítica sobre ela (JOSSO, 2004).

Articular a pesquisa autobiográfica na *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, significou assumir que o lugar de fala da pesquisadora é fundamental para a interpretação dos dados e para o desenvolvimento do conhecimento. A metodologia, portanto, sustenta que a autoanálise e a narração situada são instrumentos de resistência e de produção de saberes transformadores.

Além disso, a metodologia ainda se insere na perspectiva da pesquisa engajada (hooks, 1994), que entende a investigação como prática política e compromisso ético de enfrentamento das opressões. bell hooks (1994), é uma das referências mais importantes na concepção de pesquisa engajada, que entende o ato de pesquisar como inseparável da ação política e da ética do cuidado com as populações marginalizadas. Para hooks (1994), a produção de conhecimento deve contribuir para a emancipação e para o enfrentamento das opressões, especialmente no que se refere às intersecções de raça, gênero e classe.

A pesquisa engajada, de acordo com a autora, rejeita a ideia de neutralidade científica, pois reconhece que todo conhecimento está situado em contextos históricos e políticos específicos. Essa perspectiva valoriza o diálogo entre teoria e prática, e enfatiza a importância do comprometimento do pesquisador com as comunidades e os sujeitos investigados (hooks, 1994).

No desenvolvimento da metodologia dessa dissertação, os princípios da pesquisa engajada foram fundamentais para legitimar a postura ética e política adotada. A pesquisa se configurou como um ato de resistência e denúncia, com o objetivo de contribuir para a transformação social e a visibilidade das violências contra as mulheres negras.

O reconhecimento do lugar de fala (Ribeiro, 2019) da pesquisadora, enquanto mulher negra e servidora da instituição investigada, legitimou o uso da vivência como dado empírico fundamental para compreender as dinâmicas de racismo institucional e violência de gênero.

Djamila Ribeiro (2019) é uma filósofa e ativista que popularizou o conceito de lugar de fala como ferramenta para compreender como as experiências e

perspectivas dos sujeitos são atravessadas por suas posições sociais e históricas. O *lugar de fala não significa exclusividade*, mas o reconhecimento da importância de ouvir as vozes daquelas que vivenciam determinadas opressões.

Nessa dissertação, o conceito de lugar de fala foi fundamental para validar o protagonismo da pesquisadora enquanto mulher negra e servidora da instituição, cuja experiência atravessa o objeto estudado. Isso permitiu que a metodologia incorporasse um olhar crítico e situado, evitando generalizações e invisibilização.

Logo, o lugar de fala fortaleceu a metodologia dessa pesquisa ao estabelecer que a produção de conhecimento deve partir das vivências específicas, conferindo legitimidade e autoridade para a narração e análise dos dados. Essa perspectiva reforçou a dimensão política da pesquisa, centrada na valorização das vozes negras.

Por fim, nossa metodologia dialogou com estudos sobre racismo institucional (Almeida, 2018), problematizando as estruturas de poder que atravessam as organizações e seus processos de silenciamento. A compreensão desse conceito, enquanto um sistema estrutural que se manifesta por meio de normas, práticas e procedimentos que reproduzem desigualdades raciais, mesmo que de forma não explícita, amplia o conceito de racismo para além dos atos individuais de preconceito.

Na metodologia adotada nessa pesquisa, o conceito de racismo institucional foi central para a análise crítica das denúncias que compuseram o *corpus* empírico. Ele permitiu compreender como a violência contra as mulheres negras está incorporada nos processos institucionais e nas dinâmicas organizacionais, reforçando mecanismos de silenciamento e inversão das vítimas.

O uso dessa referência fundamentou a pesquisa no entendimento de que o enfrentamento do racismo requer a problematização das estruturas que o sustentam. Assim, a metodologia não se limitou a relatar casos isolados, mas buscou desvelar as relações de poder que permeiam a instituição, contribuindo para a denúncia e transformação social.

Assim, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* constitui uma metodologia inovadora e rigorosa, que amplia o conceito de evidência científica, integrando memória, denúncia e análise crítica a partir de uma perspectiva interseccional e politizada, incorporando *três dimensões integradas*:

1. *Autonarrativa situada* - A experiência da pesquisadora é incorporada como fonte e filtro de análise, reconhecendo que a posição de servidora não é neutra, mas atravessada por afetos, tensões e riscos. Isso inclui a vivência de intimidações diretas, como a ameaça recebida ao solicitar uso dos dados: "*Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha.*"
2. *Análise documental crítica* — exame das denúncias, preservando a integridade e o anonimato das vítimas, com atenção às narrativas institucionais de silenciamento e inversão de papéis.
3. *Princípio ético-político de enfrentamento* - Recusa da neutralidade acadêmica diante das violências documentadas. A metodologia assume que pesquisar é também *denunciar e registrar para memória coletiva*, rompendo com o pacto institucional de silêncio.

Essa metodologia nos permitiu tensionar a fronteira entre experiência e ciência, rompendo com a ilusão de imparcialidade que frequentemente invisibiliza opressões. Ao mobilizar a própria trajetória como lente analítica, a pesquisa se colocou como um instrumento de *reparação narrativa*, capaz de registrar o que prefeririam que não fosse visto e de questionar o pacto institucional de silêncio.

Ao reconhecer a experiência vivida como parte indissociável do processo investigativo, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* fortalece uma epistemologia que desafia os paradigmas tradicionais da pesquisa acadêmica. Essa abordagem inaugura uma epistemologia situada, na qual o corpo e a trajetória da pesquisadora são inerentes ao processo investigativo, especialmente quando esses corpos são historicamente subjugados por mecanismos estruturais de exclusão e violência. Dessa forma, a pesquisa transcende a mera coleta de dados, configurando-se como um ato político de resistência, que reivindica voz, existência e memória como categorias centrais para a compreensão das dinâmicas institucionais analisadas.

Dessa forma, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* contribui para o avanço de um conhecimento crítico, interseccional e comprometido com a transformação social, que se distancia da neutralidade prescritiva e abraça a ética do engajamento político. Representa uma metodologia que fomenta a incorporação

da subjetividade e da insurgência epistemológica como instrumentos imprescindíveis para a produção de saberes emancipatórios. Tal postura representa um chamado para que futuras pesquisas adotem essa perspectiva, ampliando o campo científico para além dos limites tradicionais e promovendo a efetiva visibilização e enfrentamento das opressões estruturais.

7.1 Análise: o exercício de ouvir o não dito

“Mesmo no silêncio, as margens falam. É preciso aprender a escutar o não dito”.
Audre Lorde

“O que chamam de estatística, nós chamamos de cicatriz”.
Lélia Gozalez.

A análise dos dados produzidos nesta pesquisa exigiu compreender que o processo metodológico não se deu de forma linear nem isento de tensões. Pelo contrário, foi marcado por barreiras institucionais, negativas reiteradas e silenciamentos que, ao mesmo tempo em que dificultaram a investigação, também revelaram a materialidade do problema central deste estudo: a invisibilidade das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica.

A elaboração do produto educacional partiu da intenção de produzir um material que desse visibilidade às trajetórias e experiências de servidoras negras do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) e do Colégio Politécnico da UFSM. Sua fundamentação teórica ancorou-se no feminismo negro, na interseccionalidade e nos estudos sobre racismo estrutural e institucional, compreendendo o produto não apenas como recurso didático, mas como prática insurgente de denúncia e resistência

No momento da aplicação, entretanto, os obstáculos institucionais se fizeram presentes de modo contundente. A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFSM levou meses para responder às solicitações de autorização, limitando-se a negar os pedidos. Nem mesmo o reforço formal feito por minha orientadora, com carta assinada pela Pró-Reitoria do IFFar, foi capaz de romper o silêncio burocrático. Como argumenta Sueli Carneiro (2005), essa *“política de não-dizer”* é forma de racismo institucional que, ao se recusar a reconhecer a dor das mulheres negras, reproduz desigualdades de forma sistemática.

A burocracia não foi, portanto, um detalhe administrativo, mas um

mecanismo de exclusão. Esse processo evidenciou que a aplicação do produto educacional não poderia se realizar conforme planejado, pois as mulheres que seriam protagonistas da pesquisa foram atravessadas por um contexto de medo, silenciamento e retaliações

A reelaboração do produto tornou-se, assim, uma necessidade e uma escolha política. Se o formato inicial previa a construção de um material formativo a partir das narrativas das mulheres negras na EPT, a experiência metodológica mostrou que a resistência institucional não permitiria a sua implementação direta. O medo das participantes, expresso em mensagens e negativas quanto à participação, revelou a profundidade do racismo institucional. Muitas dessas mulheres haviam denunciado assédio moral e sexual, perseguições e deslocamentos arbitrários.

Contudo, não obtiveram acolhimento e foram, em alguns casos, removidas de suas funções. Esse processo, que nomeio como “*assédio reverso*”, transformou as vítimas em réus, punindo aquelas que ousaram romper o silêncio. Nessa conjuntura, o produto educacional foi reelaborado como um texto-denúncia, uma escrita insurgente que transforma a impossibilidade da aplicação empírica em possibilidade crítica, denunciando as estruturas que buscam invisibilizar a presença das mulheres negras.

Do ponto de vista teórico-analítico, os dados aqui discutidos reafirmam a pertinência das categorias que orientam esta pesquisa. O conceito de racismo estrutural, conforme Almeida (2019), permite compreender que a exclusão não é episódica, mas constitutiva da forma como as instituições brasileiras se organizam. No caso analisado, a negação das autorizações e a perseguição às denunciantes revelam um padrão institucional de silenciamento que dialoga com o que Kilomba (2019) chama de “*ferida colonial*”: a permanência da violência como forma de controle sobre os corpos negros.

Do mesmo modo, o feminismo negro, nas reflexões de hooks (2019), Davis (2016) e Gonzalez (1988), oferece o suporte para entender que as opressões vividas pelas mulheres negras não são somatórias, mas interseccionais. É a sobreposição de raça, gênero e classe que explica por que as servidoras e alunas negras permanecem em posições de vulnerabilidade e invisibilidade dentro da EPT, mesmo após políticas de democratização do acesso

Essa análise também evidencia o quanto a reelaboração do produto educacional se inscreve como prática pedagógica e epistemológica. Ainda que não

tenha sido aplicado no formato inicialmente proposto, ele cumpre função ao se constituir em denúncia daquilo que Carneiro (2003) nomeia como “*pedagogia da crueldade*”: a sistemática punição das mulheres negras que se recusam a aceitar o silêncio. O produto, assim, ultrapassa o limite do recurso didático para se configurar como ferramenta de resistência e de produção de conhecimento, coerente com a perspectiva da escrevivência proposta por Conceição Evaristo (2017).

Em síntese, a análise dos dados demonstrou que a invisibilidade das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica não é fruto de acaso, mas de um projeto institucionalizado que se manifesta tanto em práticas burocráticas quanto em relações cotidianas. O percurso da pesquisa, ainda que permeado por negativas e silenciamentos, produziu um resultado que reafirma a centralidade das bases teóricas aqui privilegiadas: o feminismo negro, a interseccionalidade e os estudos sobre racismo estrutural e institucional.

O produto educacional³, reelaborado a partir dessas experiências, cumpre papel político e pedagógico ao transformar limites em denúncia, silêncio em palavra e ausência em resistência. Os resultados aqui analisados deixam evidente que a trajetória desta pesquisa, embora marcada por entraves institucionais, revelou mais do que números ou relatos pontuais: trouxe à tona a engrenagem de invisibilidade que sustenta o racismo e o sexismo na Educação Profissional e Tecnológica. A cada negativa burocrática, a cada silêncio institucional, confirmou-se o que autoras como Sueli Carneiro (2005) e bell hooks (2019) já denunciaram: o apagamento da mulher negra não é falha ocasional, mas método ativo de exclusão.

Nesse cenário, o produto educacional, ainda que reelaborado, consolidou-se como prática de resistência. Ele ultrapassa a função pedagógica tradicional e se afirma como gesto insurgente, que denuncia a violência estrutural e reposiciona a experiência das mulheres negras como fonte legítima de conhecimento. Sua forma final é, portanto, coerente com os princípios da Área de Ensino da CAPES, ao articular teoria e prática, e com a concepção de EPT, ao se constituir em espaço de reflexão crítica sobre o papel da educação na manutenção e na ruptura de desigualdades.

³ O produto educacional derivado desta dissertação consiste em um artigo científico que sintetiza as principais reflexões e resultados da pesquisa, com foco na articulação entre educação, relações raciais e epistemologias negras. O referido artigo foi submetido a um periódico classificado como Qualis A1 na área da Educação, em conformidade com as diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para produtos educacionais vinculados a programas de mestrado profissional.

Assim, o percurso metodológico e analítico confirma a relevância desta investigação e abre caminhos para novos estudos e práticas. Mais do que responder a uma pergunta de pesquisa, este trabalho inscreve uma denúncia coletiva, que ecoa as vozes silenciadas de mulheres negras em instituições educacionais. Ao assumir esse caráter político-pedagógico, reafirma-se que a escrita é também resistência e que o lugar da mulher negra na EPT não pode mais ser o da invisibilidade.

ENTRELAÇAMENTOS FINAIS: O SABER QUE NASCE DAS MARGENS

“Nossos passos vêm de longe.”

Sueli Carneiro

Chegar ao fim desta dissertação é, ao mesmo tempo, concluir um percurso e abrir novos horizontes. O caminho metodológico e analítico trilhado demonstrou que a invisibilidade das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica não é fruto do acaso, mas consequência de um projeto social e institucional que insiste em negar nossa presença como sujeitas de conhecimento.

Ainda que as barreiras tenham dificultado a aplicação plena do produto educacional, os dados e experiências analisados confirmam os objetivos propostos: compreender os mecanismos de exclusão e, sobretudo, evidenciar as formas de resistência que emergem desse contexto.

A hipótese inicial desta pesquisa, de que a invisibilidade é produzida ativamente por estruturas racistas e patriarcais no âmbito da EPT, foi confirmada ao longo do percurso. As negativas institucionais, os silêncios burocráticos e o medo expresso pelas possíveis participantes não são incidentes isolados, mas expressão de um racismo estrutural e institucional que organiza as práticas educacionais.

Ao mesmo tempo, o próprio processo de reelaboração do produto educacional revelou que, mesmo diante do apagamento, a resistência se faz presente: transformar a dor em denúncia, o silêncio em palavra e a ausência em presença é gesto de insurgência que reafirma nossa potência coletiva.

Ao retomar os capítulos desta dissertação, é possível perceber o fio condutor que a atravessa. O primeiro capítulo delineou o problema da invisibilidade e o situou como método ativo de exclusão. O segundo e o terceiro trouxeram as bases

teóricas, Feminismo Negro, interseccionalidade e racismo estrutural, que sustentam a análise. O quarto percorreu a historiografia do feminismo negro, mostrando que nossa resistência é ancestral e transnacional. O quinto apresentou a análise dos dados, revelando que a tentativa de silenciamento não foi apenas obstáculo metodológico, mas dado essencial de pesquisa.

Por fim, a construção das análises e do produto educacional reelaborado reafirma que a EPT, embora se apresente como espaço de neutralidade técnica, reproduz desigualdades históricas que precisam ser denunciadas e enfrentadas.

Este trabalho também exige uma autocrítica. As limitações impostas pela ausência de autorização institucional e pelo medo das participantes restringiram a realização da pesquisa empírica conforme planejada. Essa ausência, no entanto, não enfraquece a investigação: pelo contrário, reafirma a força da denúncia e a pertinência da escolha metodológica insurgente.

A ausência de depoimentos formais é, em si, um dado que revela a profundidade do racismo institucional. Reconhecer essa limitação é parte do compromisso ético de não falar por, mas falar com, mesmo quando as condições institucionais tentam impedir que essas vozes se façam ouvir.

Como recomendações para trabalhos futuros, abre-se a possibilidade de desenvolver novos produtos educacionais que possam ser aplicados em contextos mais receptivos, garantindo espaços seguros para a participação das mulheres negras. Sugere-se, ainda, o aprofundamento de pesquisas que articulem feminismo negro, interseccionalidade e EPT, especialmente com foco em políticas institucionais de permanência, saúde mental e valorização da produção intelectual negra.

Concluo reafirmando que nossa presença é resistência. Como a palmeira, que mesmo fustigada pelo vento não se quebra, seguimos de pé. A cada negativa respondemos com perseverança; a cada silêncio imposto, com a força da palavra. Esta dissertação não encerra a luta, mas inscreve no campo acadêmico uma voz que se recusa a calar. Se a invisibilidade foi o ponto de partida, a resistência é o ponto de chegada, e também de partida para outras tantas que virão.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BETHENCOURT, Francisco. **Racismos:** das Cruzadas ao século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

BRAGA, Elinaldo; LUCINI, Marizete. Estudo de experiências: um outro jeito de fazer pesquisa. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 19, n. 50, p. e13004, 2023. DOI: 10.22481/praxisedu.v19i50.13004. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/13004>. Acesso em: 5 dez. 2024.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o feminismo:** a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (org.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano, 2003. p. 49-58.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida.** Belo Horizonte: Letramento, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não-ser como fundamento do ser. São Paulo: Jandaíra, 2023.

CEPIA. **Feminismo e cidadania:** trajetória e perspectivas. Rio de Janeiro: CEPIA, 2003.

COLLINS, Patricia Hill. **Black feminist thought:** knowledge, consciousness, and the politics of empowerment. 2. ed. New York: Routledge, 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro:** conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2012.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água.** Rio de Janeiro: Pallas, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Escrevivência:** pelo direito de ser. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

GONZALEZ, Lélia. **Lugar de mulher negra**. In: Mulheres Negras: gênero, raça e classe. São Paulo: Fundação Cultural Palmares, 1984.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. São Paulo: Zahar, 2020.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 1994.

hooks, bell. **Feminism is for everybody: passionate politics**. Cambridge, MA: South End Press, 1994.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2017.

hooks, bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

JOSSO, Marie-Christine. A pesquisa autobiográfica: um novo paradigma para as ciências humanas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

MALALA, Yousafzai. **Eu sou Malala: a história da garota que defendeu o direito à educação e foi baleada pelo Talibã**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** 2. ed. São Paulo: Letramento, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Elza. **A mulher do fim do mundo**. São Paulo: Circus Produções Artísticas, 2015. [Álbum musical].

TRUTH, Sojourner. Discurso de Akron, 1851: "Ain't I a Woman?". Disponível em: <https://sourcebooks.fordham.edu/mod/sojtruth-woman.asp>. Acesso em: 30 set. 2025.

APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL

ARTIGO

<https://doi.org/10.1590/19805314XXXXXX> [não alterar]

ESCREVIVÊNCIA INSURGENTE: A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Tamires Regina Silva da Silva^I [<https://orcid.org/0009-0007-3940-1513>]

Marcele Homrich Ravasio^{II} [<https://orcid.org/0000-0003-0162-1426>]

Tainah Mota^{III} [<https://orcid.org/0000-0002-8327-3930>]

^IInstituto Federal Farroupilha 1 (IFFAR), Jaguari (RS), Brasil; tamires.2023100243@aluno.iffar.edu.br

^{II}Instituto Federal Farroupilha 2 (IFFAR), Santo Ângelo (RS), Brasil; marcele.ravasio@iffarroupilha.edu.br

^{III} Universidade Federal do Rio Grande do Sul 3 (UFRGS), Porto Alegre (RS), Brasil;

tainahmottanascimento@gmail.com

Resumo

O artigo *Escrevivência Insurgente: A (In)visibilidade da Mulher Negra na Educação Profissional e Tecnológica* investiga como a invisibilização das mulheres negras se manifesta nos espaços acadêmicos da Educação Profissional e Tecnológica, compreendendo-a como fenômeno estrutural que atravessa o acesso, a permanência e o reconhecimento dessas sujeitas. Fundamenta-se no Feminismo Negro, na interseccionalidade e nos estudos sobre racismo estrutural e institucional. Metodologicamente, adota a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, inspirada em Conceição Evaristo, articulada à pesquisa autobiográfica crítica e engajada. Os resultados revelam barreiras institucionais e práticas de racismo que sustentam a invisibilização, mas também estratégias de resistência e reexistência que afirmam epistemologias plurais e contestam o epistemicídio na Educação Profissional e Tecnológica.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL • MULHER NEGRA • RELAÇÕES RACIAIS •
IGUALDADE DE OPORTUNIDADES

Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos da licença Creative Commons do tipo BY.

Introdução

A educação, concebida historicamente como espaço de emancipação, carrega em sua estrutura marcas profundas das desigualdades sociais, raciais e de gênero que atravessam a sociedade brasileira. No campo da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), tais desigualdades tornam-se particularmente evidentes quando se observa a presença – ou a ausência – de mulheres negras em espaços acadêmicos, seja no acesso, na permanência ou no reconhecimento de seus saberes. Esse quadro revela que, embora a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) tenha se consolidado como política pública voltada à democratização da educação, ainda reproduz lógicas que silenciam e marginalizam sujeitos negros, especialmente as mulheres.

Em termos institucionais, embora poucos estudos abordem especificamente os servidores vinculados à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), os dados do funcionalismo público federal evidenciam a amplitude da sub-representação racial e de gênero nos espaços de poder e tomada de decisão. De acordo com levantamento do Painel Estatístico de Pessoal (PEP), dos 573.485 servidores públicos federais, aproximadamente 45,65% (\approx 261.800) são mulheres, mas apenas 17,66% desse total (\approx 101.257) se autodeclaram negras. Entre essas mulheres negras, cerca de 2,5% (\approx 14.000) ocupam cargos estratégicos de chefia, direção ou assessoramento, índice que, embora represente um leve avanço em relação aos 2,3% registrados em 2022, permanece extremamente reduzido diante do total de cargos decisórios (Brasil, 2025).

Adicionalmente, nos últimos anos observou-se que, apesar de negros corresponderem a aproximadamente 32,89 % do funcionalismo federal, sua presença nas posições de liderança ainda é tímida: mulheres negras, por exemplo, passaram de praticamente nenhuma presença para cerca de 11 % nos cargos de topo entre 1999 e 2023, enquanto homens negros alcançaram cerca de 15,2 % (CONDSEF, 2023).

Esses dados revelam que, mesmo quando há avanços quantitativos modestos, a estrutura institucional ainda reforça a marginalização das mulheres negras, restringindo seu acesso aos espaços de poder e implicando silenciamentos e invisibilizações que podem se reproduzir em contextos específicos da Educação Profissional e Tecnológica (EPT).

Esses indicadores estatísticos evidenciam que a baixa presença de mulheres negras em cargos de visibilidade e decisão no serviço público federal não é fruto de acaso ou de escolhas individuais, mas de processos históricos e estruturais que conformam relações de poder e exclusão. A realidade observada nos espaços acadêmicos da EPT, portanto, deve ser lida à luz

dessas desigualdades institucionais mais amplas, que se reproduzem na forma de barreiras de acesso, permanência e reconhecimento.

As discussões contemporâneas em torno do feminismo negro (Collins, 2019; Ribeiro, 2017; Carneiro, 2003), da interseccionalidade (Crenshaw, 2002) e dos estudos sobre racismo estrutural e institucional (Almeida, 2019) oferecem ferramentas analíticas potentes para compreender tais dinâmicas. Esses referenciais permitem evidenciar que a combinação entre racismo e sexismo não se restringe ao plano das relações interpessoais, mas se manifesta na própria estrutura das instituições acadêmicas, produzindo invisibilidade, silenciamento e apagamento dos saberes e experiências das mulheres negras. Nesse sentido, compreender a presença e, sobretudo, a ausência dessas mulheres nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica implica reconhecer os mecanismos de exclusão que sustentam o epistemicídio (Carneiro, 2005), bem como valorizar as formas de resistência e de produção de conhecimentos insurgentes que emergem desses contextos.

Partindo de um espaço acadêmico da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) como campo empírico, este artigo tem por objetivo investigar as formas de (in)visibilidade das mulheres negras nesses contextos, considerando tanto as barreiras que marcam sua presença quanto os processos de silenciamento que atravessam suas trajetórias. Metodologicamente, a pesquisa ancora-se na *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, inspirada em Conceição Evaristo (2005), e encontra ressonância na pesquisa autobiográfica crítica (Souza, 2006) e na pesquisa engajada (hooks, 2019), compreendendo o lugar de fala da pesquisadora como dado constitutivo do processo investigativo. Essa opção metodológica não apenas legitima a experiência enquanto fonte de conhecimento, mas também tensiona os limites da produção acadêmica tradicional, ao valorizar narrativas que emergem de corpos historicamente marginalizados.

A relevância deste estudo reside, portanto, na necessidade de compreender como o racismo estrutural se manifesta nos espaços da EPT, especialmente em sua dimensão de gênero e raça, e, ao mesmo tempo, de visibilizar as estratégias de resistência e de produção de saberes insurgentes protagonizadas por mulheres negras. Ao problematizar as barreiras institucionais e apontar caminhos de enfrentamento, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre democratização da educação, reconhecimento de epistemologias plurais e consolidação de práticas antirracistas na Educação Profissional e Tecnológica.

“O campo não era fora de mim”: Escrevivência Insurgente

A metodologia adotada neste estudo ancora-se na pesquisa autobiográfica crítica, compreendida como um movimento de entrelaçamento entre experiência pessoal, memória e análise social (Josso, 2004). Essa escolha metodológica sustenta-se em um compromisso ético-político de narrar a partir de dentro, reconhecendo que a trajetória da pesquisadora, enquanto servidora da instituição e testemunha direta dos processos analisados, constitui dado inseparável da investigação. Nesse sentido, diante das barreiras invisíveis e institucionais que inviabilizaram a realização de entrevistas, a pesquisa não se limitou a observar, mas buscou habitar o território investigado, desvelando estruturas de poder que se pretendem opacas.

Inspirada na concepção de *escrevivência* formulada por Conceição Evaristo (2017), no conceito de *experivivência* proposto por Elinaldo Braga (2023), bem como na tradição intelectual e militante das mulheres negras brasileiras e da diáspora, a abordagem aqui adotada assume a escrita como prática insurgente de produção de conhecimento. Dialoga, ainda, com a pesquisa engajada (hooks⁴, 1994), afirmando que o lugar de fala e de vivência da pesquisadora não é incidental, mas constitutivo do próprio objeto investigado. A *escrevivência*, nesse contexto, não se reduz a relato subjetivo, mas se configura como epistemologia que tensiona a linearidade acadêmica, revelando os atravessamentos entre vida, instituição e estruturas sociais de dominação.

A *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* se configura como método que não apenas descreve trajetórias individuais, mas que denuncia e desestabiliza narrativas hegemônicas que historicamente silenciaram as vozes negras. Como lembra Sueli Carneiro (2005), o epistemicídio opera justamente pelo apagamento de experiências e saberes produzidos por populações negras, especialmente por mulheres, o que reforça a necessidade de metodologias que tensionem essa lógica de exclusão. Ao reconhecer a memória como arquivo vivo e a experiência como dado legítimo, a *escrevivência insurgente* reposiciona a própria ideia de cientificidade, deslocando-a para incluir epistemologias plurais.

Dessa forma, ao transformar vivências em narrativas críticas, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* assume caráter contra-hegemônico, produzindo saberes que se afirmam em confronto direto com as estruturas de poder que tentam invisibilizá-los. Como afirma bell hooks (2019), escrever a partir da margem é também uma forma de resistir, pois torna público aquilo que a lógica dominante insiste em manter silenciado. Nesse sentido, narrar “o que prefeririam que não fosse visto” é mais que exercício de memória: é ato

⁴ bell hooks, nascida Gloria Jean Watkins, desafiava as convenções linguísticas e acadêmicas ao assinar seu pseudônimo em letras minúsculas. Seu objetivo era deslocar o foco do nome próprio para o conteúdo de sua escrita, recusando-se a se fixar em uma identidade estática e afirmando-se em permanente movimento.

político, pedagógico e metodológico, que inscreve a vida como lugar legítimo de produção de conhecimento.

A metodologia da *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras*, construída ao longo do percurso investigativo, encontra respaldo em distintas tradições epistemológicas que ampliam o conceito de conhecimento científico para além da suposta neutralidade e universalidade, valorizando saberes situados, experiências vividas e a potência política da escrita. Fundamenta-se, em primeiro lugar, na *escrevivência* como conceito desenvolvido por Conceição Evaristo (2017), que expressa a experiência da mulher negra em sua dimensão existencial, histórica e política. Partindo do princípio de que a escrita dessas mulheres é um ato de resistência e de preservação da memória diante das violências do racismo e do sexismo, a *escrevivência* traz a potência da narrativa para transformar dor e opressão em força criativa e insurgente.

No contexto desta pesquisa, tal perspectiva metodológica assumiu papel ainda mais central diante da negativa das mulheres negras da instituição em participar de entrevistas, motivada pelo receio das possíveis repercussões institucionais. Esse silêncio imposto pelo medo não se configurou apenas como limitação empírica, mas como dado analítico que evidencia as barreiras e violências simbólicas que atravessam a experiência dessas mulheres nos espaços da Educação Profissional e Tecnológica. Desse modo, a *escrevivência* da própria pesquisadora, mulher negra, servidora da instituição e testemunha dos acontecimentos, tornou-se fonte constitutiva do estudo, articulando memória, vivência e análise crítica como caminhos legítimos de produção de conhecimento.

Ao valorizar a voz e a história de quem tem sido sistematicamente silenciada, essa abordagem metodológica transforma a escrita em espaço de denúncia, luta e reexistência. Assim, compreendemos que a *Escrevivência Insurgente* ultrapassa os limites da escrita acadêmica tradicional ao incorporar uma perspectiva situada e interseccional, afirmando que o lugar de fala e de vivência da pesquisadora não é apenas ponto de enunciação, mas também lente e ferramenta de análise das estruturas de opressão racial e de gênero que se materializam no âmbito institucional da EPT.

Nesse sentido, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* dialoga com essa tradição intelectual que, desde Gonzalez até Collins, afirma que experiência e conhecimento não podem ser dissociados. Ao transformar a vivência em dado analítico e a memória em fonte legítima, essa metodologia confronta o caráter excludente da ciência ocidental, que historicamente marginalizou os saberes produzidos por mulheres negras (Carneiro, 2005). Ao contrário de uma perspectiva que considera a subjetividade como ruído, a *escrevivência*

insurgente reivindica a experiência como central para desvelar as formas sutis e explícitas pelas quais o racismo e o sexismo se reproduzem no espaço acadêmico.

Com isso, o método não se limita a narrar trajetórias individuais, mas atua como prática coletiva de resistência e reexistência. Como aponta bell hooks (2019), escrever a partir da margem significa romper silêncios e tornar público aquilo que os sistemas de opressão buscam invisibilizar. No contexto da Educação Profissional e Tecnológica, esse gesto se torna ainda mais urgente, pois evidencia como as estruturas institucionais limitam o acesso, a permanência e o reconhecimento das mulheres negras, ao mesmo tempo em que reafirma suas estratégias de sobrevivência, luta e produção de saberes.

Nesse horizonte, a pesquisa autobiográfica crítica se articula à *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* ao compreender que memória, experiência e subjetividade não apenas atravessam a investigação, mas a constituem em sua inteireza. Ao assumir-se como sujeito implicado, a pesquisadora rompe com a neutralidade pretensamente científica e reconhece que seu corpo, sua trajetória e seu lugar de fala são também instrumentos de análise. Essa postura permite desvelar contradições institucionais que dificilmente emergiriam em metodologias distanciadas, pois o olhar situado revela dimensões ocultadas pela perspectiva hegemônica.

Por essa via, a metodologia torna-se também um ato político, uma vez que reconhece a potência epistêmica das mulheres negras como produtoras de conhecimento e não apenas como objetos de estudo. Como lembra bell hooks (1994), o engajamento da pesquisadora não compromete a validade científica, mas, ao contrário, amplia sua capacidade de interrogar criticamente os sistemas de dominação. Assim, ao entrelaçar *escrevivência*, autobiografia crítica e pesquisa engajada, esta investigação afirma que produzir conhecimento sobre as mulheres negras na EPT significa também disputar narrativas, romper silenciamentos e reivindicar práticas de reparação histórica.

Nesse sentido, ao articular a *escrevivência insurgente*, a pesquisa autobiográfica crítica e a pesquisa engajada, esta investigação assume que não há neutralidade possível diante das desigualdades estruturais que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia aqui adotada se coloca como prática insurgente, pois transforma o corpo e a memória da pesquisadora em lentes analíticas que denunciam as violências simbólicas e institucionais, ao mesmo tempo em que afirmam as estratégias de resistência das mulheres negras nesses espaços.

Assim, a produção de conhecimento não se limita a interpretar a realidade, mas busca intervir nela, ao tornar visíveis as contradições e ao reivindicar outras epistemologias

possíveis. Esse gesto metodológico reafirma que a escrita acadêmica pode — e deve — ser espaço de luta e de reconstrução histórica, especialmente quando se trata de narrar experiências sistematicamente silenciadas. Nessa direção, compreender a invisibilidade das mulheres negras na EPT exige também valorizar suas formas de reexistência, de modo que a própria pesquisa se converta em instrumento de denúncia, reconhecimento e transformação.

Dessa forma, o lugar de fala, compreendido como ponto de enunciação atravessado por raça, gênero e classe, não apenas legitimou a voz da pesquisadora, mas também orientou o modo como os dados foram interpretados. A vivência se converteu em lente metodológica, capaz de revelar aspectos invisibilizados pelas perspectivas tradicionais e de expor contradições estruturais que afetam a presença das mulheres negras na Educação Profissional e Tecnológica. Nesse sentido, o método não se restringe à descrição da realidade, mas a desestabiliza, apontando fissuras e denunciando silenciamentos.

Ao assumir essa perspectiva, a pesquisa reafirma que produzir conhecimento sobre mulheres negras em espaços acadêmicos da EPT não pode prescindir da escuta de suas experiências nem da valorização de suas memórias. Mais do que uma escolha individual, trata-se de uma decisão ética e política que confronta o epistemicídio (Carneiro, 2005) e reivindica a legitimidade das narrativas insurgentes como forma de construir epistemologias plurais. Assim, o lugar de fala não é apenas um recurso metodológico, mas um princípio que sustenta a própria possibilidade de uma ciência comprometida com a transformação social e com a reparação histórica.

Dessa forma, a metodologia desta pesquisa se consolidou como um campo de intersecção entre *escrevivência insurgente*, pesquisa autobiográfica crítica, pesquisa engajada, lugar de fala e estudos sobre racismo institucional. Ao assumir a experiência da pesquisadora como dado empírico e político, valorizando a memória como fonte legítima e reconhecendo as estruturas de poder que sustentam desigualdades, a investigação não apenas produziu conhecimento, mas também tensionou os limites da ciência tradicional. Nesse movimento, narrar e analisar tornaram-se atos indissociáveis de denúncia, resistência e reexistência.

Assim, compreendemos que a metodologia aqui construída não é apenas um caminho investigativo, mas uma escolha ética e política que reafirma a centralidade das mulheres negras na produção de saberes. Ao problematizar as estruturas de silenciamento presentes na Educação Profissional e Tecnológica e evidenciar estratégias de resistência, este estudo se insere no horizonte de uma ciência comprometida com a transformação social e com a reparação histórica, reforçando que pesquisar, nesse contexto, é também lutar.

O não-dito que revela

Enquanto mulher negra⁵, pesquisei sendo também pesquisada. O campo não se situava fora de mim; o campo habitava em mim, atravessava minha pele, minha memória e minha trajetória. Cada passo da investigação foi marcado por caminhos difíceis, trilhados com a coragem que só a ancestralidade é capaz de nos oferecer. A pesquisa tornou-se, assim, mais que um exercício acadêmico: foi também um processo de cura, de reconciliação com as feridas abertas pelo racismo institucional e pelas violências cotidianas.

Quando a ciência parecia fechar suas portas com exigências de neutralidade e objetividade desumanizadoras, a ancestralidade abriu portais e me permitiu acessar lugares de saber e de potência que ultrapassam a racionalidade hegemônica. Nesse gesto, encontrei muito mais do que buscava inicialmente: encontrei vozes silenciadas que ecoam em mim, memórias coletivas que se inscrevem no meu corpo e a força insurgente da escrita como território de resistência.

Começamos como tantas outras mulheres negras começam: na resistência. A busca por sujeitas para a pesquisa foi marcada por um ir e vir incessante. Um mês tínhamos uma, no seguinte já não havia mais ninguém. A rotatividade de servidoras negras nos colégios técnicos pesquisados não era acaso, era sintoma. Um sintoma do cansaço, da sobrecarga, das violências sutis e explícitas que atravessam seus corpos diariamente. Mas não desisti. Eu sabia: havia algo ali que precisava ser dito, mesmo que não autorizassem a escuta.

O silêncio que encontrei não era vazio, mas cheio de sentidos. Era o silêncio do medo de retaliações institucionais, da insegurança em nomear as violências sofridas, do receio de que qualquer palavra pudesse ser transformada em motivo de perseguição. Esse silêncio, no entanto, também denunciava. Denunciava o quanto ainda é arriscado ser mulher negra em espaços acadêmicos da EPT, onde as regras não escritas operam para manter invisíveis as dores e as lutas que marcam essas trajetórias.

Diante disso, compreendi que minha própria voz precisaria ocupar o espaço das ausências. Se não havia autorização para ouvir, havia, sim, a urgência de narrar. Narrar a partir do meu corpo, da minha memória e da minha vivência enquanto mulher negra e servidora. Foi assim que a pesquisa se reconfigurou: deixou de ser apenas busca por depoimentos e tornou-se um gesto de *escrevivência insurgente*, em que a vida da pesquisadora se tornou também o corpus da investigação.

⁵ Este artigo é redigido, em parte, na primeira pessoa, em razão de sua natureza narrativa e reflexiva. Contudo, trata-se de um texto construído em diálogo com a orientação e coautoria, o que torna impossível a padronização do uso da pessoa do discurso ao longo do texto.

O trâmite junto ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) revelou-se um dos principais entraves no desenvolvimento desta investigação. Após a qualificação do projeto em agosto de 2024 e a busca por autorizações institucionais, a submissão ao CEP foi marcada por sucessivas negativas que extrapolaram o campo técnico, configurando um verdadeiro processo de interdição. Inicialmente, a recusa se deu em razão da assinatura do termo de responsabilidade: o diretor havia assinado à mão e a pesquisadora digitalmente. Essa formalidade, apresentada como impeditivo, exemplifica como a burocracia pode ser mobilizada como barreira para pesquisas que tensionam a instituição.

Nos meses seguintes, novos pareceres de indeferimento foram emitidos, cada um apontando problemas diferentes, que não haviam sido indicados nas análises anteriores. A ausência do número de telefone do próprio CEP no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), a falta de numeração nas páginas ou a necessidade de explicitar que o termo havia sido elaborado em duas vias foram algumas das justificativas apresentadas. Tais exigências, de caráter secundário e muitas vezes contraditório, produziram um ciclo de indefinições que inviabilizou a tramitação regular da pesquisa.

Esses impasses evidenciam que o CEP, ao invés de atuar como instância de garantia ética, funcionou como dispositivo de silenciamento, postergando a aprovação do projeto por questões formais que se renovavam a cada submissão. Assim, a experiência metodológica revelou que o racismo institucional também se expressa na burocracia acadêmica, convertendo exigências procedimentais em mecanismos de exclusão.

Enfrentei entraves institucionais camuflados de burocracia. Solicitei autorização institucional à pró-reitoria de gestão de pessoas, requisito para submeter ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP). Cinco semanas sem resposta. Quando veio, foi para dizer que a solicitação deveria partir da orientadora. A orientadora então enviou o ofício, junto à carta de autorização já assinada por um dos diretores de um dos colégios técnicos da instituição. E então, o silêncio. Dez meses sem resposta. O outro colégio sequer respondeu ao meu pedido de autorização.

Não era descuido. Não era acaso. Era estratégia. A burocracia institucional se tornou arma de silenciamento, adiando indefinidamente o processo até torná-lo inviável. O que parecia apenas formalidade era, na prática, um bloqueio. Ao me negar a autorização, negavam também a possibilidade de que as dores, vozes e resistências das mulheres negras se tornassem públicas.

O CEP, que deveria zelar pela ética, transformou-se em mais uma barreira. Enquanto em outros estudos as autorizações tramitam com rapidez, no meu caso o tempo foi usado

como mecanismo de exclusão. Dez meses não são só um prazo administrativo, são quase um ano de apagamento. Nesse intervalo, histórias deixaram de ser contadas, vidas permaneceram silenciadas e o racismo institucional mostrou sua face mais fria: a do adiamento, da recusa velada, da institucionalização do silêncio.

Mas como servidora da mesma instituição, solicitei acesso às denúncias da ouvidoria. Lá, vi o que prefeririam que não fosse visto: 21 denúncias envolvendo mulheres negras. Prints, vídeos, áudios. Em 19 dos casos, as vítimas foram tratadas como agressoras, acusadas de assédio moral por aqueles que as violentaram com injúrias raciais e práticas de racismo institucional. Quando solicitei permissão para usar esses dados na dissertação, recebi um sorriso sarcástico e uma sentença carregada de ameaça:

"Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha."

Sim, sou uma mulher negra mexendo num vespeiro. Não me autorizaram a publicar os dados, mas ninguém pode me impedir de contar a história por dentro: a minha história. Vieram, então, as negativas do Comitê de Ética. Uma, duas, três, quatro vezes, e contando. Teve indeferimento porque o diretor assinou à caneta e eu assinei digitalmente. Outro parecer reprovava o que, no mês anterior, fora aprovado. As regras mudavam conforme o incômodo que minha pesquisa causava.

Cada indeferimento era mais do que um carimbo burocrático: era a confirmação de que a instituição se recusava a se olhar no espelho. As barreiras formais escondiam um propósito claro: interditar a denúncia e perpetuaram o silêncio. A ética que diz proteger os sujeitos tornou-se a ética que protege a instituição, blindando-a das vozes que ousam questionar.

Foi nesse cenário que compreendi que o próprio percurso metodológico revelava o objeto de pesquisa: o racismo institucional não estava apenas nos dados que me negaram, mas no próprio processo que tentava calar minha investigação. A recusa da ouvidoria, o sarcasmo das respostas, as negativas repetidas do CEP, tudo isso deixou de ser obstáculo para se tornar parte da narrativa. O que me foi interditado como documento oficial, transformei em *escrivência insurgente*. O que tentaram silenciar como dado, ressignifiquei como denúncia viva.

Pensei em desistir. E me perguntei: quem sou eu para continuar? Mas então, lembrei: quem sou eu para desonrar as que vieram antes de mim? As que não tiveram a chance de escrever, as que morreram sem diploma, mas não sem luta. As que me fizeram chegar até aqui.

Foi nesse momento que compreendi que esta pesquisa não era apenas minha. Era continuidade de uma corrente que me antecede, feita de mãos calejadas, de saberes interditados e de vozes que insistiram em existir mesmo quando o mundo insistia em calá-las. Cada página escrita era também um gesto de reparação, um fio de memória que se entrelaçava à história coletiva das mulheres negras que abriram caminhos para que eu estivesse neste lugar.

A coragem que encontrei não nasceu do individual. Veio da ancestralidade, que me recorda que escrever é um ato de sobrevivência e de compromisso. Era como se cada negativa recebida, cada porta fechada, fosse uma prova de que eu estava tocando no nervo vivo do racismo institucional. E se a instituição tentava me silenciar, cabia a mim fazer da escrita um espaço de denúncia e reexistência.

As entrevistas, por fim, foram marcadas e desmarcadas. Uma das participantes desistiu porque entrou em férias, outra porque a retomada das atividades não lhe deixou tempo. Nenhum desses eventos foi acaso. São os atravessamentos cotidianos que pesam sobre as mulheres negras: agendas extenuantes que sobrecarregam seus corpos, a solidão institucional que as isola nos espaços de trabalho e o medo constante de retaliações quando ousam nomear as violências sofridas.

O que poderia ser lido como desistência individual, revelou-se como expressão das condições estruturais que impedem que essas vozes sejam plenamente ouvidas. O não-dito, o silêncio, a ausência nas entrevistas não significam falta de experiência ou de denúncia, mas evidenciam o quanto as mulheres negras seguem vivendo sob a pressão de dinâmicas institucionais que lhes negam tempo, segurança e reconhecimento. Assim, cada entrevista desmarcada tornou-se também um dado da pesquisa, um sinal do peso do racismo institucional e de como ele opera, inclusive, na inviabilização da produção de conhecimento sobre si mesmas.

As desistências não significaram ausência de histórias, mas a confirmação de que a escuta, nesses espaços, é constantemente interdita. O medo, a sobrecarga e a solidão institucional não calaram apenas aquelas que aceitaram participar, mas ecoaram em mim como lembrete de que o silêncio também é dado. Foi nesse vazio que a *escrevivência* se impôs não apenas como escolha, mas como necessidade.

Se as entrevistas não puderam ser realizadas, não foi por falta de vozes, mas pela força de estruturas que as impedem de falar. Nesse cenário, a minha própria voz tornou-se corpus da pesquisa. O método precisou se reinventar: quando não autorizaram que eu registrasse as falas

das outras, compreendi que a minha fala, atravessada por essas mesmas dinâmicas de opressão, também era dado legítimo e indispensável.

Assim, as desistências não fragilizaram a investigação, mas a fortaleceram, pois revelaram que a *escrevivência* da pesquisadora era o caminho possível e necessário para romper com o silêncio imposto. Narrar a partir de mim não foi apenas recurso metodológico, mas gesto político: afirmar que mesmo diante das interdições, a pesquisa não seria silenciada.

Todo esse percurso não pode ser lido como falha metodológica. Ele é a metodologia. A ausência, o silêncio, o impedimento, o cansaço, a violência sutil e a explícita: tudo isso constitui o próprio dado, revelando o que significa pesquisar a partir da margem. Pesquisar a partir de mim.

O que a ciência hegemônica poderia chamar de lacuna, interpreto como denúncia. Cada negativa recebida, cada entrevista desmarcada, cada parecer contraditório do Comitê de Ética não são meros desvios do método, mas expressões concretas do racismo institucional e das dinâmicas que tentam inviabilizar a produção de conhecimento pelas mulheres negras. Nessa perspectiva, a metodologia não é apenas caminho para chegar a resultados: é, em si mesma, um território de disputa, de resistência e de visibilização.

Essa escrita é uma oralidade grafada em resistência. É uma *escrevivência insurgente* que se recusa ao silenciamento acadêmico e que transforma a dor em palavra, a memória em denúncia e a experiência em conhecimento. Como lembra Conceição Evaristo (2017), “*nossas escrevivências não são meras histórias pessoais. São vozes coletivas atravessando o papel*”. Ao inscrever no texto a minha trajetória, inscrevo também a presença de tantas outras mulheres negras que tiveram suas falas interrompidas, seus corpos violentados e suas histórias apagadas.

Escrever, nesse contexto, é continuar o fio da memória que me antecede. É afirmar que o lugar da mulher negra não é apenas o da resistência silenciosa, mas também o da produção legítima de saberes. Cada linha, cada parágrafo, carrega o peso da ancestralidade e a potência de uma coletividade que insiste em existir, mesmo diante de portas fechadas e de instituições que prefeririam nosso silêncio.

Este é o meu corpo em marcha. É minha metodologia que sangra, mas não se dobra. É o registro de uma pesquisa feita com o corpo inteiro: intelecto, emoção, fé, raiva, ancestralidade, pois corpo, aqui, é tudo de que somos feitas, incluindo medos e saudades, desejos e equívocos. Uma pesquisa que nasce de um lugar político, ético e espiritual, e que afirma com todas as letras: nós, mulheres negras, não somos exceção. Somos revolução.

E se tentaram interditar nossas vozes, fiz da escrita um território de liberdade. Se quiseram reduzir nossas histórias a estatísticas, fiz da memória um arquivo vivo. Esta dissertação não é apenas resultado acadêmico: é ato de denúncia, de reexistência e de reparação. É o testemunho de que nossas *escrevivências* não cabem nos moldes do silêncio e que, mesmo quando nos negam a escuta, continuaremos a falar, a escrever, a existir. Porque cada palavra aqui escrita é também um chamado: *não estamos sós, e não vamos recuar*.

Considerações Finais

Assim, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* constitui uma metodologia inovadora e rigorosa, que amplia o conceito de evidência científica ao integrar memória, denúncia e análise crítica a partir de uma perspectiva interseccional e politizada. Essa abordagem incorpora três dimensões interligadas:

1. *Autonarrativa situada* – A experiência da pesquisadora é incorporada como fonte e filtro de análise, reconhecendo que a posição de servidora não é neutra, mas atravessada por afetos, tensões e riscos. Isso inclui a vivência de intimidações diretas, como a ameaça recebida ao solicitar uso dos dados: “*Melhor pra ti é não mexer com isso, guriazinha.*” Aqui, a escrita se torna espaço de enfrentamento, e a subjetividade, dado legítimo.

2. *Memória coletiva* – Cada registro produzido não fala apenas da trajetória individual, mas reinscreve a experiência das mulheres negras na EPT como parte de uma história mais ampla de exclusão e resistência. A *escrevivência*, nesse sentido, ecoa a ancestralidade, recuperando vozes silenciadas e inscrevendo-as no campo científico como saber legítimo.

3. *Denúncia política* – Ao narrar o que as estruturas institucionais prefeririam manter invisível, a pesquisa se converte em ato insurgente. Mais do que descrever barreiras, ela evidencia o funcionamento do racismo institucional e suas consequências sobre os corpos e trajetórias das mulheres negras, reivindicando o compromisso da ciência com a transformação social.

Essa metodologia nos permitiu tensionar a fronteira entre experiência e ciência, rompendo com a ilusão de imparcialidade que, muitas vezes, opera para invisibilizar as opressões. Ao mobilizar a própria trajetória como lente analítica, a pesquisa se constituiu como um instrumento de reparação narrativa, capaz de registrar o que prefeririam que não fosse visto e de questionar o pacto institucional de silêncio que sustenta o racismo e o sexismo nos espaços acadêmicos.

Ao reconhecer a experiência vivida como parte indissociável do processo investigativo, a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* fortalece uma epistemologia que desafia os paradigmas tradicionais da produção científica. Trata-se de uma abordagem que inaugura uma epistemologia situada, na qual o corpo, a memória e a trajetória da pesquisadora não são elementos acessórios, mas constitutivos do próprio método. Isso adquire relevância ainda maior quando os corpos que pesquisam são os mesmos historicamente subjugados por mecanismos estruturais de exclusão e violência.

Dessa forma, a pesquisa ultrapassa a ideia de simples coleta de dados e se afirma como um ato político de resistência. Trata-se de um exercício de reexistência que reivindica voz, memória e presença como categorias centrais para compreender as dinâmicas institucionais analisadas. A metodologia, ao mesmo tempo em que denuncia práticas de silenciamento e violência, inscreve os saberes das mulheres negras como parte legítima da produção científica, desafiando as fronteiras tradicionais que delimitam quem pode falar, o que pode ser dito e quais vozes são reconhecidas como conhecimento.

Em síntese, a metodologia desta pesquisa configurou-se como um percurso insurgente, ancorado na *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* (Evaristo, 2017), na pesquisa autobiográfica crítica (Josso, 2004), na pesquisa engajada (hooks, 1994), no conceito de lugar de fala (Ribeiro, 2019) e nos estudos sobre racismo institucional (Almeida, 2018). Ao articular esses referenciais, a investigação legitimou a experiência da pesquisadora como dado constitutivo, problematizou estruturas de poder e denunciou processos de silenciamento que atravessam a Educação Profissional e Tecnológica. Mais do que uma escolha metodológica, tratou-se de uma decisão ética e política, que afirma a centralidade das mulheres negras na produção de saberes e reforça o compromisso da pesquisa com a reparação histórica e a transformação social.

Conclui-se, portanto, que a *Escrevivência Insurgente das Mulheres Negras* não é apenas um recurso metodológico, mas também uma escolha ética e política. Ela reposiciona o papel da pesquisadora, amplia as possibilidades da ciência e reafirma que o conhecimento produzido a partir da margem não é menor, mas profundamente transformador. Ao final do percurso, contar a própria história significa também afirmar uma memória coletiva que resiste ao epistemicídio e abre caminhos para epistemologias plurais e práticas antirracistas no interior da Educação Profissional e Tecnológica.

Referências

Almeida, S. (2018). *Racismo estrutural*. Pólen.

- Braga, E. M. (2023). *Experivivência: Epistemologia, ontologia e método*. Editora Ogum's Toques Negros.
- Brasil. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. (2025, 16 de agosto). *Mais diversidade no serviço público: Iniciativas do MGI buscam ampliar presença de mulheres negras em espaços de decisão*. Agência Gov. <https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/agosto/mais-diversidade-no-servico-publico-iniciativas-do-mgi-buscam-ampliar-presenca-de-mulheres-negras-em-espacos-de-decisao>
- Carneiro, S. (2005). *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser* (Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo). Universidade de São Paulo.
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento* (J. P. Dias, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1990)
- Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (CONDSEF). (2023, 20 de novembro). *Negros são 32,89% do funcionalismo federal, mas ocupam poucos postos de liderança*. Condsef. <https://www.condsef.org.br/noticias/negros-sao-32-89-funcionalismo-federal-mas-ocupam-poucos-postos-lideranca>
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171–188.
- Evaristo, C. (2017). Escrivivências: Identidade, gênero e violência na obra de Conceição Evaristo. In C. L. Duarte (Org.), *Literatura, crítica, feminismo* (pp. 17–30). UFMG.
- Gonzalez, L. (1984). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In *Ciências Sociais Hoje* (pp. 223–244). ANPOCS.
- Hooks, b. (2019). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.). WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994)
- Josso, M.-C. (2004). *Experiências de vida e formação*. Educa.
- Ribeiro, D. (2019). *O que é lugar de fala?* Letramento; Justificando.

Nota sobre autoria

Tamires Regina Silva da Silva: conceitualização, investigação, coleta e sistematização dos dados, escrita – versão original (escrevivência) e elaboração do manuscrito.

Marcele Homrich Ravasio: orientação, análise formal, discussão dos resultados, escrita – revisão e edição.

Tainah Mota: coorientação, análise formal, discussão dos resultados, escrita – revisão e edição.

APÊNDICE A: ANEXO

The screenshot shows a web browser window with the URL `publicacoes.fcc.org.br/cp/submissions`. The browser's address bar and tabs are visible at the top. Below the browser, there is a dark blue header for 'Cadernos de Pesquisa' with a notification bell and a user profile icon. The main content area is titled 'Submissões' and features a tabbed interface with 'Fila' (1) and 'Arquivos'. A search bar with the text 'Minhas Submissões Designadas' and a 'Buscar' button is present. To the right of the search bar are buttons for 'Filtros' and 'Nova Submissão'. Below the search bar, a submission entry is displayed: '12411 Homrich Rvasio et al. ESCREVÊNCIA INSURGENTE: A (IN)VISIBILIDADE DA MULHER NEGRA NA EDUCAÇÃO PROFI...'. To the right of this entry are buttons for 'Submissão' (circled in red), 'Visualizar', and a dropdown arrow. At the bottom of the screenshot, the Windows taskbar is visible, showing the search bar, taskbar icons, system tray with temperature (20°C), location (Ensolado), and date/time (10:23, 14/10/2025).

Artigo submetido ao periódico *Cadernos de Pesquisa* (Fundação Carlos Chagas).